PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. ABRIL/2026

PLANO DE ENGAJAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS

PROGRAMA DE MOBILIDADE E INCLUSÃO URBANA DE BELO HORIZONTE e FINANCIAMENTO ADICIONAL

PRELIMINAR

© PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
http://www.prefeitura.pbh.gov.br
Telefone: 55. 31 3277-5010
Órgãos envolvidos:
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte
Superintendência de Desenvolvimento da Capital
Superintendência de Mobilidade

Leonardo José Gomes Neto
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI)

José Adeilson Colares
Diretor Presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL)

Maurício Fonseca Brandão
Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP)

Rafael Murta Resende
Superintendência de Mobilidade (SUMOB)

PRELIMINAR

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SIGLA / ABREVIATURA	DESCRITIVO
ADE	Área de Diretrizes Especiais
AEIS	Área Especial de Interesse Social
APA	Área de Preservação Ambiental
ASCOP/BH	Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte
ASMAC	Associação de Moradores da Cabana
ATO	Acompanhamento Técnico de Obras
BHTrans	Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BRT	Bus Rapid Transit - Ônibus de trânsito rápido
CALs	Comitês de Acompanhamento Local (CALs)
CCOMS	Chefia de Comunicação Social
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CF	Constituição Federal
CMH	Conselho Municipal de Habitação
CMPU	Conferência Municipal de Política Urbana
COMAM	Conselho Municipal de Meio Ambiente
COMPUR	Conselho Municipal de Política Urbana
COMURB	Conselho Municipal de Mobilidade Urbana
COMUSA	Conselho Municipal de Saneamento de Belo Horizonte
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COPAM	Conselho de Política Ambiental
COPASA	Companhia Saneamento de Minas Gerais
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAR	Centro de Referência de Áreas de Risco
CRTT	Comissões Regionais de Transporte e Trânsito
CTGM	Controladoria Geral do Município de Belo Horizonte

PRELIMINAR

DIOC	Diretoria de Créditos Internacionais
DN	Deliberação Normativa
DOM	Diário Oficial do Município
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EUC	Equipamento Urbano e Comunitário
FAQ	Perguntas frequentes
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FMHIS	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
FMS	Fundo Municipal de Saneamento
GAL	Grupo de Acompanhamento Local (GAL):
GAM	Grupo de Acompanhamento do Macroplano (GAM)
GCMAR	Gerência de Comunicação e Marketing
GEE	Gases de Efeito Estufa
GEMSO	Gerência de Mobilização Social
GR	Grupos de Referência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MLB	Movimento de Luta nos Bairros
MUDEVI	Movimento Unificado dos Deficientes Visuais
NAC	Núcleos de Alerta de Chuvas
NAS	Normas Ambientais e Sociais
NBR	Norma Brasileira
NR	Normas Regulamentadoras
NUDEC	Núcleos de Defesa Civil
ObsMob - BH	Observatório da Mobilidade Urbana de Belo Horizonte
OM	Ocupação Moderada
OODC	Outorga Onerosa do Direito de Construir
OP	Orçamento Participativo
OUC	Operação Urbana Consorciada
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PDR	Plano Diretor Regional
PEA	Plano de Estruturação Ambiental

PRELIMINAR

PEAR	Programa Estrutural de Áreas de Risco
PECMS	Plano Estratégico de Comunicação e Mobilização Social
PED	Ponto de Embarque e Desembarque
PEPI	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
PEQUI	Plano de Equidade
PEUC	Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios
PGE	Plano Global Específico
PlanMob-BH	Plano Diretor de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte
PMH	Política Municipal de Habitação
PREGEE	Plano de Redução de Gases de Efeito Estufa
PRODECOM	Programa de Desenvolvimento das Comunidades
PROMETI	Projeto de Mercado de Trabalho Inclusivo
PRU	Plano de Regularização Urbanística
PTTS	Plano de Trabalho Técnico Social
PUI	Plano Urbanístico Integrado
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SLU	Superintendência de Limpeza Urbana
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMMUR	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana
SMOBI	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
SMPOG	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
SMPU	Secretaria Municipal de Política Urbana
Sudecap	Superintendência de Desenvolvimento da Capital
SUMOB	Superintendência de Mobilidade
SUPGF-OBI	Subsecretaria de Planejamento, Gestão e Finanças da SMOBI
Suplan	Subsecretaria de Planejamento Urbano
TDC	Transferência do Direito de Construir
TOD	Transport Oriented Development
UCP	Unidade Coordenadora do Programa
UEP	Unidade Executora do Programa

PRELIMINAR

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UGP	Unidade Gestora do Programa
UH	Unidade Habitacional
Urbel	Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

PRELIMINAR

ÍNDICE

ÍNDICE 7

ÍNDICE DE FIGURAS 10

ÍNDICE DE TABELAS 11

INTRODUÇÃO 13

PARTE 1. PROGRAMA DE MOBILIDADE E INCLUSÃO URBANA DE BELO HORIZONTE 15

1. SOBRE O PROGRAMA 15

1.1. OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA 16
1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA 16
1.3. OBJETIVOS GERAIS DO PEPI 17
1.4. INVESTIMENTOS PREVISTOS 18

2. ATIVIDADES ANTERIORES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS 19

2.1. PLANO DE MOBILIDADE 19
2.2. OBSERVATÓRIO DE MOBILIDADE 19
2.3. CONSELHO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA (COMURB) 20
2.4. FÓRUNS TEMÁTICOS E COMISSÕES REGIONAIS DE TRANSPORTE E TRÂNSITO (CRTT) 21
2.5. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO REGIONAL 22
2.6. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - VILA CABANA PAI TOMÁS 22
2.7. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – PLANOS URBANÍSTICOS 25
2.8. EXPERIÊNCIA DA POLÍTICA URBANA 25

3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS 28

3.1. COMPONENTE 1 28
3.2. COMPONENTE 02 30
3.3. COMPONENTE 03 33

4. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS 38

4.1. COMPONENTE 1 – MOVE AMAZONAS 38
4.1.1. OBSERVATÓRIO DA MOBILIDADE DE BELO HORIZONTE (OBSMOB-BH), ... 45

PRELIMINAR

4.1.2. Reunião Ordinária das CRTTs 47
4.1.3. Apresentação interna PBH 48
4.1.4. Reunião extraordinária do COMURB 49
4.1.5. Audiência Pública 49
4.1.6. Página na Web 51

5. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS 53

5.1. Componente 1 – Terminal de Integração 53
5.2. Componente 1 – Região do Bairro Barro Preto 54
5.3. Componente 1 – Estações de BRT na Área Hospitalar 62
5.4. COMPONENTE 2 – VILA CABANA DO PAI TOMÁS 68
5.4.1. ETAPAS DE INTERVENÇÃO 73
5.5. COMPONENTE 3 – PLANOS ESTRATÉGICOS - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DA REGIÃO DO JATOBÁ 79
5.6. COMPONENTE 4 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL 89
5.6.1. MECANISMO DE QUEIXAS 89
5.6.2. DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE 92
5.6.3. PARTICULARIDADES COMPONENTE 2 – VILA CABANA DO PAI TOMÁS 93
5.6.4. PARTICULARIDADES COMPONENTE 3 – PLANOS ESTRATÉGICOS - JATOBÁ 93
5.7. PROGRAMA MULHERES NA OBRA 95

6. PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS 97

6.1. FINALIDADE E CALENDÁRIO DO PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS .. 97
6.1.1. Diretrizes 97
6.1.2. Ações de Mobilização, organização e fortalecimento social 97
6.1.3. Ações de Acompanhamento e gestão social da intervenção 98
6.1.4. Ações de Educação Ambiental e Patrimonial 100
6.1.5. Ações de Desenvolvimento Socioeconômico 100
6.2. FINALIDADE, ESTRATÉGIA E CALENDÁRIOS DE CONSULTA E DIVULGAÇÃO 102
6.2.1. COMPONENTE 1 102
2.2.1. COMPONENTE 1 102
● Tempo pré-obra 102
● Tempo de execução das obras 103
● Tempo pós-obra 103
6.2.2. COMPONENTE 2 105
6.3. ESTRATÉGIA PARA INCORPORAR A VISÃO DE GRUPOS VULNERÁVEIS. 105
7. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES 106

8. RECURSOS E RESPONSABILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS 108

9. Monitoramento e Preparação de Relatórios 111
9.1. Objetivos do Monitoramento e Avaliação 111

PRELIMINAR

9.2. ARRANJOS INSTITUCIONAIS E RESPONSABILIDADES 111
9.3. INDICADORES DE MONITORAMENTO E METAS 112
9.3.1. INDICADORES DO MECANISMO DE QUEIXAS 112
9.3.2. INDICADORES DE ENGAJAMENTO E CONFORMIDADE COM A NAS 10 112
9.4. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 112
9.5. RELATÓRIOS E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS 113
9.6. ATUALIZAÇÃO DO PEPI 113

PRELIMINAR

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Fotos das reuniões das CRTT 22
Figura 2: Descrição da Amostra - Sexo e Faixa Etária..... 29
Figura 3: Descrição da Amostra- Ocupação e População Economicamente Ativa. 29
Figura 4: Descrição da Amostra - Escolaridade e Renda. 30
Figura 5: Pirâmide etária do Macroplano..... 34
Figura 6: Pirâmide etária do PUI..... 34
Figura 7: Raça/cor Macroplano e PUI..... 35
Figura 8: Escolaridade de pessoas de 24 anos ou mais - Macroplano e PUI..... 36
Figura 9: Trabalho - Macroplano e PUI..... 36
Figura 10: Grupo de Trabalho 3 - Mobilidade e Gênero. 46
Figura 11: Grupo de Trabalho 1 - Transporte Público Coletivo 46
Figura 12: Apresentação do MOVE Amazonas ao CRTT..... 48
Figura 13: Lançamento do MOVE Amazonas pelos Secretários da SMOBI, SMMUR e Superintendes da SUDECAP e SUMOB para as equipes técnicas da Prefeitura. 48
Figura 14: Lançamento do MOVE Amazonas para as equipes técnicas da Prefeitura..... 49
Figura 15: Convite Audiência Pública 50
Figura 16: Audiência Pública MOVE Amazonas..... 50
Figura 17: Página específica MOVE Amazonas..... 51
Figura 18: Delimitação de trabalho - bairro Barro Preto..... 60
Figura 19: Diagnóstico e proposta de uso e ocupação do solo (Fonte: Projeto de Revitalização do Barro Preto, 2011). 61
Figura 20: Diretrizes e intervenções propostas (Fonte: Projeto de Revitalização do Barro Preto, 2011). 62
Figura 21: Áreas de influência direta e indireta (área de estudo) do empreendimento (Fonte: Elaborado por Imtraff). 67
Figura 22: Vias com transporte coletivo na área de influência da intervenção (Fonte: Elaborado por Imtraff). 67
Figura 23: Atendimentos realizados nos escritórios socais (Vila Viva Várzea da Palma, jul. 2019). 69
Figura 24: Exemplo de Acompanhamento de Obra pela GR. 71
Figura 25: Exemplo de acompanhamento de atividade de mobilização ambiental para apropriação de áreas remanescentes. 72
Figura 26: Material para segurança nas obras (“Prevenildo”). 76
Figura 27: Material informativo sobre Remoção e Reassentamento. 77
Figura 28: Imagem de um panfleto do Programa contendo a delimitação dos Planos 80

PRELIMINAR

Figura 29: Registros fotográficos da “Chegança" (Fonte: Consórcio Práxis Metrics, 2024)..... 82

Figura 30: Panfleto de anúncio do Programa (Fonte: Consórcio Práxis-Métrics, 2024) 83

Figura 31: Composição do Grupo de Acompanhamento do Macroplano (GAM) (Fonte: Consórcio Práxis Metrics, 2024) 84

Figura 32: Fluxo do Processo Participativo de elaboração do Macroplano, PEA e PUI (Fonte: Consórcio Práxis Metrics, 2024) 85

Figura 33: Oficina OFGAL-01 - Morando Legal (jul/24) 87

Figura 34: Assembleia ASSPG-09 - Resultado da Pesquisa de Equipamentos, Programas e Serviços (dez/24) 87

Figura 35: Assembleia ASSPG-16 - Resultado da Pesquisa de Risco Geológico - PEA (mar/25) 87

Figura 36: Oficina OFGAL-25 - Fortalecimento do GAM (jul/25)..... 87

Figura 37: Peças de divulgação de atividades participativas do Programa, 2024/2025 88

Figura 38: Página internet da ouvidoria do Programa 90

Figura 39: Fluxograma do Mecanismo de Gestão de Queixas 91

Figura 40: Tela Power BI - Mecanismo de Queixas Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana. 92

Figura 41: Imagem de divulgação do Mecanismo de Queixas Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana - Região Vila Cabana do Pai Tomás..... 93

Figura 42: QR Code divulgado nos materiais gráficos do Programa Fonte: Consórcio Práxis-Métrics, 2025 94

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Empreendimentos do OP Conquistados pela vila Cabana Pai Tomás 23

Tabela 2: Resumo das necessidades das partes interessadas do projeto..... 37

Tabela 3: Ações e ferramentas para apoiar a comunicação social do projeto do BRT Amazonas..... 38

Tabela 4: Ações de comunicação externa 39

Tabela 5: Ações de mobilização social 43

Tabela 6: Necessidades das partes interessadas do Programa..... 54

Tabela 7: Mapeamento das partes interessadas. 54

Tabela 8: Matriz – Nível de Impacto e Prioridade de Comunicação 58

Tabela 9: Mapeamento das partes interessadas. 62

Tabela 10: Matriz de Nível de Impacto e Prioridade de Comunicação 65

Tabela 11: Eventos previstos no Plano Mobs e realizados até o momento 86

Tabela 12: Quadro de composição de investimentos do Programa que possuem recursos destinados ao investidos no PEPI 110

PRELIMINAR

PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana de Belo Horizonte prevê a implantação do BRT Amazonas, com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço de transporte público e ampliar o acesso às oportunidades urbanas, ao mesmo tempo em que promove melhores condições de vida em áreas vulneráveis. A iniciativa inclui, além da implantação do corredor de alta capacidade, a urbanização da Vila Cabana do Pai Tomás e a integração entre planejamento urbano e mobilidade, com foco em eficiência, segurança, sustentabilidade ambiental, resiliência e inclusão social.

Com a alteração da solução inicial — de uma faixa exclusiva à direita para um corredor de BRT à esquerda —, visando maior eficiência operacional e aumento das velocidades comerciais, tornou-se necessária a construção de um Terminal de Integração para o pleno funcionamento do sistema BRT Amazonas. O Terminal de Integração Amazonas constitui infraestrutura essencial, permitindo a integração com outros modos de transporte, incluindo a Linha 2 do Metrô-BH, contribuindo para a redução da pressão de ônibus no centro, diminuição dos tempos de viagem e espera e dinamização econômica das áreas adjacentes.

Para viabilizar a implantação do Terminal, o Município de Belo Horizonte aprovou a Carta Consulta Nº 60989 junto à Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais – SAIN do Ministério da Economia, em setembro de 2023, com objetivo de preparar o Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano Integrado. Durante a fase de preparação o Município avaliou que o melhor parceiro para conduzir esta operação, devido à forte sinergia entre o programa em questão e o Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana, seria o Banco Mundial. Desta forma, foi solicitado ao BIRD que assumisse como operador de crédito deste novo programa.

Assim, a nova operação passou a ser estruturada como um Financiamento Adicional (*Additional Financing – AF*) ao Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana de Belo Horizonte (Acordo de Empréstimo LOAN 9069-BR). O AF financiará:

(i) aumento de custos nas obras civis do Corredor do BRT Amazonas decorrentes da inflação, das condições de mercado e de alterações de projeto;
(ii) ampliação do escopo do Projeto para incluir o Terminal de Integração Amazonas, essencial para a plena funcionalidade do sistema BRT;
(iii) obras urbanas complementares e melhorias de acessibilidade ao longo do Corredor do BRT Amazonas no âmbito do Componente 1; e
(iv) fortalecimento da capacidade institucional no âmbito do Componente 4.

Destaca-se que o Financiamento Adicional não altera o desenho, nem os objetivos do acordo inicial e, ainda, fornecerá recursos adicionais para o Programa.

Desta forma, o presente Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) integra o conjunto de instrumentos de gestão ambiental e social do Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana de Belo Horizonte, desenvolvido pela Prefeitura de Belo Horizonte com apoio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e seu Financiamento Adicional. Nesse contexto, o presente PEPI

PRELIMINAR

é concebido como um instrumento único, que estabelece as diretrizes e estratégias para a identificação, o engajamento e a comunicação com as partes interessadas ao longo de todas as fases de implementação, assegurando a participação social informada, inclusiva e contínua, em consonância com os requisitos do Banco Mundial.

PRELIMINAR

PARTE 1. PROGRAMA DE MOBILIDADE E INCLUSÃO URBANA DE BELO HORIZONTE

1. SOBRE O PROGRAMA

O Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana de Belo Horizonte foi originalmente estruturado com o objetivo de promover melhorias na mobilidade urbana, inclusão social e qualificação do espaço urbano, a partir de investimentos estratégicos financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Com a alteração da solução inicial de uma faixa exclusiva à direita para um Corredor de BRT à esquerda, com melhora da eficiência operacional e das velocidades comerciais, faz-se necessária a construção de um Terminal de Integração para o sistema de BRT Amazonas visando seu pleno funcionamento. O Terminal de Integração Amazonas é uma infraestrutura essencial para a plena funcionalidade do sistema, permitindo a integração com outros modos de transporte, incluindo a Linha 2 do Metrô-BH. O terminal contribuirá para reduzir a pressão de ônibus no centro, diminuir tempos de viagem e espera e impulsionar a atividade econômica nas áreas adjacentes.

O Município, na busca de recursos para a implantação do Terminal, obteve a aprovação de uma Carta Consulta junto ao Governo Federal e avaliou que o BIRD seria o melhor parceiro para conduzir esta operação. A partir do aceite do Banco Mundial, a nova operação passa a ser tratada como um Financiamento Adicional (*Additional Financing* – AF) ao Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana de Belo Horizonte (Acordo de Empréstimo LOAN 9069-BR).

Com o Financiamento Adicional, ficam mantidos os objetivos iniciais do Projeto e a estrutura de Componentes, tendo um incremento de recursos para atividades que irão contribuir para o atingimento dos objetivos, sendo: (i) aumento de custos nas obras civis do Corredor do BRT Amazonas decorrentes da inflação, das condições de mercado e de alterações de projeto; (ii) ampliação do escopo do Projeto para incluir o Terminal de Integração Amazonas, essencial para a plena funcionalidade do sistema BRT; (iii) obras urbanas complementares e melhorias de acessibilidade ao longo do Corredor do BRT Amazonas no âmbito do Componente 1; e (iv) fortalecimento da capacidade institucional no âmbito do Componente 4. Destaca-se que o AF não altera o desenho, nem os objetivos do acordo inicial e, ainda, fornecerá recursos adicionais para os seguintes itens:

Componente 1: Projetos e obras para reestruturação do Corredor de BRT da Amazonas (MOVE) incluindo estudos, simulações, projetos executivos, execução e gerenciamento de obras. Além disso as novas intervenções incluem melhorias para aumentar a acessibilidade, segurança e integração ao longo do corredor de BRT, tais como: (i) requalificação urbana do bairro Barro Preto, importante polo comercial e de transporte, com redesenho viário e melhoria de calçadas; (ii) melhorias urbanísticas e para pedestres em vias estratégicas ao longo de aproximadamente 8 km do Corredor do BRT Amazonas, incluindo

PRELIMINAR

paisagismo, iluminação e drenagem; e (iii) construção de duas estações de transferência do sistema BRT, faixas exclusivas de ônibus e melhorias viárias na Área Hospitalar de Belo Horizonte, para fortalecer a integração do sistema BRT e melhorar o acesso da população aos serviços de saúde. Esses investimentos melhorarão a mobilidade de pedestres, ciclistas e usuários do transporte público, particularmente mulheres e populações de baixa renda.

Componente 2: Melhoria urbana da Vila Cabana do Pai Tomás, incluindo, entre outras coisas: (i) o desenvolvimento de projetos e obras de infraestrutura; (ii) a construção e reabilitação de vias e becos; (iii) a construção de unidades habitacionais e comerciais para a realocação de famílias e negócios, que incorporarão características de design resistente ao clima; (iv) intervenções para mitigar riscos geológicos e/ou geotécnicos em áreas selecionadas da Vila Cabana do Pai Tomás; e (v) suporte técnico, supervisão e AT relacionados para implementação das atividades do PCAS. Este componente visa melhorar as condições de vida urbanas da comunidade da Vila Cabana do Pai Tomás, bem como sua interconexão com o Corredor Amazonas.

Componente 3: Planos e Projetos Estratégicos: este componente reúne consultorias para elaboração de estudos, planos e projetos de mobilidade urbana, desenvolvimento urbano e resiliência para territórios estratégicos de Belo Horizonte, incluindo o Plano de Desenvolvimento Estratégico da Região do Jatobá.

Componente 4: Fortalecimento institucional da Prefeitura de Belo Horizonte, incluindo treinamentos, capacitações, certificações, aquisição de bens, contratação de consultorias e auditorias, aquisição de solução para monitoramento da qualidade do ar, bem como a implementação e consolidação de instrumentos de gestão social, ambiental e de engajamento, como o Mecanismo de Queixas e iniciativas voltadas à inclusão social, a exemplo do projeto Mulheres na Obra.

Dessa forma, o Programa consolida-se como uma iniciativa integrada e contínua, que articula diferentes frentes de investimento ao longo do tempo, mantendo coerência entre suas fases e ampliando progressivamente seu alcance territorial e social, com foco na melhoria da mobilidade urbana, na redução das desigualdades e na promoção do desenvolvimento urbano sustentável em Belo Horizonte.

1.1. OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA

O Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana de Belo Horizonte tem como objetivo geral melhorar:

i) a qualidade do serviço e a acessibilidade a oportunidades para os usuários do transporte público na área de influência do Amazonas Express; e
ii) as condições de vida urbana da população pobre em assentamentos precários selecionados.

1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA

i. Melhorar a acessibilidade das regiões Oeste e Barreiro, bem como da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a implantação do Corredor de Transporte Coletivo na Avenida Amazonas;

PRELIMINAR

ii. Ampliar o acesso às redes de transporte coletivo à população de assentamentos de interesse social envolvidos no Programa;
iii. Reduzir os tempos de viagem, através da melhoria de tempos de parada, sincronismo dos semáforos e eliminação de gargalos operacionais;
iv. Ampliar as opções de destinos para os usuários do transporte coletivo;
v. Promover acessibilidade e circulação com conforto e segurança para todos os usuários, preferencialmente os pedestres;
vi. Reduzir o número de acidentes no trânsito urbano na área de influência do projeto proposto, através da sinalização de travessias semaforizadas seguras;
vii. Melhorar as condições de espera e a operação dos pontos de embarque e desembarque de passageiros com implantação e requalificação dos Pontos de Transferência;
viii. Reduzir a emissão de gases de efeito estufa com ganhos ambientais pelo aumento de velocidade operacional dos ônibus e redução do número de ônibus e viagens, consequência da tronco-alimentação;
ix. Reduzir o volume de tráfego na Avenida Amazonas;
x. Reduzir a poluição sonora;
xi. Aumentar o percentual de transporte coletivo na matriz de mobilidade da cidade;
xii. Reestruturar física e ambientalmente parte significativa da Vila Cabana Pai Tomás, integrando-a ao Corredor Amazonas e à cidade formal;
xiii. Elaborar Plano de Estruturação Urbana da Região do Jatobá visando a integração das políticas e especificidades presentes no território com foco na sustentabilidade e no desenvolvimento econômico;
xiv. Preparar banco de projetos estratégicos integrado à rede de transporte coletivo existente;
xv. Elaborar estudos e projetos de mobilidade, resiliência e desenvolvimento urbano na região oeste.
xvi. Fortalecer a capacidade institucional da Prefeitura de Belo Horizonte, para possibilitar a captação de recursos no futuro.

1.3. OBJETIVOS GERAIS DO PEPI

O Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI), aplicável de forma integrada às duas etapas do Programa, tem como finalidade estabelecer diretrizes e estratégias para promover a participação efetiva das partes interessadas ao longo de todo o ciclo de implementação das intervenções.

Nesse contexto, o PEPI tem como objetivos gerais:

- Promover a identificação, análise e mapeamento das partes interessadas, considerando suas características, níveis de influência e potencial de impacto;
- Estabelecer estratégias de comunicação adequadas, acessíveis e contínuas, garantindo a ampla divulgação de informações sobre o Programa, suas etapas e seus impactos;
- Assegurar a participação efetiva das partes interessadas nos processos de planejamento, implementação e monitoramento das intervenções;
- Ampliar o apoio às ações do Programa, por meio do fortalecimento do diálogo e da construção de relações de confiança com a população e instituições envolvidas;
- Reduzir resistências e prevenir conflitos, a partir da transparência das informações e da escuta ativa das demandas da população;

PRELIMINAR

- Minimizar impactos negativos decorrentes das intervenções, por meio da identificação prévia de riscos sociais e da adoção de medidas de mitigação;
- Garantir o acesso a canais formais de comunicação, incluindo mecanismos de recebimento, registro e resposta a dúvidas, reclamações e sugestões;
- Assegurar a transparência e a rastreabilidade das manifestações recebidas, por meio da implementação e gestão do Mecanismo de Queixas;
- Promover a inclusão social no processo de engajamento, com atenção especial a grupos vulneráveis ou com maior dificuldade de participação;
- Fortalecer a governança social do Programa, contribuindo para a efetividade das ações e para o alinhamento com as diretrizes ambientais e sociais do BIRD.

1.4. INVESTIMENTOS PREVISTOS

O montante de investimentos do Programa soma 100 milhões de dólares, dos quais 80 milhões são provenientes de recursos financiados pelo BIRD e 20 milhões provenientes de contrapartida do Município de Belo Horizonte. Com a formalização do Financiamento Adicional, o valor adicional a ser investido é de 62,5 milhões de euros, sendo 50 milhões de recursos BIRD e 12,5 milhões de contrapartida do Município.

PRELIMINAR

2. ATIVIDADES ANTERIORES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

A experiência da PBH no engajamento das partes interessadas é historicamente ampla e neste item serão destacadas atividades anteriores de envolvimento da população e aspectos importantes relacionados diretamente com o Programa.

2.1. PLANO DE MOBILIDADE

O diagnóstico do sistema de mobilidade urbana de Belo Horizonte e as propostas elaboradas foram apresentados e debatidos com os delegados representantes dos diversos setores — popular, técnico e empresarial — durante a 4ª Conferência Municipal de Política Urbana, que ocorreu de fevereiro a agosto de 2014, após ser convocada oficialmente em janeiro do mesmo ano. No decorrer das discussões, foram incorporadas novas sugestões e realizadas alterações nas proposições iniciais, que posteriormente foram validadas no próprio fórum. As diretrizes resultantes desse processo estão integradas ao novo Plano Diretor do município - Lei nº 11.181, de 08/08/2019.

Entre as propostas aprovadas, destaca-se a implantação da rede estruturante do transporte coletivo, que inclui o corredor Amazonas.

2.2. OBSERVATÓRIO DE MOBILIDADE

O Decreto Municipal nº 15.317/2013 instituiu o Observatório da Mobilidade Urbana de Belo Horizonte (ObsMob-BH), formado por um grupo de observadores representantes de diversas instituições, com o objetivo de acompanhar os estudos e ações voltados à promoção da mobilidade urbana sustentável e à implementação do PlanMob-BH.

O ObsMob-BH constitui um importante fórum aberto à participação da sociedade, criando um ambiente propício à construção de um Compromisso pela Mobilidade Sustentável, que atualmente reúne 90 instituições e cerca de 330 observadores.

O Regimento Interno do ObsMob-BH estabelece que:

> Art. 7º - O ObsMob-BH se reunirá pelo menos uma vez por semestre, preferencialmente nos meses de maio e novembro.
>
> Art. 8º - As reuniões do ObsMob-BH serão pautadas pelos temas discutidos e aprovados nas reuniões do Grupo Executivo.
>
> Art. 9º - O Grupo Executivo do ObsMob-BH se reunirá pelo menos uma vez por trimestre, podendo reunir-se com maior frequência quando necessário, ficando esta definição a critério do próprio Grupo Executivo.
>
> Art. 10 - Tanto as reuniões do Grupo Executivo como as do ObsMob-BH serão secretariadas pela BHTrans e terão suas atas divulgadas no Portal da PBH.

PRELIMINAR

> Art. 11 - Todas as reuniões do ObsMob-BH serão públicas, abertas à participação de qualquer pessoa e divulgadas por meio da página eletrônica correspondente e em outros meios de divulgação.
>
> Art. 12 - Todos os participantes das reuniões terão direito a voz, podendo o tempo de fala de cada um ser definido, a critério da coordenação dos trabalhos, para garantia da participação de todos os interessados de forma igualitária e para o bom andamento das reuniões.
>
> Art. 13 - Os documentos, memórias, indicadores e todas as informações referentes ao trabalho do ObsMob-BH serão divulgadas na página eletrônica correspondente[1].

2.3. CONSELHO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA (COMURB)

O Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (COMURB), previsto no novo Plano Diretor de 2019, é o órgão colegiado de participação popular, de caráter consultivo e propositivo responsável por assegurar o controle social e a participação popular de forma adequada e eficaz, com vistas a:

- Garantir a gestão democrática da política de mobilidade urbana no município. Garantir a transparência das ações de mobilidade;
- Definir e rever os indicadores de desempenho a serem tomados como referência para o monitoramento e a avaliação do PlanMob-BH;
- Acompanhar, monitorar e avaliar os investimentos em mobilidade e o uso dos recursos dos fundos da mobilidade;
- Avaliar o balanço anual das metas do plano de mobilidade urbana;
- Propor as metas relativas aos instrumentos de gestão da mobilidade urbana em médio e longo prazo.

Ressalta-se, no Plano Diretor, que o tratamento dos corredores de transporte coletivo deve necessariamente incluir o tratamento das calçadas lindeiras. Além disso, qualquer alteração na rede estruturante de transporte deve ser previamente submetida à apreciação do COMURB[1].

[1]COMURB

> De acordo com o Art. 1º do Decreto nº 19.129, de 5 de junho de 2025, o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (Comurb) — instância colegiada de participação popular de caráter consultivo e propositivo — possui as seguintes atribuições:

[1] Página ObsMob-BH: https://prefeitura.pbh.gov.br/bhtrans/informacoes/participacao-popular/observatorio-mobilidade/reunioes

I – definir e rever os indicadores de desempenho para o monitoramento e a avaliação do PlanMob-BH;

II – acompanhar, monitorar e avaliar os investimentos em mobilidade e o uso dos recursos dos fundos da área;

III – avaliar o balanço anual das metas do plano de mobilidade urbana;

IV – propor metas de médio e longo prazo para os instrumentos de gestão da mobilidade urbana;

V – emitir parecer sobre propostas de alterações nos mapas de classificação de calçadas, da rede cicloviária e da rede estruturante de transporte coletivo

De acordo com o Art. 16, Item I, do Regimento Interno do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte (COMURB), publicado em 30/09/2025, as reuniões ordinárias devem ocorrer, no mínimo, a cada dois meses.

Ressalta-se que a convocação, contendo data, local, horário e duração, será realizada pela Presidência com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

2.4. FÓRUNS TEMÁTICOS E COMISSÕES REGIONAIS DE TRANSPORTE E TRÂNSITO (CRTT)

Com o objetivo de ampliar o diálogo com os diferentes segmentos envolvidos na mobilidade urbana, foram instituídos fóruns temáticos voltados às áreas de Táxi, Transporte Suplementar, Motociclistas, Ciclistas (GT-Pedala), Logística Urbana e Transporte Escolar. Esses fóruns destinam-se à discussão de questões específicas relacionadas às respectivas áreas de atuação e interesse, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas de mobilidade.

Complementarmente, as Comissões Regionais de Transporte e Trânsito (CRTT) constituem espaços democráticos e permanentes de interação entre a comunidade local e o Poder Executivo Municipal, voltados à discussão de temas relacionados ao transporte público, trânsito e planejamento da mobilidade urbana. As CRTTs asseguram o acesso à informação e a participação ativa da população nos processos de elaboração, debate, proposição, implantação, desenvolvimento e manutenção das políticas públicas de transportes e trânsito.

As CRTTs são abertas à participação de toda a população das nove regiões administrativas da cidade. Os membros permanentes são eleitos pela comunidade local a cada dois anos, em processo eleitoral amplamente divulgado por meio de cartazes em locais públicos, nos ônibus do sistema de transporte coletivo municipal, além de panfletos e publicações nas redes sociais. Além dos representantes eleitos, qualquer cidadão interessado nos temas em pauta pode participar das reuniões, com direito a voz, sendo o direito a voto restrito aos membros eleitos.

A CRTT é coordenada pela Superintendência de Mobilidade do Município (SUMOB), por meio da Gerência de Mobilização Social, contando também com a atuação da BHTRANS. Suas atividades organizam-se por meio de reuniões ordinárias e extraordinárias. As reuniões ordinárias ocorrem regularmente nas nove regionais administrativas da cidade — com periodicidade mensal ou bimestral — e têm como objetivos

PRELIMINAR

acompanhar as demandas das CRTTs, promover treinamentos, apresentar propostas relacionadas à mobilidade urbana e manter os representantes atualizados sobre as ações da SUMOB e da BHTRANS.

As reuniões extraordinárias são convocadas para tratar de pautas específicas, como mudanças na circulação viária, alterações de itinerários de ônibus ou projetos estruturantes de mobilidade da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Essas reuniões ocorrem nas comunidades diretamente envolvidas, com mobilização e divulgação local e regional, de forma a garantir ampla participação social.



Figura 1: Fotos das reuniões das CRTT

2.5. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO REGIONAL

Trata-se de um Programa de Governo do Município de Belo Horizonte em vigor há quinze anos, por meio do qual a população decide sobre a aplicação de recursos públicos, contemplando investimentos em infraestrutura e em equipamentos urbanos.

A escolha dos empreendimentos ocorre nas nove regionais da cidade, sendo os recursos distribuídos de forma proporcional à participação da população no processo — o que reflete também a capacidade de mobilização para captação dos recursos necessários à viabilização dos projetos. Dessa forma, intervenções com maior abrangência de benefícios tendem a alcançar maior engajamento comunitário.

De modo geral, o processo favorece a priorização de equipamentos de saúde, educação e lazer, capazes de atender a um público mais amplo, enquanto obras de infraestrutura — especialmente as de saneamento —, por beneficiarem áreas mais restritas, demandam maior esforço de conscientização e mobilização da comunidade para serem contempladas.

2.6. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - VILA CABANA PAI TOMÁS

Na Vila Cabana Pai Tomás, o engajamento e a mobilização das lideranças comunitárias se refletem na dimensão e na relevância das obras previstas e executadas por meio de nove empreendimentos do Orçamento Participativo, apresentados na Tabela 1.

Esses empreendimentos têm importância significativa para o sistema viário local, envolvendo intervenções de saneamento e um expressivo número de reassentamentos de domicílios, totalizando investimentos da ordem de R$ 31 milhões, em valores atualizados. Os montantes conquistados evidenciam o elevado grau de mobilização da comunidade nos processos do Orçamento Participativo ao longo de aproximadamente vinte anos.

Em relação às obras de infraestrutura, a Vila Cabana Pai Tomás obteve, no OP 2009/2010, 24,50% dos recursos destinados à Regional Oeste; no OP 2011/2012, 26,16%; e no OP 2015/2016, 34,22%. Já no OP 2013/2014, as lideranças locais se uniram à comunidade do Madre Gertrudes, conquistando 33,20% dos recursos disponíveis.

Tabela 1: Empreendimentos do OP Conquistados pela vila Cabana Pai Tomás

O.P.	Nº EMP.	ESCOPO
1996	65	Urbanização dos Becos: São João Del Rey, Pai Joaquim, Pedreira, Soni, Santa Cecília, Nícias Continentino, Bela Vista "A", Belmiro Dias, Bernardino, Chapinha, Samina, Paiva, Ipiranga, Santa Catarina, Santa Cruz e das Ruas: Camboatã e Pau Brasil.
1997	70	Canalização da Rua Sete de Setembro
2001-2002	94	Urbanização e abertura das ruas: da Mina, Monsenhor Paulo Brasil e implantação de praças.
2003-2004	78	Abertura, contenção, drenagem, pavimentação e obras complementares dos Becos: Santa Catarina (entre Beco São Geraldo e João Pires), São José (entre Beco Santa Catarina e Rua Independência), São Tarcisio (entre Rua São Geraldo e Monsenhor Paulo), Rua "C" (entre Rua Crispim Jaques e Avenida Tereza Cristina), Beco Araruama (entre Rua Itanajé e João Caetano), conforme diretrizes do PGE.
2005-2006	84	Urbanização do beco Pai Joaquim, com extensão de 120 metros, a partir da Rua Independência.
2007-2008	70	Urbanização do Beco Vista (entre rua Chapinha e rua Independência) e implantação de Via de Ligação entre Ruas Lenine Silva e Rua Independência, conforme diretrizes do PGE.
2009-2010	80	Abertura de via, continuação do beco Pai Joaquim, com extensão de 70 metros, a partir do trecho conquistado em OP anterior, conforme diretrizes do PGE.

PRELIMINAR

2011-2012	74	Abertura da Rua Alkimim, entre Ruas Independência e Boa Vista; urbanização de beco Alkimim, entre Ruas Boa Vista e Servidão; abertura de Ligação entre Ruas Servidão e Frei Gaspar
2015-2016	88	Abertura da Rua João Pires, entre as Ruas Centro Social e Seringueira, conforme diretrizes do PGE.

PRELIMINAR

2.7. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – PLANOS URBANÍSTICOS

A partir do Orçamento Participativo de 1998, as comunidades passaram a ter o direito de solicitar a elaboração de Planos Globais Específicos (PGE), que se tornaram pré-requisito para o planejamento e a orientação de futuras intervenções. Desde então, 77 planos foram solicitados, previstos e concluídos.

As ações integradas previstas nos PGEs abrangem urbanização, recuperação ambiental de áreas degradadas, saneamento e regularização fundiária, com o objetivo final de promover a integração física e social dessas comunidades à cidade formal.

As intervenções propostas para a Vila Cabana Pai Tomás resultam das discussões realizadas com a comunidade local durante a elaboração do Plano Global Específico, concluído em 2011. Em 2013, teve início o desenvolvimento dos projetos executivos, processo no qual a comunidade voltou a ser consultada e a participar ativamente por meio de um Plano de Mobilização e Comunicação Social, que contou com a atuação dos Grupos de Referência (GRs) e a realização de reuniões, assembleias, debates e validações coletivas das propostas.

2.8. EXPERIÊNCIA DA POLÍTICA URBANA

As experiências da Secretaria Municipal de Política Urbana no envolvimento das partes interessadas estão associadas, principalmente, a três processos participativos: a Conferência Municipal de Política Urbana (CMPU), realizada geralmente a cada quatro anos desde 1998; a elaboração dos Planos Diretores Regionais, entre 2011 e 2013; e os estudos da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste, desenvolvidos entre 2010 e 2015.

As Conferências Municipais de Política Urbana constituem fóruns participativos voltados à avaliação e atualização da legislação urbanística do município — incluindo o Plano Diretor, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, entre outras normas correlatas. Esses espaços contam com a participação de representantes da sociedade civil, eleitos entre seus pares e organizados a partir de três setores:

- Setor popular - organizações comunitárias, de moradores, e as entidades de movimentos reivindicativos setoriais específicos vinculados à questão urbana, todas legalmente constituídas;
- Setor técnico - universidades e os centros universitários, as entidades de profissionais liberais e as organizações não governamentais ligadas à questão urbana;
- Setor empresarial - as entidades patronais da indústria, do comércio e de serviços.

Para participar das Conferências Municipais de Política Urbana, são eleitos 81 representantes titulares e 81 suplentes de cada setor, totalizando 243 delegados titulares e 243 suplentes. No setor popular, as eleições ocorrem por regional da cidade, sendo escolhidos nove representantes titulares e nove suplentes em cada território.

As Conferências são fóruns participativos e deliberativos, nos quais os delegados formulam propostas de alteração ou aperfeiçoamento da legislação urbanística do município de maneira ativa e democrática.

PRELIMINAR

Esses processos costumam se estender por cerca de seis meses, durante os quais os representantes se reúnem aos sábados. Normalmente, as conferências são organizadas em quatro etapas:

- Eleição dos delegados;
- Capacitação dos representantes eleitos;
- Grupos de trabalho para revisão e elaboração das propostas;
- Plenárias finais para deliberação das propostas apresentadas.

Todo o processo é coordenado pelo corpo técnico da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), com o apoio de empresa contratada para a organização e logística do evento. O resultado final das conferências é consolidado em um projeto de lei, encaminhado à Câmara Municipal para apreciação e votação pelos vereadores.

No caso da elaboração dos Planos Diretores Regionais (PDRs), o trabalho se desenvolveu em três etapas de ampla participação da sociedade civil.

A primeira etapa, dedicada ao Diagnóstico da Área (situação atual e tendências de uso e ocupação), incluiu uma pesquisa de percepção junto a moradores, agentes locais, técnicos de serviços públicos, pesquisadores e outras referências identificadas nas áreas de abrangência.

Foram realizadas, em média, 36 entrevistas por regional administrativa, com o objetivo de compreender a percepção sobre os problemas, carências e potencialidades de cada território. Essa etapa também contou com uma oficina pública, destinada à apresentação e discussão do diagnóstico elaborado pelas empresas de consultoria técnica responsáveis pelos planos.

A segunda etapa, voltada à Consolidação das Estratégias para Estruturação Urbana Sustentável, compreendeu seminários técnicos direcionados a diferentes públicos — academia, setor empresarial e servidores públicos —, além da 2ª Oficina Pública de Discussão, cujo objetivo foi debater, validar e pactuar com moradores e organizações locais uma proposta de estrutura urbana sustentável para as regiões analisadas. Essa fase incluiu ainda duas reuniões técnicas voltadas aos participantes da oficina, com vistas a aprofundar as discussões sobre as diretrizes urbanas a serem propostas.

A terceira e última etapa consistiu na Audiência Pública Final dos Planos Diretores Regionais, que apresentou os principais resultados dos estudos e as propostas de cada plano aos representantes dos segmentos e à população envolvida.

Os PDRs contaram com a participação de mais de três mil pessoas nas nove regionais administrativas da cidade, resultando na proposta de nova estrutura urbana levada à IV Conferência Municipal de Política Urbana (2014). A partir desses dois processos participativos — a CMPU e os PDRs — foi elaborado o Novo Plano Diretor do Município (Lei nº 11.181/2019).

Os estudos da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste (OUC ACLO) tiveram início em 2010, sob coordenação da Subsecretaria de Planejamento Urbano (SUPLAN), e passaram por

PRELIMINAR

revisões ao longo dos anos seguintes. Em 2011, foram iniciados os estudos para a OUC do Eixo Leste-Oeste, e, em 2013, as duas operações foram unificadas sob a denominação OUC Nova BH. Posteriormente, em 2014, houve nova revisão dos limites e programas, dando origem à atual OUC Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste (OUC ACLO).

Durante todo o processo, a OUC contou com diversos ciclos de participação social, incluindo oficinas públicas, audiências, apresentações em conselhos e pesquisas de percepção ambiental junto às populações envolvidas.

A primeira pesquisa de percepção ambiental foi conduzida em duas etapas:

- Quantitativa, com aplicação de questionários em 300 domicílios e 150 estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços;
- Qualitativa, por meio de quatro oficinas públicas, que reuniram 79 participantes, entre lideranças comunitárias, cidadãos e representantes do setor empresarial.

Em 2014, em decorrência das discussões da IV CMPU, que resultaram em propostas de alteração no Plano Diretor e na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, foi retomado o processo de debate público da OUC ACLO, com o objetivo de revisar e aprimorar sua proposta conceitual e urbanística.

Nessa etapa, a SUPLAN promoveu audiências e oficinas públicas, debates regionais, trabalhos de campo e grupos temáticos de discussão, reunindo aproximadamente 2.200 pessoas de diversas regiões da cidade incluídas no perímetro da operação.

O processo de participação e envolvimento das partes interessadas na elaboração do Programa de Desenvolvimento Estratégico da Região do Jatobá está sendo desenvolvido a partir dessas experiências consolidadas da SMPU, que se destacam pela ampla divulgação e intenso engajamento popular.

A construção do Programa tem como premissa a participação compartilhada com a sociedade, envolvendo associações empresariais, entidades de bairro, lideranças locais, instituições acadêmicas e órgãos públicos. Estão sendo adotados mecanismos de consulta e construção coletiva, com o objetivo de reduzir a assimetria informacional entre os participantes e fortalecer a gestão democrática do território.

PRELIMINAR

3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

Dentre os objetivos da NAS 10 do Banco Mundial, está o de estabelecer uma estratégia sistemática de envolvimento das partes interessadas, que ajudará os Mutuários a criar e manter uma relação construtiva, em particular, com as partes afetadas pelos projetos financiados pela instituição. Os requisitos estabelecidos pela norma na fase de preparação dos projetos são os seguintes:

- **Identificação e análise de partes interessadas**, para identificação de indivíduos e grupos diretamente afetados ou que tenham interesse na iniciativa, visando apoiar a definição das ações de consulta e de comunicação do projeto;

- **Desenvolvimento de um plano de engajamento das partes interessadas**, visando estabelecer um cronograma e os métodos de envolvimento das partes interessadas durante o ciclo de vida do projeto;

- **Divulgação de informações sobre o projeto**, para permitir que as partes interessadas compreendam os riscos e impactos e as possíveis oportunidades;

Consulta relevante, para fornecer às partes interessadas oportunidades para expressar as suas opiniões sobre os riscos, impactos e medidas de mitigação. Esse processo deve começar no estágio inicial do processo de planejamento, para receber opiniões iniciais sobre a proposta do projeto e informar sua concepção.

3.1. COMPONENTE 1

Em agosto de 2018, foi realizada pelo Instituto Ver a Pesquisa de Comunicação Estratégica junto aos usuários do sistema municipal de transporte coletivo por ônibus de Belo Horizonte. As figuras a seguir apresentam o perfil dos respondentes, indicando que 62% são mulheres e que a idade média é de 34,7 anos.

Na mesma pesquisa, ao serem questionados se a implantação de faixas exclusivas para ônibus seria uma boa alternativa para reduzir o tempo de viagem, 95% dos entrevistados responderam positivamente.

PRELIMINAR



Figura 2: Descrição da Amostra - Sexo e Faixa Etária.

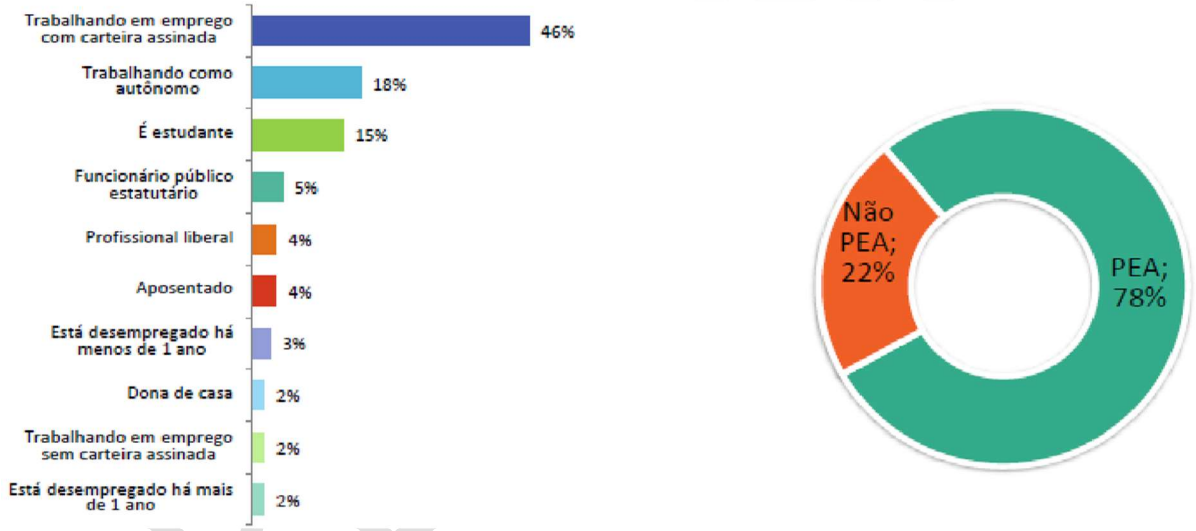


Figura 3: Descrição da Amostra- Ocupação e População Economicamente Ativa.

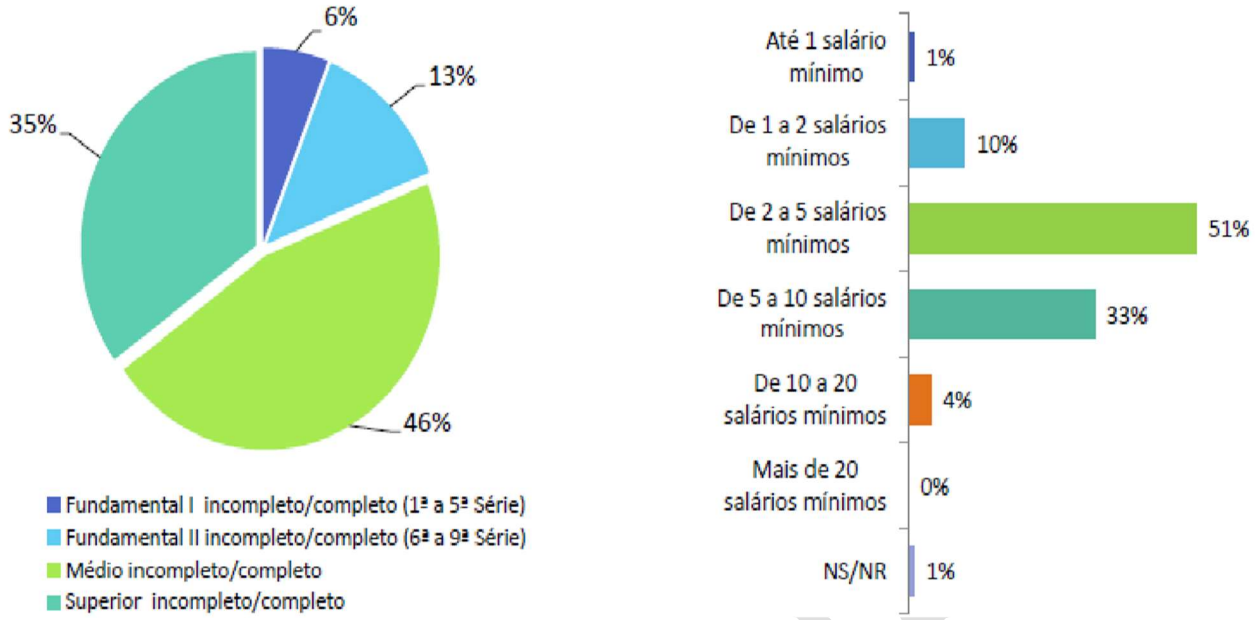


Figura 4: Descrição da Amostra - Escolaridade e Renda.

Ainda no âmbito do Componente 01, é importante destacar, que o Plano Estratégico de Comunicação e Mobilização Social (PECMS-BRT Amazonas) seguirá as determinações do Anexo 21 do Termo de Referência, que visa orientar o desenvolvimento dos subprodutos necessários para a completa elaboração do plano, bem como a caracterização e o estabelecimento de diretrizes e instruções. As orientações, diretrizes e instruções contidas no referido anexo estão alinhadas à Norma Ambiental e Social 10 (NAS 10) do Banco Mundial e ao Plano de Engajamento das Partes Interessadas da operação de crédito junto ao BIRD da Prefeitura de Belo Horizonte.

O PECMS-BRT Amazonas também tem como referência o Plano de Equidade (PEQUI) do Programa de Mobilidade e Inclusão Social de Belo Horizonte, que visa estabelecer diretrizes a serem seguidas pelos órgãos públicos e setor privado para promoção de um ambiente urbano mais seguro e inclusivo para mulheres e meninas.

Os resultados da Etapa 1 de mobilização social, evidenciam o atendimento aos requisitos indicados para o Corredor Amazonas e a prioridade dada durante as atividades de consulta pública ao tema, por meio do estabelecimento de grupos de trabalho específicos para a discussão sobre a concepção de espaços públicos sensíveis a gênero.

3.2. COMPONENTE 02

Para a execução das obras definidas no PGE e nos Projetos da Cabana considera-se como partes interessadas:

- Os moradores da Vila Cabana, que receberão diretamente ou indiretamente os benefícios das intervenções, mas que também sofrerão os impactos durante a execução das obras;

- As famílias atingidas pelo processo de deslocamento involuntário;
- As lideranças e associações comunitárias da Vila Cabana, que participaram das discussões públicas de elaboração do PGE e do projeto;
- As entidades diversas, públicas ou comunitárias que atuam no território da Cabana.

As partes afetadas pelas intervenções na Vila Cabana Pai Tomás são, principalmente, os moradores da comunidade, que serão beneficiados pelas melhorias previstas, mas também experimentarão os impactos decorrentes da execução das obras, além das famílias sujeitas ao processo de deslocamento involuntário.

Considerando a dinâmica já consolidada de participação comunitária nas etapas preparatórias dos empreendimentos, foi possível identificar os principais atores sociais de cada comunidade envolvida — grupos que tiveram papel relevante nas consultas já realizadas e que deverão ser formalmente incluídos no processo de execução das intervenções da Vila Cabana Pai Tomás, bem como no desenvolvimento dos projetos das demais áreas.

No caso específico da Vila Cabana Pai Tomás, destacam-se abaixo os principais equipamentos públicos, entidades e associações atuantes, que deverão ser envolvidos no detalhamento e na implementação do Plano de Engajamento das Partes Interessadas:

- Associação dos Moradores do Aglomerado Cabana (ASMAC) - Desde 1962 - Realização de trabalhos sociais junto à comunidade;
- Associação dos Moradores do Nova Gameleira - Desde 1982 - Socialização infanto-juvenil, curso de informática, grupo de terceira idade, clínica odontológica, grupo de geração de renda (curso de pintura em tecido), esporte, lazer;
- Associação 1º de Maio - Desde 1967 - Desenvolvimento de projetos sociais;
- Ação Comunitária Santo Antônio de Pádua -Desde 2002 - Fomento a religiosidade e amparo à comunidade;
- Grupo de Apoio (sede) - Desde 1989 - Promoção da cidadania, da inclusão social e da conscientização de famílias de baixa renda;
- Grupo de Apoio Unidade 1 (socialização) - Desde 1991 - Socialização de crianças e adolescentes e apoio pedagógico;
- Grupo de Apoio Unidade 2 (socialização) - Desde 1991 - Socialização de crianças e adolescentes e alfabetização de adultos);
- Grupo de Apoio Unidade 3 (Cursos) - Desde 1991 - Formação de grupos de produção e geração de renda. Promoção familiar e da comunidade;
- Centro Juvenil João Calvino (creche e centro de socialização) -Desde 1983 - Assistência social e apoio pedagógico;

PRELIMINAR

- Centro de Referência Casa Azul - Desde 2001 - Ação cultural e desenvolvimento humano para a cultura da paz;
- Unidas Venceremos (grupo de costura) - Desde 2001 - Ajuda mútua e geração de renda;
- Centro Social São Francisco Sales - Desde 2005 - Assistência social aos jovens e suas famílias;
- Colmeia - Centro de Educação e Profissão - Desde 1955 - Assistência à mãe solteira;
- Centro Cultural e Comunitário Cabana - Desde 2000 - Espaço comunitário para manifestações culturais;
- Sociedade São Vicente de Paulo (Desde 1993 - Ajuda aos pobres e evangelização).

De modo geral, a população residente nas áreas abrangidas pelas intervenções da Vila Cabana Pai Tomás caracteriza-se por baixa renda e baixo nível de escolaridade, fatores que podem dificultar a participação plena nas discussões e atividades do projeto, em razão da assimetria informacional.

Além disso, a disponibilidade de tempo, as dificuldades de locomoção e os custos de transporte podem restringir a presença em reuniões e consultas, sobretudo quando realizadas em locais distantes das comunidades.

A experiência da Urbel demonstra ainda que há diferenças significativas de participação e interesse entre os moradores das localidades e as famílias sujeitas ao deslocamento involuntário. Em geral, estas últimas enfrentam maiores dificuldades de engajamento, devido à natureza sensível e individual do tema da remoção, que pode gerar constrangimentos quando debatido em público.

Por fim, ainda que as associações comunitárias e demais entidades locais possuam legitimidade decorrente de seu histórico de atuação, elas não devem ser consideradas representantes absolutas de todos os segmentos da comunidade potencialmente impactada pelas intervenções.

Diante dessas particularidades, torna-se essencial que o planejamento dos processos participativos e o fluxo de informações sobre as intervenções considerem tais condicionantes sociais e logísticas, de modo a assegurar transparência, inclusão e efetividade na comunicação com as partes interessadas.

- Realização de atividades além do horário que coincida com o horário de trabalho da maioria da população. Para isso, é necessário que atividades ocorram no período noturno ou finais de semana;
- Realização de atividades em locais dentro da própria comunidade, distribuídos entre os diversos setores territoriais e sociais que forem identificados. No caso específico da Cabana, conforme indicado durante a elaboração do Plano Global Específico, em função de dificuldades de locomoção das pessoas dentro da vila, provocadas pela extensão territorial do aglomerado e pelas dinâmicas sociais internas, a participação da comunidade foi dividida em seis setores: um com moradores dos setores Alto da Antena e Fundo da Colina, outro para o Alto Vista Alegre e Pedreira e outro para cada uma das demais comunidades: Boa Vista, Cabana Central, Monsenhor Paulo Brasil e Pai Joaquim;

PRELIMINAR

- Realização de atividades que envolvam a participação dos representantes da comunidade (Grupos de Referência, Associações Comunitárias, entidades diversas que atuam no território), e atividades de esclarecimentos que sejam abertas e divulgadas para toda a comunidade. Exemplos dessas atividades são assembleias de moradores, gerais e por territórios, e ações de mobilização em que a equipe envolvida percorra a comunidade levando informativos, através da estratégia "porta-a-porta";

- Utilização de outros meios de comunicação, como divulgação através de faixas, jornais de circulação dentro da comunidade, avisos e comunicados afixados em locais de grande circulação de pessoas;

- Utilização dos meios diversos de mobilização, comunicação e divulgação, voltados para grupos específicos que podem funcionar como multiplicadores de informação, como grupos de crianças e mulheres, por exemplo;

- Reuniões específicas com as famílias atingidas por deslocamento involuntário, apresentando detalhadamente as etapas do processo de remoção e reassentamento, e as alternativas existentes para minimizar os impactos. Vale esclarecer que a estratégia de abordagem e condução do processo de remoção contará também com atendimento social específico e individualizado, conforme será apresentado no Plano de Ação de Reassentamento;

- Utilização de mecanismos de atendimento constante, individualizado e de fácil acesso para a comunidade, como o escritório social instalado no empreendimento durante a execução das obras e a realização de plantões de esclarecimentos durante a elaboração dos projetos.

3.3. COMPONENTE 03

A área de estudo da região do Jatobá compreende grupos sociais com interesses distintos em relação ao desenvolvimento urbano. Dessa forma, os grupos que devem ser envolvidos nos processos de planejamento incluem:

- População local;
- Representantes das indústrias, comércios e serviços locais;
- Associações de bairro e lideranças comunitárias.

A partir da Pesquisa Amostral Socioeconômica e Organizativa, realizada entre agosto e novembro de 2024 nos territórios do Macroplano (que engloba o território do Plano de Estruturação Urbano-Ambiental – PEA) e do Plano Urbanístico Integrado (PUI), foi possível identificar as principais características da população local. Foram coletados dados de 3.272 domicílios, abrangendo aproximadamente 9 mil pessoas.

No território do Macroplano, a pesquisa foi estruturada com base em uma amostragem estratificada por subsetores, cujo cálculo foi realizado por meio de fórmula estatística padrão. Na área do PUI, optou-se por não realizar a estratificação em subsetores. Em ambos os territórios, não foi necessário entrevistar todos os moradores, pois a aplicação de critérios estatísticos rigorosos permitiu a produção de

PRELIMINAR

informações representativas da população como um todo, com margem de erro conhecida e aceitável para análises sociais.

A seguir, apresenta-se uma síntese do perfil socioeconômico da população residente no Macroplano e no PUI, com base nas informações coletadas pela pesquisa.

Sexo e idade

Os dados levantados indicam que a população dos dois territórios apresenta distribuição semelhante entre os sexos masculino e feminino por faixa etária, com algumas variações, sobretudo no território do PUI. Em relação à estrutura etária, observa-se que a população do Macroplano acompanha a tendência do município, com maior representatividade da população adulta (entre 20 e 60 anos) e idosa (acima de 60 anos)[2]. Já o território do PUI apresenta uma população relativamente mais jovem, com predominância das faixas etárias entre 10 e 19 anos e entre 30 e 39 anos.

A pirâmide etária apresentada ilustra o perfil da população por sexo e faixa etária nos territórios do Macroplano e do PUI.

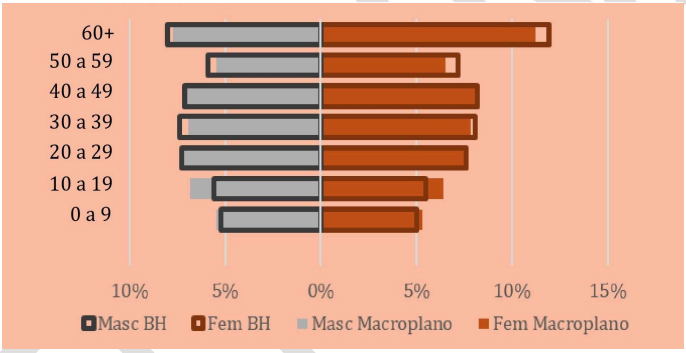


Figura 5: Pirâmide etária do Macroplano

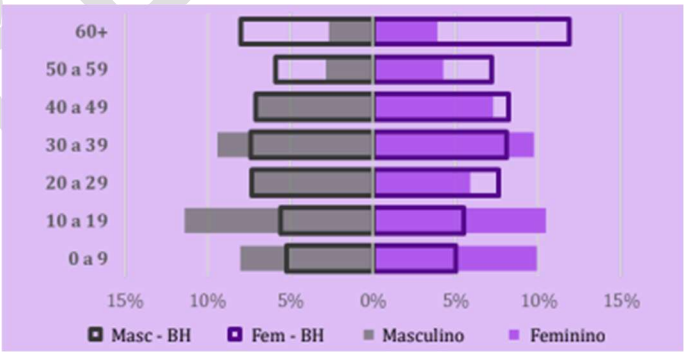


Figura 6: Pirâmide etária do PUI

[2] As faixas etárias seguem a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): jovens (0 a 14 anos), adultos ou população em idade ativa (15 a 59 ou 64 anos) e idosos (60 anos ou mais), conforme o Estatuto da Pessoa Idosa e critérios demográficos do IBGE.

PRELIMINAR

Raça/cor

Conforme apresentado no gráfico de raça/cor, a Pesquisa Amostral indicou que mais da metade da população dos territórios abrangidos pelo Programa se autodeclara parda ou preta, segundo o critério de autodeclaração. No Macroplano, essas duas categorias somam 69,23% da população, enquanto no território do PUI esse percentual alcança 75,29%.

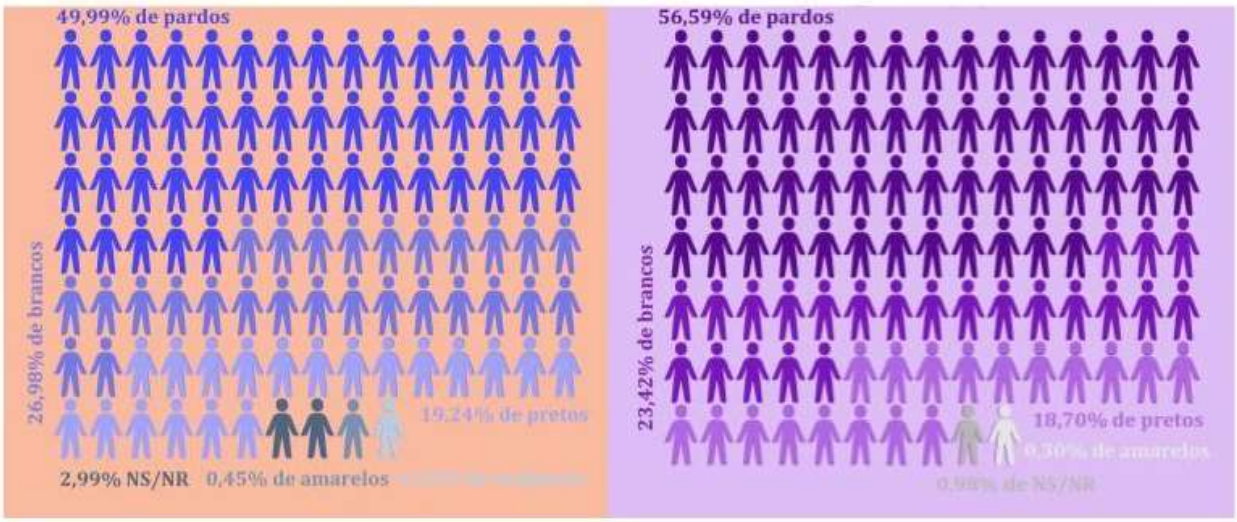


Figura 7: Raça/cor Macroplano e PUI

Escolaridade

A análise da escolaridade das pessoas com 24 anos ou mais revela que a maior parte da população de ambos os territórios possui, no máximo, o ensino médio completo. Tanto no Macroplano quanto no PUI, aproximadamente um terço da população dessa faixa etária não concluiu o ensino fundamental (27,7% e 29,8%, respectivamente). O Macroplano apresenta proporção ligeiramente maior de pessoas com ensino médio completo em comparação ao PUI (32,3% e 27,2%, respectivamente). No que se refere ao ensino superior, essa diferença se torna mais expressiva, conforme demonstrado no gráfico de escolaridade abaixo:

PRELIM

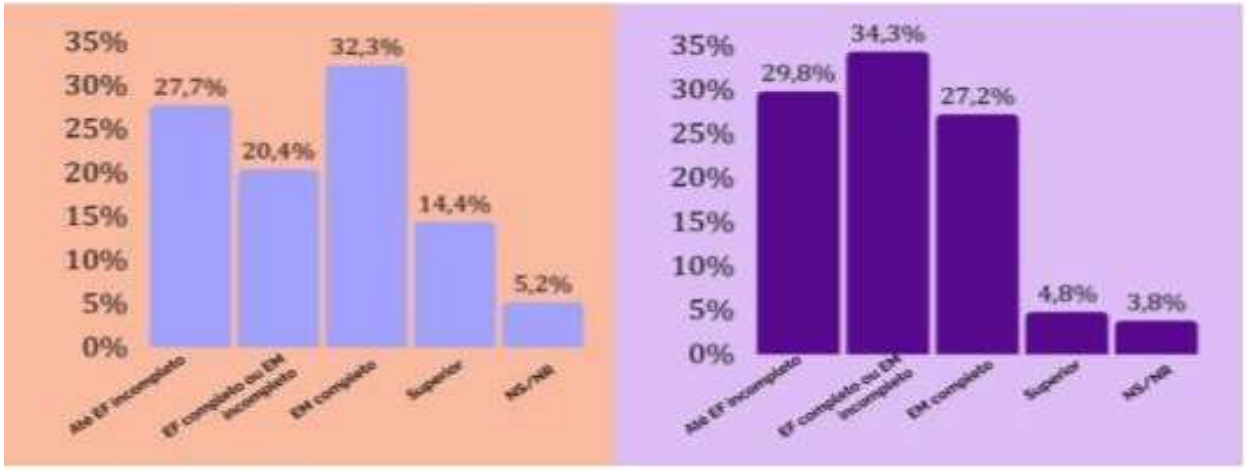


Figura 8: Escolaridade de pessoas de 24 anos ou mais - Macroplano e PUI

Trabalho

Entre as pessoas em idade economicamente ativa nos territórios do Programa (15 a 64 anos), mais da metade exerce atividades remuneradas. No Macroplano, quase metade da população ocupada estava empregada com carteira assinada no momento da pesquisa (49,8%), enquanto 30,7% se declararam trabalhadores autônomos. No território do PUI, o percentual de pessoas com carteira assinada foi ligeiramente inferior (45,9%), ao passo que a proporção de trabalhadores autônomos foi superior à do Macroplano, alcançando 34,1%.

Entre os demais respondentes, pouco menos de 20% em ambos os territórios se encontravam em outras situações ocupacionais, tais como empregados sem carteira assinada, freelancers, funcionários públicos, diaristas e estagiários.

O gráfico de trabalho apresenta a distribuição das condições de ocupação da população residente no Macroplano e no PUI.

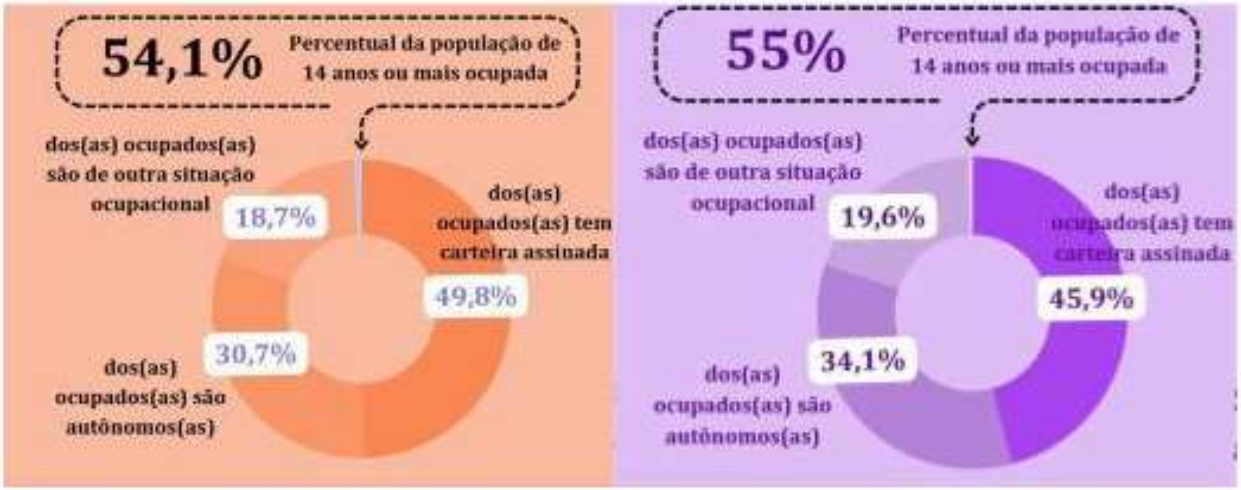


Figura 9: Trabalho - Macroplano e PUI.

PRELIMINAR

Tabela 2: Resumo das necessidades das partes interessadas do projeto

COMUNIDADE	GRUPO DE PARTES INTERESSADAS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	MEIOS DE NOTIFICAÇÃO PREFERIDOS (E MAIL, TELEFONE, RÁDIO, CARTA)	NECESSIDADES ESPECÍFICAS (ACESSIBILIDADE, IMPRESSÃO AMPLIADA, LOCAL ONDE DEIXAR AS CRIANÇAS, REUNIÕES DURANTE O DIA)
Cabana Pai Tomás	Moradores da vila	Cerca de 20.000 pessoas residentes na Vila	Mobilização porta a porta, assembleias e reuniões com moradores por território, comunicação através de material informativo distribuído porta a porta e em lugares de grande circulação de pessoas	Atividades realizadas a noite ou em finais de semana, fora do horário de trabalho. Reuniões e atividades respeitando a distribuição geográfica da comunidade Reuniões separadas para público morador e público atingido por deslocamentos involuntários
Cabana Pai Tomás	Atingidos por deslocamentos involuntários	Cerca de 700 pessoas		
Plano de Desenvolvimento Integrado da Região do Jatobá	População local	Cerca de 61.297 habitantes (IBGE, 2022)	Via redes sociais, mobilização nas escolas, postos de saúde, CRAS, centros culturais, mobilização porta a porta e locais de maior circulação de pessoas, ligações telefônicas para pessoas de referência e membros dos grupos de acompanhamento	Linguagem acessível, horários adequados ao maior número de pessoas e a públicos distintos, acolhimentos de crianças em todas as atividades.

PRELIMINAR

4. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

4.1. COMPONENTE 1 – MOVE AMAZONAS

No âmbito do Componente 1 – MOVE Amazonas, foram conduzidas ações estratégicas de engajamento com as partes interessadas em diferentes momentos e formatos, com o objetivo de garantir ampla divulgação das iniciativas e promover a escuta qualificada da população e de atores institucionais.

Tabela 3: Ações e ferramentas para apoiar a comunicação social do projeto do BRT Amazonas

ATIVIDADE	DETALHES
Mapeamento interno das partes interessadas	É importante mapear os principais órgãos e secretarias da Prefeitura de Belo Horizonte interessados na iniciativa dos Estudos e Projetos de Mobilidade Urbana do BRT Amazonas. As ações de comunicação internas sobre o projeto não podem ficar restritas à SMOBI, SUDECAP, SMMUR, SUMOB e à BHTrans. Por isso, cabe à equipe de comunicação responsável pela estratégia de comunicação checar as entidades que são porta vozes do projeto, as que precisam estar a par, as que serão consultadas ao longo do projeto e as que irão participar efetivamente das ações, como a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SMPOG), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e a Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Foi realizado um mapeamento inicial de partes interessadas. É fundamental revisar e/ou atualizar o mapeamento para garantir que todas as entidades estarão a par das atualizações do projeto, bem como os pontos focais de cada instituição representada.
Guia interno sobre o BRT Amazonas	É importante a criação de guia interno sobre para que as diferentes partes envolvidas da PBH tenham um entendimento holístico sobre o projeto. Esse material também irá assegurar uma comunicação transparente, coerente e alinhada aos objetivos do projeto BRT Amazonas. Este guia deve incluir: • Objetivos, pesquisas, resultados e etapas que compõem os Estudos e Projetos de Mobilidade Urbana do BRT Amazonas; • Mensagens-chave que devem ser reforçadas em todas as comunicações; • Perguntas frequentes (FAQ);

ATIVIDADE	DETALHES
	• Glossário com a explicação de termos técnicos em linguagem simples; • Exemplo de como abordar temas sensíveis. O documento irá guiar o tom de voz institucional e garantirá que as diferentes partes envolvidas representem corretamente a iniciativa, reforçando a credibilidade da comunicação institucional. As definições relativas a esse tema devem contar com o engajamento direto da assessoria de comunicação central da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).
Boletim interno sobre o BRT Amazonas	A equipe do consórcio encaminhará para a equipe de comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte atualizações sobre o projeto, cronogramas e marcos atingidos. A equipe de comunicação da PBH ficará responsável por encaminhar essas atualizações para as secretarias envolvidas e/ou interessadas. Essa comunicação será feita por e-mail via *mailing.* A periodicidade e meio a serem adotados serão definidos pelas assessorias de comunicação das secretarias diretamente envolvidas na fiscalização do contrato. Essa ação é importante para manter todas as partes atualizadas sobre os avanços das diferentes atividades do projeto, além de reforçar as suas mensagens-chave e benefícios para a cidade de Belo Horizonte e a população.

Tabela 4: Ações de comunicação externa

ATIVIDADE	DETALHES
Estratégia de Identidade da marca e Identidade visual	A estratégia de compatibilização com a marca MOVE (e toda a identidade visual atrelada) será entendida e discutida com a PBH, por meio do engajamento direto da assessoria de comunicação central e das secretarias envolvidas na fiscalização do contrato. A identidade tem o papel fundamental para identificar e integrar a comunicação do modelo BRT, tornando a sua presença clara e reconhecível para a população.
Criação de uma página sobre os Estudos e Projetos de Mobilidade Urbana do BRT Amazonas	A página garantirá que haja um fluxo de comunicação entre os responsáveis pelo projeto e a população, promovendo o diálogo e a troca de informações de maneira eficiente e acessível para todos os envolvidos.

ATIVIDADE	DETALHES
	A página deverá conter as seguintes informações: • Objetivo do projeto com destaque para as mensagens-chave; • Informações sobre o consórcio que executa o projeto e os responsáveis pela sua coordenação, garantindo transparência quanto às partes envolvidas; • Detalhamento da área geográfica que será atendida pelo projeto, para que a população entenda onde as intervenções ocorrerão; • Uma visão geral das etapas do projeto, desde o planejamento até a implementação, destacando os principais marcos e cronograma de execução; • Calendário das atividades de consulta e participação pública, descritas no item de Mobilização social; • Uma área dedicada à transparência do projeto; • Acesso ao Mecanismo de Queixas, desenvolvido para atender aos projetos vinculados a financiamento do Banco Mundial (BIRD), e outras ferramentas on-line destinadas a consulta pública. Este canal deverá ser atualizado periodicamente com notícias sobre o andamento do trabalho, com atenção à veiculação de cada fase do projeto. Além disso, o site poderá ser utilizado para que as pessoas saibam mais sobre o tema em todas as menções virtuais relacionadas ao projeto, como em postagens nas redes sociais e notícias *online*. A estratégia a ser adotada para a criação da página será definida por meio de alinhamento entre as assessorias de comunicação central da PBH e das secretarias diretamente engajadas na fiscalização do contrato.
Redes sociais	Além da página, é preciso fortalecer a comunicação externa do projeto via redes sociais da PBH e das secretarias envolvidas na supervisão do projeto. A manutenção constante das redes é importante para criar uma identidade pública própria para o projeto, fornecer informações atualizadas de forma ágil, com uma linguagem simples e acessível. As equipes de assessoria de comunicação da PBH irão monitorar as respostas e interações dos conteúdos produzidos e definir os

ATIVIDADE	DETALHES
	procedimentos para respostas as dúvidas e críticas com apoio do Consórcio. É importante garantir o posicionamento da PBH sobre os comentários negativos recebidos e também considerar a participação direta do prefeito nos conteúdos.
Divulgar um canal específico de ouvidoria	O Consórcio irá adotar o Mecanismo de Queixas, desenvolvido pela SMOBI para atender os projetos contemplados pelo financiamento do Banco Mundial (BIRD) em Belo Horizonte, como canal oficial de ouvidoria do projeto do Corredor Amazonas. Além disso, será analisada a possibilidade de utilização de outros recursos on-line para a realização de consultas públicas na etapa inicial de comunicação do projeto.
Engajamento com a imprensa	A imprensa é uma aliada fundamental para o sucesso do projeto BRT Amazonas. Para poder atuar como parceira estratégica na comunicação, é essencial que ela compreenda os objetivos e os benefícios do projeto, contribuindo para a formação de uma opinião pública positiva e bem informada. O primeiro passo é capacitar tecnicamente a equipe de assessoria de comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte, especialmente a central e das secretarias diretamente envolvidas na supervisão do projeto, garantindo que esteja apta a produzir conteúdos claros, coesos e alinhados aos princípios de sustentabilidade e participação social do projeto. Também é necessário estabelecer um relacionamento estratégico com os veículos de imprensa locais e regionais, com o objetivo de assegurar uma cobertura contínua, precisa e construtiva sobre o projeto, suas etapas, seus impactos e os benefícios para a cidade. Para isso, recomenda-se: ● Produção de kit de imprensa contendo *releases*, infográficos, cronogramas, perguntas frequentes e contatos da equipe técnica. Esse material facilitará o trabalho jornalístico, evitando ruídos e promovendo a veiculação de informações com maior precisão técnica; ● Promoção de cafés com a imprensa, coletivas e visitas guiadas às obras, especialmente em marcos relevantes do projeto. Esses encontros devem contar com a presença de porta-vozes

ATIVIDADE	DETALHES
	da PBH, técnicos responsáveis e demais envolvidos, fortalecendo o vínculo com os profissionais de imprensa; • Envio de *releases* em momentos estratégicos, como realização de audiências públicas, atualizações do cronograma ou apresentações públicas; Por fim, é essencial que a equipe de assessoria monitore continuamente o que está sendo publicado sobre o projeto. Esse acompanhamento permite antecipar possíveis ruídos, esclarecer dúvidas recorrentes e agir com rapidez em eventuais crises, preservando a imagem institucional e a credibilidade do projeto.
Criação de materiais físicos	A criação de materiais físicos tem como objetivo informar e educar a população sobre as futuras mudanças, assim como a importância do projeto. Além disso, é para o público que não têm acesso contínuo à internet. Ela garante que as mensagens sejam compreendidas por pessoas com diferentes níveis de escolaridade e idades. É sugerida a criação de: • *Folder* informativo com apresentação do projeto, partes envolvidas, objetivos, resultados esperados, cronograma e contato da ouvidoria; • *Folder* segmentado com informações específicas, como reuniões de mobilização nos territórios; Os materiais devem possuir uma linguagem simples e acessível. A produção deve contar com as orientações e a validação das assessorias de comunicação das secretarias responsáveis pela fiscalização do contrato. A equipe do consórcio, em colaboração com a fiscalização do projeto, irá mapear os locais para distribuição e fixação prévia dos materiais, como, por exemplo, rádios comunitárias, comércios locais, PEDs, entre outros.

Tabela 5: Ações de mobilização social

ATIVIDADE	DETALHES
Reuniões setoriais com órgãos representativos da sociedade civil organizada	As reuniões pretendem apresentar o projeto conceitual do Corredor Amazonas, abordando os objetivos e fases do projeto, os benefícios para cidade, os impactos das obras nas regiões para a população direta e indiretamente atingida. As reuniões devem acontecer com os seguintes órgãos: Comissões Regionais de Transportes e Trânsito (CRTT) das regionais diretamente envolvidas (Barreiro, Oeste e Centro-Sul); Conselho Municipal da Mobilidade Urbana (COMURB); Observatório da Mobilidade.
Consulta e audiência pública	A consulta pública é uma etapa fundamental para garantir que as decisões tomadas estejam alinhadas com as necessidades reais da população. Ao abrir espaço para a escuta ativa da população beneficiada e/ou impactada, o processo fortalece a transparência, amplia o diálogo e permite ajustes que tornem o projeto mais eficiente, inclusivo e bem aceito socialmente. A audiência pretende apresentar o projeto conceitual do Corredor Amazonas, abordando os objetivos e fases do projeto, os benefícios para cidade, os impactos das obras nas regiões para a população direta e indiretamente atingida. Durante a audiência será importante recolher e registrar as contribuições, sugestões das pessoas presentes. A audiência deve acontecer dez dias após a publicação da Consulta Pública.
Reuniões setoriais com a participação das comunidades diretamente envolvidas, dos membros das Comissões Regionais de Transportes e Trânsito e dos líderes	As reuniões pretendem apresentar o projeto conceitual do Corredor Amazonas, abordando os objetivos e fases do projeto, os benefícios para cidade, os impactos nas regiões para a população direta e indiretamente atingida.

ATIVIDADE	DETALHES
comunitários das Regionais Administrativas Centro-Sul, Barreiro e Oeste	Deverão ser feitas reuniões separadas para cada região envolvida. Durante as reuniões será importante recolher e registrar as contribuições, sugestões das pessoas presentes, para que sejam dadas as devolutivas devidas.
Reuniões setoriais com a comunidade diretamente afetada, membros das Comissões Regionais de Transportes e Trânsito e lideranças comunitárias dos Territórios de Gestão Compartilhada CS1, O1, O2, O4, B1, B2, B3, B4; B5	As reuniões pretendem apresentar o projeto conceitual do Corredor Amazonas, abordando os objetivos e fases do projeto, os benefícios para cidade, os impactos nas regiões para a população direta e indiretamente atingida. Deverão ser feitas reuniões separadas por cada região afetada. Durante as reuniões será importante recolher e registrar as contribuições, sugestões das pessoas presentes, para que sejam dadas as devolutivas devidas.

PRELIM

4.1.1. Observatório da Mobilidade de Belo Horizonte (ObsMob-BH),

Em 26 de junho de 2025, no auditório Juscelino Kubitscheck na sede da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), foi realizada a 20ª reunião do Observatório da Mobilidade de Belo Horizonte (ObsMob-BH), tendo como tema principal a apresentação dos Estudos e Projetos de Mobilidade Urbana do BRT Amazonas. Além de apresentar a iniciativa para representantes de diferentes setores potencialmente afetados, a intenção foi obter contribuições iniciais dos participantes para subsídio ao desenvolvimento da iniciativa. A reunião foi tratada como parte da primeira etapa de mobilização social do projeto, conforme previsto no Plano de Trabalho.

A atividade contou com representantes da PBH e do Consórcio (Oficina Consultores, GPA&A, Pitmen e ITDP). Todos os observadores e atores mapeados na etapa de preparação do projeto foram convidados para a reunião.

Foi registrada a presença de **112 pessoas**, representativas de diferentes setores, como poder público, iniciativa privada, academia, sociedade civil e imprensa.

Uma das principais atividades realizadas durante a 20ª reunião do ObsMob-BH foi a dinâmica em Grupos de Trabalho temáticos, que visou colher subsídios para o diagnóstico relacionado a iniciativa em colaboração com as partes interessadas.

A dinâmica adotou uma abordagem multissetorial para a discussão de temas e propostas que pudessem contribuir para a promoção do transporte limpo, inclusivo e sustentável na área de influência do BRT Amazonas. A participação de atores sociais de diversos setores foi essencial na legitimação e no aprofundamento da discussão sobre o empreendimento.

Os grupos de trabalho foram organizados a partir de três temas: (i) Transporte Público Coletivo, (ii) Desenho Urbano, Integração Modal e Acessibilidade e (iii) Mobilidade e Gênero. Cada grupo ficou responsável pelo mapeamento inicial dos desafios e oportunidades associadas aos seus respectivos temas, com o apoio de um facilitador da equipe do Consórcio.

Os participantes também puderam apresentar sugestões preliminares para a elaboração dos estudos e projetos de mobilidade urbana voltados ao corredor de transporte coletivo. No final da dinâmica, os resultados foram revisados e apresentados pelos facilitadores do Consórcio aos participantes do evento

O relatório dos resultados está disponível na página do Observatório: https://prefeitura.pbh.gov.br/bhtrans/informacoes/participacao-popular/observatorio-mobilidade/reunioes

PRELIMINAR



Figura 10: Grupo de Trabalho 3 - Mobilidade e Gênero.



Figura 11: Grupo de Trabalho 1 - Transporte Público Coletivo

4.1.2. Reunião Ordinária das CRTTs

Em 11 de agosto de 2025, foi realizada a Reunião Ordinária das CRTTs, espaço no qual os projetos em desenvolvimento do MOVE Amazonas foram detalhados e submetidos à apreciação dos participantes. O encontro também promoveu um momento de escuta ativa da população, fortalecendo a transparência e a participação social no processo de implementação.

O evento reuniu mais de **190 participantes,** entre representantes da comunidade, de secretarias da PBH, integrantes do Orçamento Participativo, lideranças comunitárias, de diferentes conselhos municipais, vereadores, administradores das dez regionais e representantes do Consórcio Oficina-ITDP-PITMEN-GPA\&A, responsável pelo desenvolvimento do projeto.

O Move Amazonas foi apresentado pela equipe da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte (Sumob) e pelo consórcio. Em seguida, os participantes foram divididos em grupos para discutir as propostas apresentadas e sugerir melhorias. As contribuições serão analisadas e sistematizadas para integrar a versão final do projeto.

Como explicado anteriormente, as reuniões ordinárias da CRTT acontecem bimestralmente com as dez regionais administrativas da cidade. O objetivo é o acompanhamento das demandas das CRTTs, treinamentos, apresentações de propostas sobre transportes e trânsito, além de manter os representantes das comunidades atualizados sobre as ações da BHTrans. Nessas reuniões, todos os moradores podem participar e têm direito a voz, mas só os representantes eleitos podem votar.

A CRTT é a instância de participação popular regional de caráter consultivo, sugestivo, opinativo e informativo do sistema de transporte e trânsito de Belo Horizonte e atua nas regionais administrativas do município. Consiste na instância de interação entre a comunidade local e o Poder Executivo Municipal, sendo coordenada pela BHTrans, por meio da Assessoria de Mobilização Social, para assegurar à comunidade local o acesso à informação e a participação no processo de elaboração, debate, sugestão, implantação, desenvolvimento e manutenção das políticas públicas de transportes e trânsito no âmbito de abrangência da respectiva.

PRELIMINAR



Figura 12: Apresentação do MOVE Amazonas ao CRTT.

4.1.3. Apresentação interna PBH

Em 26 de agosto de 2025, ocorreu a apresentação interna do MOVE Amazonas na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Destinada ao corpo técnico e às áreas diretamente envolvidas, a reunião teve como objetivo alinhar informações, reforçar o caráter estratégico do projeto e garantir a integração das equipes para a adequada execução das iniciativas.



Figura 13: Lançamento do MOVE Amazonas pelos Secretários da SMOBI, SMMUR e Superintendes da SUDECAP e SUMOB para as equipes técnicas da Prefeitura.



Figura 14: Lançamento do MOVE Amazonas para as equipes técnicas da Prefeitura.

4.1.4. Reunião extraordinária do COMURB

A Prefeitura de Belo Horizonte realizou no dia 25 de setembro de 2025 a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (Comurb). O encontro foi aberto ao público e aconteceu de forma virtual, pela plataforma Microsoft Teams, das 9h às 12h. Na ocasião, foi apresentada a proposta preliminar do Move BH Amazonas e contou com um momento de escuta ativa dos conselheiros do Comurb, que puderam contribuir com sugestões e apontamentos para o desenvolvimento do projeto.

4.1.5. Audiência Pública

No dia 18 de outubro de 2025, foi realizada no CEFET-MG a Audiência Pública do Move BH Amazonas, voltada à apresentação dos estudos preliminares do projeto e à escuta ativa da população. O encontro reuniu **80 participantes**, sendo 60 deles alunos de engenharia do CEFET e integrou as ações de participação social do programa, reforçando o compromisso da Prefeitura de Belo Horizonte com a transparência, o diálogo e a construção coletiva das soluções de mobilidade para o entorno da Avenida Amazonas

PRELIMINAR



Figura 15: Convite Audiência Pública



Figura 16: Audiência Pública MOVE Amazonas

4.1.6. Página na Web

A nova página específica do MOVE BH Amazonas, hospedada no site oficial da Prefeitura de Belo Horizonte, foi ao ar no dia 2 de outubro de 2025 e traz, entre outros destaques, informações sobre sua integração ao Programa Mobilidade e Inclusão Urbana, a área de abrangência, os "Bolsões de Caminhabilidade" com melhorias urbanísticas e de acessibilidade, os objetivos de reduzir os tempos de viagem, aumentar a integração modal e priorizar o ônibus no sistema viário, além de uma **seção completa de Perguntas e Respostas e formulários para contato com a população**. A página pode ser acessada em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sumob/move-amazonas .

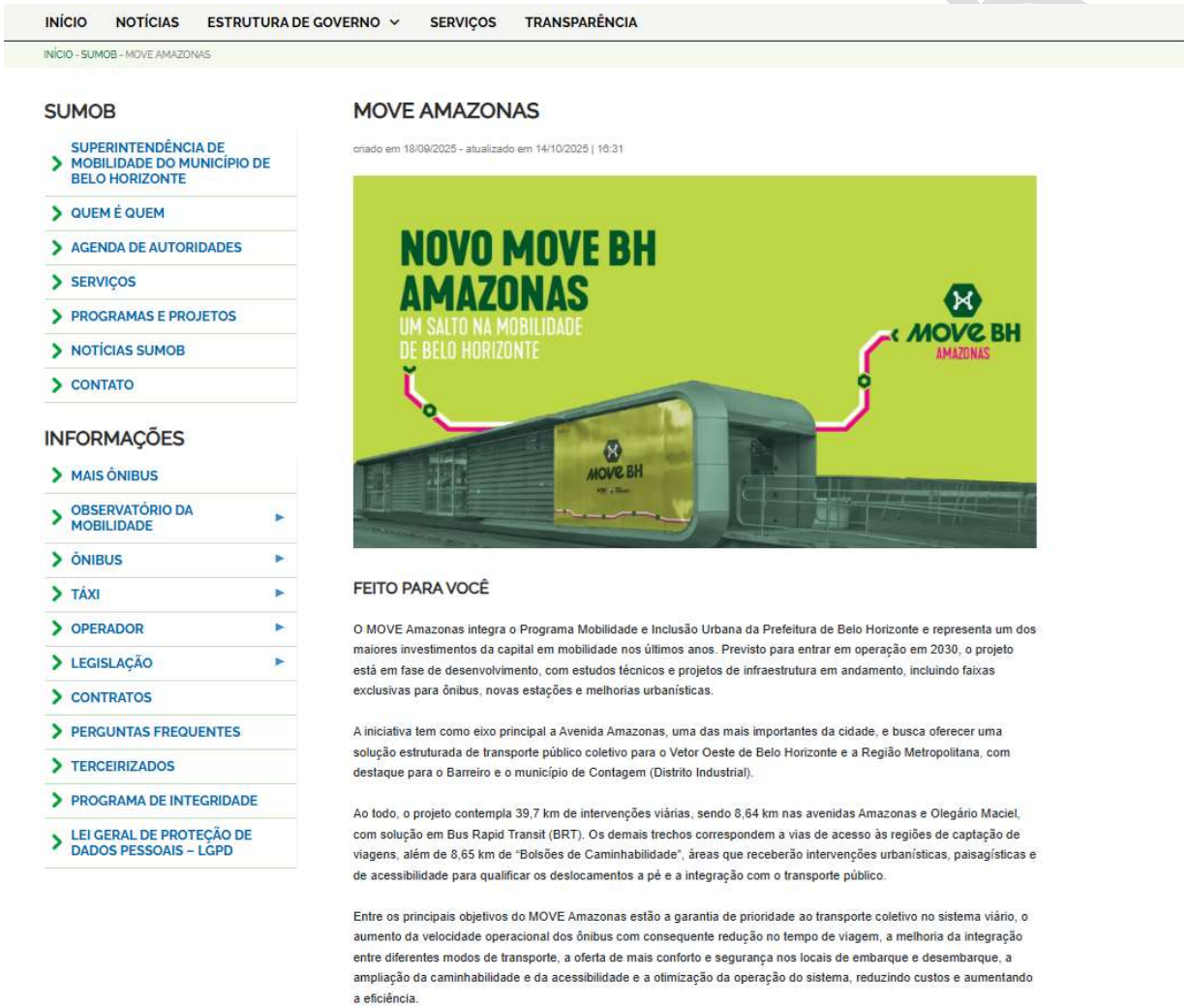


Figura 17: Página específica MOVE Amazonas

O envolvimento das partes interessadas será realizado por meio de meios e mídias de comunicação já consolidados. Um exemplo é o Jornal do Ônibus, afixado quinzenalmente em toda a frota do sistema

municipal de transporte coletivo, com informações de interesse público, incluindo conteúdos referentes a projetos da Prefeitura, que deverá ser utilizado para divulgar informações sobre o projeto.

Considerando que 50% da frota conta com monitores de TV, estes também serão utilizados para informar os usuários sobre o projeto.

A BHTrans utiliza ainda as redes sociais, como Twitter (com 342.700 seguidores, incluindo imprensa), Instagram e Facebook, como canais de comunicação direta com a população. O SIU-Mobile é empregado para informar os usuários sobre mudanças de itinerários e alterações nos horários de ônibus. Além disso, o portal da Prefeitura e a página da BHTrans constituem outros canais de divulgação de projetos e eventos relacionados ao transporte coletivo.

PRELIMINAR

5. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

5.1. COMPONENTE 1 – TERMINAL DE INTEGRAÇÃO

Afetados ou suscetíveis de serem afetados pelo Programa

- Moradores, comerciantes formais e informais e demais usuários das áreas de abrangência das intervenções que receberão diretamente ou indiretamente os benefícios das intervenções, mas que também sofrerão os impactos durante a execução das obras;
- Moradores das áreas de influência direta do Terminal de Integração do BRT que, além de impactos e benefícios das obras, devem ser envolvidos também na apropriação do território pós intervenção, inclusive nas implicações futuras de trânsito e de circulação de pessoas;
- Moradores, proprietários de imóveis e comerciantes da área que demanda deslocamento involuntário, especificamente na área de implantação do Terminal, cujas ações de comunicação, participação e de minimização das perdas serão tratadas no "Marco da Política de Reassentamento";
- Moradores das áreas do entorno de onde será implantado às modalidades de reassentamento previstas no Marco;
- Núcleo de Alerta de Chuva (NAC) que atua na região (NAC da Vila Guaratã).

Partes que podem ter interesse no Programa

É importante destacar que, pela dimensão das intervenções previstas no Subcomponente 1 e pela importância dos impactos esperados, como forma de minimizar os efeitos, considera-se um conjunto de atores sociais, que devem ser informados, mesmo que em níveis diferenciados de aprofundamento ao longo do desenvolvimento do Programa, com relação ao projeto e suas etapas.

Destaca-se aqui os mais significativos, mas o processo de mobilização e participação comunitária fará, como uma de suas ações iniciais, uma maior investigação e detalhamento desses atores. Assim, são partes interessadas no projeto, ainda que não estejam diretamente envolvidas na área de abrangência das intervenções previstas no Subcomponente 1.1, preliminarmente:

Atores sociais relevantes:

- Associação de Moradores;
- Instituições Religiosas (Igrejas);
- Políticos conhecidos.
- 11 referências/lideranças na Vila Guaratã e 4 na Vila Ambrosina.

PRELIMINAR

Tabela 6: Necessidades das partes interessadas do Programa

COMUNI-DADE	GRUPO DE PARTES INTERES-SADAS	PRINCIPAIS CARACTE-RÍSTICAS	MEIOS DE NOTIFICAÇÃO PREFERIDOS	NECESSIDADES ESPECÍFICAS
Área de influência do Terminal de Integração BRT Componen-te 1 / Subcompo nente 1.2	Moradores das áreas de intervenção	Número estimado 737 habitantes	Mobilização porta a porta, assembleias e reuniões com moradores e comerciantes por território, comunicação através de material informativo distribuído porta a porta e em lugares de grande circulação de pessoas;	Atividades realizadas a noite ou em finais de semana, fora do horário de trabalho; Reuniões e atividades respeitando a distribuição geográfica da comunidade; Reuniões separadas para público morador e público atingido por deslocamentos involuntários; Presença de monitores/atividades para crianças durante as reuniões. Serão verificadas, ainda, demais vulnerabilidades entre os públicos que demandem formas diferenciadas de interlocução e atendimento porventura aqui não contempladas.
	Atingidos por deslocamen-tos involuntários	Cerca de 71 famílias		
	Comerciantes ambulantes, licenciados ou informais, que utilizam o espaço público	Não identificado		

5.2. COMPONENTE 1 – REGIÃO DO BAIRRO BARRO PRETO

Tabela 7: Mapeamento das partes interessadas.

PARTE INTERESSADA / GRUPO	POSSÍVEIS IMPACTOS (DIRETOS/INDIRETOS)	MEIOS / ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO
Instituições de Saúde		
Hospital Vera Cruz	Mobilidade de ambulâncias e pacientes; acesso de acompanhantes; ruído; sinalização de emergência; riscos no trânsito.	Reunião com diretoria hospitalar; comunicados oficiais com cronograma e rotas alternativas; contato com conselhos

PRELIMINAR

PARTE INTERESSADA / GRUPO	POSSÍVEIS IMPACTOS (DIRETOS/INDIRETOS)	MEIOS / ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO
		hospitalares e SES; canais digitais e áreas de recepção.
Hospital Socor	Mesmos impactos acima (acesso; urgências/emergências; ambulâncias; trânsito).	Contato direto com gestão; envio de boletins semanais; reuniões com coordenação de atendimento e logística interna.
Hospital BH Mater	Acesso de veículos e pacientes; influência no fluxo de pessoas; estacionamento.	Cartas formais à administração; reunião prévia às obras; coordenar com setor de comunicação do hospital.
Hospital Felício Rocho	Idem impactos de fluxo e acesso de emergência; pacientes e público geral.	Comunicação com setor de relações institucionais; publicação de FAQs; linha de contato direto.
Mater Dei Contorno Hospital	Acesso principal; entrada de ambulâncias; trânsito local.	Atualizações por e-mail via coordenação; reuniões periódicas com setores críticos.
Clínicas especializadas & laboratórios (múltiplos)	Perturbação no deslocamento; redução temporária de consultas; ruídos.	Comunicados antecipados; sinalização clara; pontos de contato para esclarecer dúvidas.
Igrejas e Espaços Religiosos		
Igreja de São Sebastião	Ruído e acesso para cultos; menor circulação durante horários de culto; eventos especiais impactados.	Contato com liderança religiosa; envio de informações sobre cronograma; reuniões com pastores e líderes comunitários.
Igreja Batista do Barro Preto	Mesmos possíveis impactos de ruído e acesso de público.	Comunicação direta com pastor responsável; boletins semanais; reuniões comunitárias.
Igreja Batista Príncipe da Paz	Acesso de fiéis; deslocamento em horários de culto.	Comunicação via grupos da igreja; avisos no site e redes sociais.
Igreja Cristã Contemporânea	Acesso na rua e trânsito interno; redução possível de frequentadores.	Reuniões com líderes; avisos impressos e digitais.
Segunda Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte	Mesmos impactos de mobilidade e ruído nos horários de eventos.	Comunicados antecipados; pontos de contato direto com coordenação da igreja.
Igrejas menores e outros templos religiosos locais	Acesso e ruído.	Comunicação via representantes e quadros comunitários.

PRELIMINAR

PARTE INTERESSADA / GRUPO	POSSÍVEIS IMPACTOS (DIRETOS/INDIRETOS)	MEIOS / ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO
Comerciantes (Moda / Atacado / Varejo)		
Moda Mais Atacado	Dificuldade de acesso de clientes; redução de fluxo comercial; entrega de mercadorias; ruído; impactos no estacionamento.	Diálogo com Associação Comercial do Barro Preto; reuniões presenciais; newsletter comercial; sinalização de rotas alternativas; materiais explicativos do cronograma.
Atacado E Varejo	Diminuição no acesso de clientes; alterações no horário de entrega; transporte de carga.	Contato com proprietários; boletins; reuniões com sindicatos ou CDL/ASCOP.
Outras lojas de moda / confecção / tecidos (diversas ruas do bairro)	Impactos semelhantes de fluxo, acesso e logística.	Comunicação em parceria com CDL BH e ASCOP/BH; workshops explicativos; QR Codes com rotas alternativas. (CDL BH)
Serviços e comércios locais (farmácias, cafés, restaurantes)	Queda no movimento; restrições de estacionamento; ruído e poeira.	Avisos via associações de comércio; sinalização clara das obras; compensação visual/placas indicativas de acesso.
Moradores / Condomínios		
Residentes de prédios e casas locais	Barulho, poeira, segurança viária, redução temporária de mobilidade.	Comunicados residenciais; reuniões com síndicos; newsletters comunitárias e grupos de WhatsApp.
Transporte Público & Serviços de Mobilidade		
Usuários de ônibus e linhas que cruzam o bairro	Mudanças de itinerário, pontos de parada.	Comunicação com BHTrans; divulgação em estações; aplicativos de mobilidade; placas no local.
Motoristas e ciclistas	Desvios de rota; sinalização temporária de trânsito.	Sinalização estratégica; app de trânsito; SMS/alerta via redes sociais da PBH.
Instituições Educacionais		
Escolas e faculdades próximas (públicas/privadas)	Acesso de alunos, pais e funcionários; horários de entrada/saída.	Contato direto com direção escolar; envio antecipado de cronogramas; ajustamento de

PRELIMINAR

PARTE INTERESSADA / GRUPO	POSSÍVEIS IMPACTOS (DIRETOS/INDIRETOS)	MEIOS / ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO
		horários com escolas. (QuintoAndar)
Centro Cultural e Órgãos Culturais		
Centros culturais (como Estação da Cultura Sala Minas)	Acesso de público para eventos; ruído.	Reuniões com gestores; materiais de comunicação explicativa ao público. (Wikipedia)
Serviços Públicos e Instituições Governamentais		
BHTrans, Guarda Municipal, etc.	Coordenação do tráfego; segurança viária; apoio logístico.	Reuniões técnicas regulares; integração de cronogramas e planos operacionais; canais formais de PBH.
Associações e Conselhos Representativos		
CDL BH (Câmara de Dirigentes Lojistas de BH)	Representa lojistas; pode mediar comunicação e formação de canais de diálogo.	Parcerias institucionais; apresentações com cronograma; newsletters.
Associação Comercial do Barro Preto (Ascobap)	Representa comerciantes locais do polo de moda; importante canal de mobilização.	Reuniões setoriais; avisos antecipados; fóruns de discussão. (CDL BH)
Instituições do Sistema de Justiça		
Fórum de BH / TJMG / Ministério Público / Defensoria Pública / OAB – órgãos localizados no Barro Preto	interferência no acesso de magistrados, servidores, advogados e cidadãos; impacto na realização de audiências presenciais; circulação intensa em horários de expediente; acesso de pessoas com mobilidade reduzida; riscos à segurança viária; dificuldades de estacionamento e logística institucional.	comunicação institucional formal com as administrações dos órgãos; envio de ofícios; reuniões prévias; articulação com o TJMG e demais órgãos do sistema de Justiça; compartilhamento de cronograma, fases da obra, rotas alternativas e contatos operacionais; atualizações periódicas durante a execução das obras.

PRELIMINAR

Tabela 8: Matriz – Nível de Impacto e Prioridade de Comunicação

PARTE INTERESSADA	NÍVEL DE IMPACTO	JUSTIFICATIVA DO IMPACTO	PRIORIDADE DE COMUNICAÇÃO (CRONOGRAMA)
Hospitais (Vera Cruz, Felício Rocho, Socor, BH Mater, Mater Dei Contorno)	ALTO	Interferência direta em rotas de ambulâncias, acesso de pacientes, acompanhantes e emergências; risco viário.	Muito Alta – Antes do início e contínua durante a obra
Clínicas médicas, laboratórios e centros de diagnóstico	ALTO	Atendimento agendado e circulação intensa de pacientes; sensibilidade a ruído e acessos bloqueados.	Alta – Antes e durante
Comerciantes do Polo da Moda (atacado e varejo)	ALTO	Dependência direta do fluxo de clientes, transporte de mercadorias, estacionamento e logística.	Muito Alta – Antes, durante e marcos do cronograma
Lojas de moda (estimativa: grande maioria do bairro)	ALTO	Redução de fluxo pode impactar vendas e imagem do polo.	Muito Alta – Comunicação contínua
Serviços locais (restaurantes, cafés, farmácias)	MÉDIO	Redução de circulação e dificuldade de acesso pontual.	Média – Antes e durante
Moradores e condomínios residenciais	MÉDIO	Ruído, poeira, restrições de circulação, alteração de rotina.	Alta – Antes e durante
Síndicos e administradoras de condomínios	MÉDIO	Precisam repassar informações aos moradores.	Alta – Antes do início
Igrejas e templos religiosos	MÉDIO	Impacto em horários de cultos, eventos e acessibilidade de fiéis.	Média – Antes e conforme calendário
Espaços religiosos de grande porte	MÉDIO	Eventos concentrados em dias específicos (fins de semana).	Média – Comunicação pontual
Instituições de ensino (escolas, faculdades)	MÉDIO	Acesso de alunos, pais e funcionários; horários de pico.	Média – Antes e durante períodos letivos
Usuários do transporte público	ALTO	Alteração de itinerários, pontos de ônibus e tempos de viagem.	Alta – Antes e durante

PRELIMINAR

PARTE INTERESSADA	NÍVEL DE IMPACTO	JUSTIFICATIVA DO IMPACTO	PRIORIDADE DE COMUNICAÇÃO (CRONOGRAMA)
BHTrans e operadores de transporte	ALTO	Necessidade de replanejamento operacional e sinalização.	Muito Alta – Planejamento prévio
Motoristas, ciclistas e pedestres	MÉDIO	Desvios, interdições parciais e riscos viários.	Média – Comunicação contínua
Associações comerciais (CDL-BH, associações do Barro Preto)	ALTO	Canal estratégico para atingir grande volume de comerciantes.	Muito Alta – Antes do início
Conselhos e entidades representativas	MÉDIO	Papel institucional de apoio e disseminação da informação.	Média – Antes
Serviços públicos (Guarda Municipal, SLU, Copasa, Cemig)	MÉDIO	Integração operacional, segurança e manutenção de serviços.	Alta – Planejamento prévio
Centros culturais e espaços de eventos	BAIXO a MÉDIO	Impacto pontual em dias de evento.	Baixa a Média – Comunicação pontual
Instituições do Sistema de Justiça (Fórum de BH e órgãos correlatos no Barro Preto)	ALTO	Grande fluxo diário de público, servidores e operadores do Direito; necessidade de acesso contínuo e previsível; impacto direto em audiências, prazos processuais e atendimento ao cidadão; alta sensibilidade institucional a bloqueios, atrasos e falhas de comunicação.	Muito Alta – Comunicação antecipada antes do início das obras e contínua durante toda a execução, com atenção especial às mudanças de fase e intervenções viárias relevantes.

PRELIMINAR

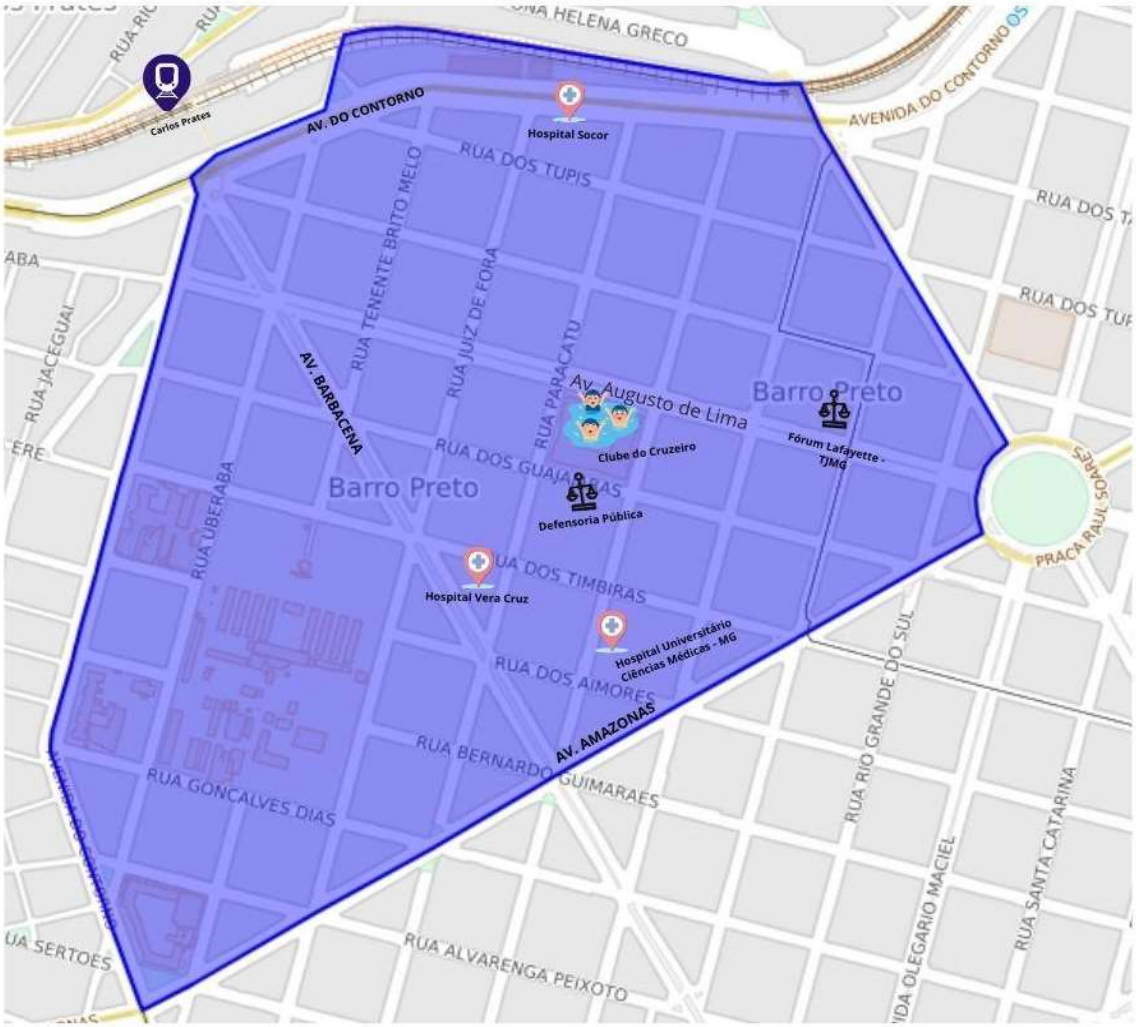


Figura 18: Delimitação de trabalho - bairro Barro Preto.



Figura 19: Diagnóstico e proposta de uso e ocupação do solo (Fonte: Projeto de Revitalização do Barro Preto, 2011).

PRELIM

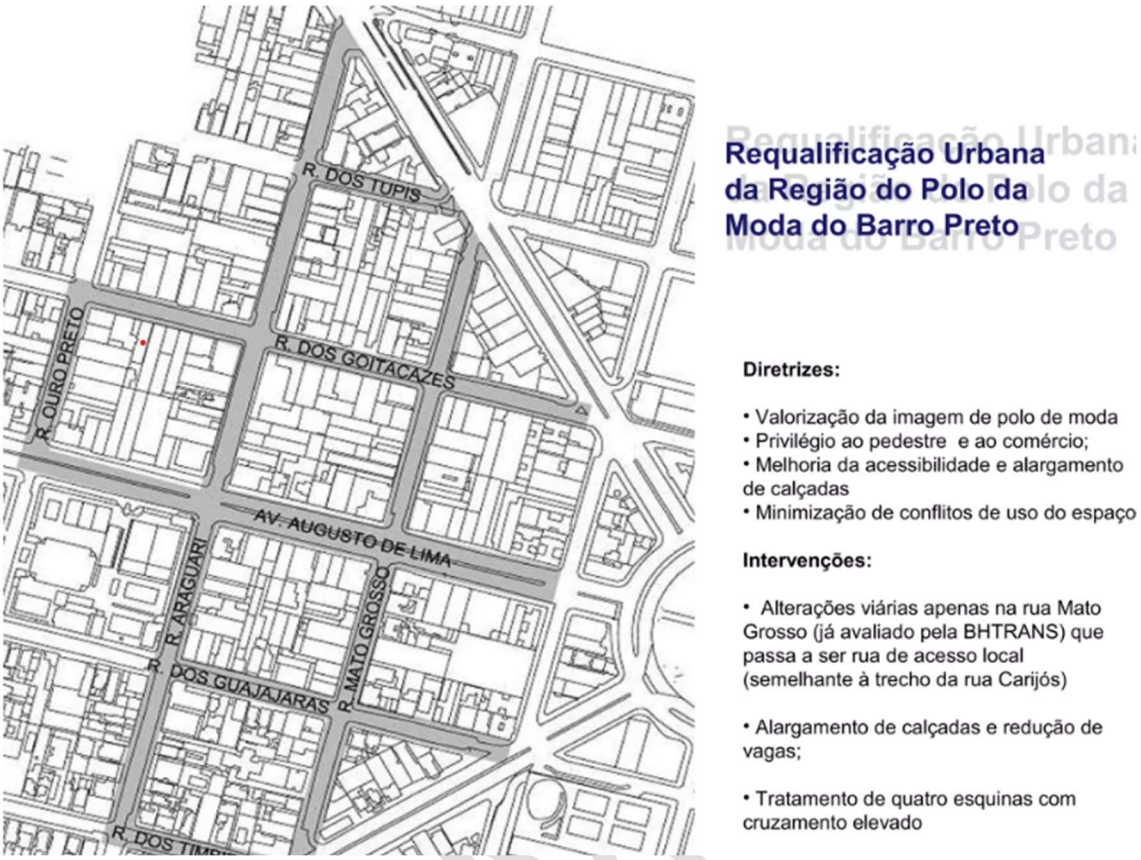


Figura 20: Diretrizes e intervenções propostas (Fonte: Projeto de Revitalização do Barro Preto, 2011).

Na área de influência direta da obra, não foram identificadas comunidades tradicionais reconhecidas oficialmente, como comunidades quilombolas ou indígenas. Entretanto, foram mapeados grupos sociais sensíveis que demandam atenção diferenciada, como instituições de saúde, templos religiosos, idosos, pessoas com mobilidade reduzida e trabalhadores vinculados ao polo comercial do bairro.

5.3. COMPONENTE 1 – ESTAÇÕES DE BRT NA ÁREA HOSPITALAR

Para fins de identificação e mapeamento das partes interessadas do Componente 3 – Projetos Estratégicos – Estações de BRT na Área Hospitalar, adotou-se um **perímetro ampliado de análise**, contemplando tanto a **área de influência direta** quanto a **área de influência indireta** das intervenções previstas.

Tabela 9: Mapeamento das partes interessadas.

PARTE INTERESSADA / GRUPO	POSSÍVEIS IMPACTOS (DIRETOS E INDIRETOS)	MEIOS / ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO
Hospitais localizados na área de influência direta da Área Hospitalar, incluindo: Hospital das Clínicas da UFMG; Hospital João XXIII; Hospital Infantil João Paulo II.	Interferência direta no acesso de ambulâncias, pacientes, acompanhantes e equipes de saúde; impactos críticos sobre atendimentos de urgência e emergência; ruído, poeira e alterações viárias relevantes.	Comunicação institucional direta com as direções hospitalares; reuniões técnicas prévias; ofícios; cronograma detalhado; definição e divulgação de rotas alternativas para emergências; atualizações contínuas durante as obras.
Hospitais localizados na área de influência indireta da Área Hospitalar, incluindo: Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.	Impactos indiretos relacionados à redistribuição de fluxos viários e aumento do tempo de deslocamento.	Comunicação institucional; compartilhamento de informações sobre cronograma e alterações viárias; comunicação pontual em fases críticas.
Fundação Hemominas – Unidade Belo Horizonte, localizada na área de influência direta.	Impactos diretos no acesso de doadores de sangue, pacientes e equipes; risco de redução temporária de doações; necessidade de garantia de acessibilidade contínua.	Comunicação institucional direta; alinhamento prévio de cronograma; divulgação de rotas alternativas; campanhas informativas específicas para doadores.
Unidades de saúde, clínicas, ambulatórios e laboratórios localizados na área hospitalar e em sua área de influência direta	Dificuldades de acesso; atrasos em atendimentos; impacto relevante sobre públicos vulneráveis.	Comunicação direta com gestores; materiais informativos; alinhamento de horários críticos; sinalização reforçada.
Pacientes, acompanhantes e visitantes dos equipamentos de saúde da área hospitalar	Aumento do tempo de deslocamento; dificuldades de acesso; insegurança em travessias; impacto acentuado sobre idosos e pessoas com deficiência.	Comunicação visual acessível; sinalização temporária; campanhas informativas; materiais distribuídos nos equipamentos de saúde.
Idosos, pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida	Impactos diretos na acessibilidade de calçadas, travessias e acessos provisórios; riscos à segurança viária.	Comunicação acessível; adequação de rotas seguras; articulação com instituições locais; atenção especial à acessibilidade temporária.

PRELIMINAR

PARTE INTERESSADA / GRUPO	POSSÍVEIS IMPACTOS (DIRETOS E INDIRETOS)	MEIOS / ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO
Trabalhadores da área da saúde	Alterações no deslocamento diário; atrasos em turnos e trocas de plantão.	Comunicação via direções hospitalares; divulgação antecipada das fases da obra; mapas de acesso e orientações.
Instituições de ensino superior localizadas na área de influência direta, incluindo: Faculdade de Medicina da UFMG; Escola de Enfermagem da UFMG; Escola de Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia da UFMG.	Impactos no acesso de estudantes, docentes e servidores; interferência em horários de entrada e saída; ruído no entorno acadêmico.	Comunicação direta com as direções; envio antecipado de cronograma; alinhamento de períodos críticos.
Instituições de ensino médio e fundamental localizadas na área de influência indireta da Área Hospitalar	Impactos pontuais na circulação de estudantes e responsáveis, especialmente em horários de pico.	Comunicação com direções escolares quando aplicável; avisos prévios; sinalização reforçada.
Parque Municipal Américo Renné Giannetti, localizado na área de influência indireta.	Impactos no acesso de visitantes, usuários de lazer e trabalhadores; alteração temporária de rotas de pedestres e ciclistas; possível redução de fluxo de visitantes.	Comunicação com a gestão do parque; avisos prévios ao público; sinalização de acessos alternativos; divulgação em canais oficiais.
Comerciantes e prestadores de serviços da área hospitalar, incluindo grandes supermercados localizados na área de influência direta e indireta.	Impactos no acesso de clientes, carga e descarga; alteração no fluxo de consumidores; impacto econômico indireto.	Comunicação direta com gestores; divulgação de cronograma; alinhamento sobre acessos e logística; reuniões setoriais quando necessário.
Moradores da área hospitalar e do entorno imediato	Ruído, poeira, alterações na circulação viária e impacto na rotina cotidiana.	Comunicação comunitária; avisos prévios; reuniões; canais de atendimento.
Usuários do transporte público que circulam pela área hospitalar	Alterações de itinerários; relocalização de pontos; adaptação ao sistema MOVE.	Comunicação com BHTrans; avisos em pontos; aplicativos e canais oficiais da PBH.

PRELIMINAR

PARTE INTERESSADA / GRUPO	POSSÍVEIS IMPACTOS (DIRETOS E INDIRETOS)	MEIOS / ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO
BHTrans e operadores do transporte coletivo	Replanejamento operacional e integração do corredor MOVE.	Reuniões técnicas; planejamento integrado; comunicação contínua.
Motoristas, ciclistas e pedestres	Redução temporária de pistas; desvios; riscos viários durante as obras.	Sinalização viária; campanhas educativas; divulgação de rotas alternativas.
Órgãos públicos ligados à gestão da saúde, incluindo: Secretaria Municipal de Saúde de BH; Secretaria de Estado de Saúde de MG; FHEMIG.	Necessidade de coordenação institucional e operacional.	Comunicação institucional formal; reuniões técnicas; alinhamento contínuo.
Serviços públicos e concessionárias (Guarda Municipal, SLU, Copasa, Cemig)	Necessidade de coordenação operacional e manutenção dos serviços.	Planejamento integrado; reuniões técnicas; alinhamento permanente.

Tabela 10: Matriz de Nível de Impacto e Prioridade de Comunicação

PARTE INTERESSADA	NÍVEL DE IMPACTO	JUSTIFICATIVA	PRIORIDADE DE COMUNICAÇÃO
Hospitais – influência direta	ALTO	Acesso crítico para emergências e atendimentos de alta complexidade.	Muito Alta – Antes e durante
Hospitais – influência indireta	MÉDIO	Impactos viários indiretos.	Média – Pontual
Fundação Hemominas	ALTO	Serviço essencial com dependência de acesso contínuo de doadores.	Muito Alta – Antes e durante
Unidades de saúde e clínicas	ALTO	Atendimento sensível à acessibilidade.	Alta – Antes e durante
Pacientes e acompanhantes	ALTO	Público vulnerável.	Alta – Contínua
Idosos e PCD	ALTO	Risco direto à acessibilidade e segurança.	Muito Alta
Trabalhadores da saúde	MÉDIO a ALTO	Deslocamento diário e horários críticos.	Alta
Instituições de ensino superior	MÉDIO	Impactos concentrados em horários específicos.	Média

PRELIMINAR

PARTE INTERESSADA	NÍVEL DE IMPACTO	JUSTIFICATIVA	PRIORIDADE DE COMUNICAÇÃO
Ensino médio e fundamental	BAIXO a MÉDIO	Impactos indiretos e pontuais.	Baixa a Média
Parque Municipal	MÉDIO	Impacto em acesso e uso do espaço público.	Média
Comerciantes e supermercados	MÉDIO	Impacto econômico indireto e logístico.	Média
Moradores do entorno	MÉDIO	Impacto na rotina e qualidade de vida.	Alta
Usuários do transporte público	ALTO	Mudança estrutural de mobilidade.	Alta
BHTrans e operadores	ALTO	Planejamento e operação do MOVE.	Muito Alta
Motoristas, ciclistas e pedestres	MÉDIO	Impactos temporários na circulação.	Média
Órgãos gestores da saúde	MÉDIO	Coordenação institucional necessária.	Alta
Serviços públicos e concessionárias	MÉDIO	Integração operacional essencial.	Alta

PRELIMINAR

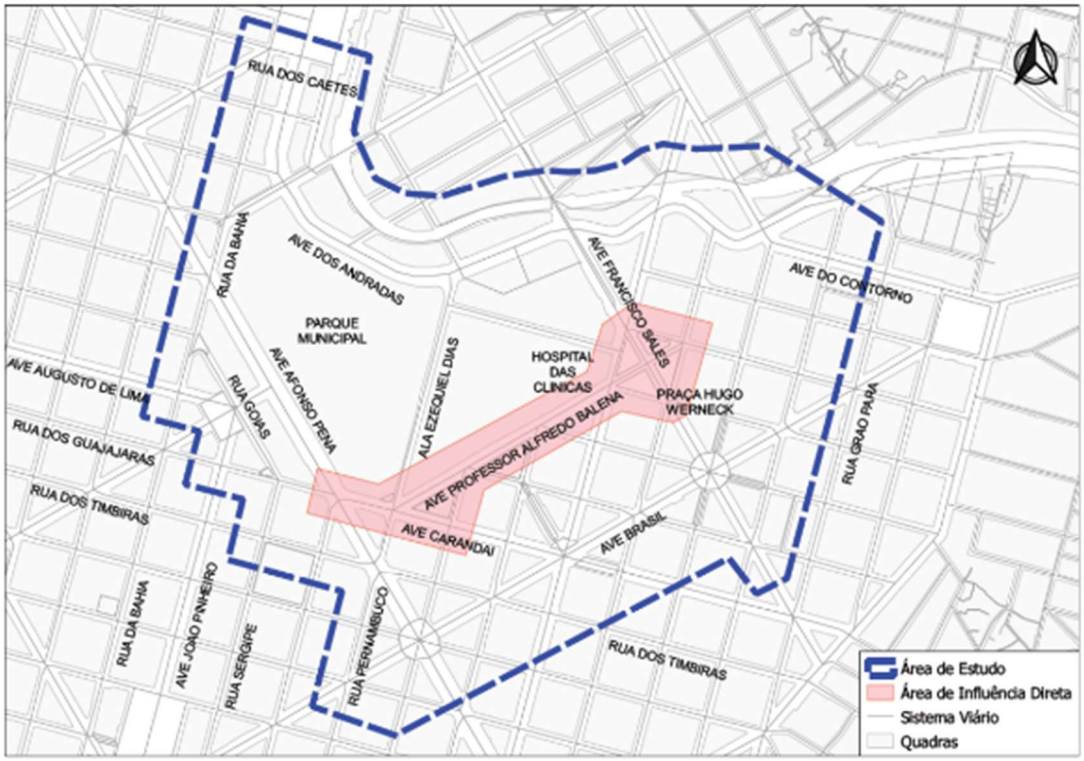


Figura 21: Áreas de influência direta e indireta (área de estudo) do empreendimento (Fonte: Elaborado por Imtraff).

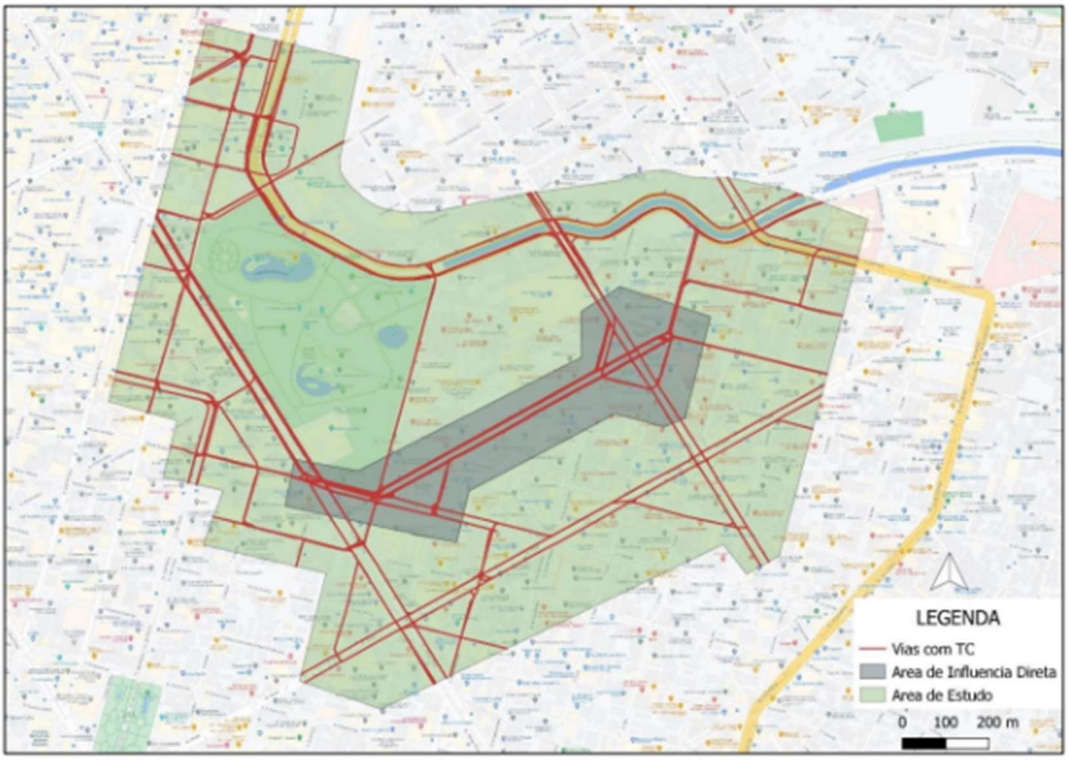


Figura 22: Vias com transporte coletivo na área de influência da intervenção (Fonte: Elaborado por Imtraff).

As listas apresentadas não excluem outras instituições localizadas na área de influência direta e indireta das obras, podendo ser atualizadas conforme o detalhamento executivo do projeto.

5.4. COMPONENTE 2 – VILA CABANA DO PAI TOMÁS

No caso das intervenções previstas no empreendimento da Vila Cabana Pai Tomás, o plano de envolvimento da comunidade está sendo implementado por meio do Trabalho Social, conduzido pela Urbel.

O Trabalho Social pode ser definido como um conjunto de estratégias, processos e ações, desenvolvido a partir de estudos e diagnósticos integrados e participativos do território, considerando as dimensões social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional da população beneficiária, bem como as características da intervenção. Seu objetivo é promover a participação e a inserção social das famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para:

- A melhoria da qualidade de vida;
- A sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados;
- O pleno diálogo e fluxo de informações relativos à execução das obras.

O objetivo geral do Trabalho Social é, portanto, promover a participação social, melhorar as condições de vida, efetivar os direitos sociais dos beneficiários e garantir a sustentabilidade da intervenção.

Para atingir esses objetivos, o Trabalho Social foi estruturado e está sendo desenvolvido em quatro eixos, a saber:

- **Eixo 1: Mobilização, organização e fortalecimento social**

Este eixo prevê processos de informação, mobilização e capacitação da população beneficiária, com o objetivo de promover a autonomia e o protagonismo social, além de fortalecer as organizações existentes no território, incentivar a constituição e formalização de novas representações e criar canais de participação e controle social.

Dentro desse eixo, é viabilizada a abertura de canais de transparência e comunicação com a comunidade, bem como mecanismos de registro e resposta a reclamações, por meio do 'Escritório Social da Obra' — um espaço físico de interface com a população.

O Escritório Social, instalado diretamente no território, conta com uma equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas social e urbanística, responsável por acolher demandas da

PRELIMINAR

comunidade e operacionalizar o andamento da intervenção. Os atendimentos à população ocorrerão prioritariamente no escritório, de forma a facilitar o diálogo e o equacionamento de demandas.

Materiais de comunicação social, como cartilhas, folders, banners e faixas informativas, serão utilizados para divulgar informações e convidar a população a participar de reuniões, caminhadas e demais eventos relacionados ao empreendimento.

No Escritório Social, os moradores podem:

- Buscar informações sobre a obra;
- Efetuar reclamações; presencialmente ou por telefone;
- Registrar dúvidas e solicitações por meio de formulários próprios.

Além disso, o espaço funciona como local para reuniões com a comunidade, lideranças, representantes de instituições e órgãos públicos locais, fortalecendo o diálogo direto e contínuo entre a população e a equipe responsável pelo projeto.



Figura 23: Atendimentos realizados nos escritórios socais (Vila Viva Várzea da Palma, jul. 2019).

- **Eixo 2: Acompanhamento e gestão social da intervenção**

Este eixo visa promover a gestão das ações sociais necessárias para a execução da intervenção, incluindo o acompanhamento, a negociação e as interferências que possam ocorrer ao longo do processo. Além disso, busca preparar e orientar a comunidade para compreender a intervenção, de

modo a minimizar impactos negativos e evidenciar os ganhos gerados, contribuindo para sua adequada implementação.

Um dos objetivos centrais deste eixo é viabilizar canais de transparência e comunicação com a comunidade. Para isso, logo no início da intervenção foi formado o Grupo de Referência da Obra (GR), resgatando, quando possível, membros que já tenham participado de grupos semelhantes na elaboração do Plano Global Específico (PGE) e no desenvolvimento dos projetos da intervenção.

O GR, composto por moradores da vila, acompanha todas as fases do empreendimento e atuará como interface entre a comunidade diretamente e indiretamente afetada e o poder público. Para desempenhar essa função, os membros do grupo foram capacitados por meio de oficinas e cursos, participaram de reuniões de canteiro sobre o andamento das obras e de outras atividades necessárias para compreender a intervenção, podendo replicar informações na comunidade.

O acompanhamento da intervenção pelo GR inclui:

- Reuniões mensais ordinárias, para acompanhamento do cronograma de obras;
- Caminhadas de reconhecimento da intervenção e suas etapas;
- Encontros e mobilizações em eventos relevantes da obra;
- Visitas e troca de experiências com outras comunidades que receberam intervenções semelhantes.

A intenção é manter o GR ativo e atuante desde antes do início das obras físicas até sua conclusão, acompanhando também o período de trabalho social pós-obra, conforme detalhado em seção específica.

Para apoiar essas ações, o eixo prevê a realização de oficinas, cursos, assembleias e reuniões comunitárias, com o objetivo de informar, dialogar e engajar a comunidade ao longo de todo o processo da intervenção.

PRELIMINAR



Figura 24: Exemplo de Acompanhamento de Obra pela GR.

- **Eixo 3: Educação ambiental e patrimonial**

Este eixo visa promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os fatores que influenciam sua qualidade de vida. Também busca refletir sobre os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam a realidade local, de modo a alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.

O eixo possibilita uma expressiva interação com a comunidade, especialmente com crianças e instituições de ensino. Nesse sentido, são realizadas oficinas de educação ambiental, palestras, travessias educativas, visitas orientadas, campanhas e outras ações, promovendo uma abordagem educativa e transformadora, integrada à participação comunitária.

Trata-se de um processo contínuo ao longo de todo o empreendimento, no qual a comunidade não apenas aponta problemas e questões ambientais, como o descarte inadequado de lixo e entulho ou a poluição de cursos d'água, mas também é convidada a construir propostas de ação voltadas à promoção da saúde e à preservação ambiental.

Além disso, as intervenções físicas do empreendimento, como abertura de vias e melhorias na infraestrutura urbana, serão acompanhadas por ações de educação patrimonial, com o objetivo de contribuir para a apropriação do patrimônio e do novo espaço de moradia pelos moradores.

PRELIMINAR



Figura 25: Exemplo de acompanhamento de atividade de mobilização ambiental para apropriação de áreas remanescentes.

- **Eixo 4: Desenvolvimento Socioeconômico**

Este eixo visa articular políticas públicas, apoiar e implementar iniciativas de geração de trabalho e renda, com foco na inclusão produtiva, econômica e social. O objetivo é incrementar a renda familiar, melhorar a qualidade de vida da população e criar condições para um processo de desenvolvimento territorial de médio e longo prazo.

No âmbito deste eixo, a comunidade é submetida a uma pesquisa destinada a identificar suas potencialidades profissionais e empreendedoras. O resultado dessa pesquisa gera o diagnóstico socioeconômico, que utiliza a própria população como fonte de dados e permite construir conjuntamente ações e atividades de qualificação profissional e geração de trabalho e renda.

Trata-se de um eixo que envolve ampla articulação com a comunidade, instituições públicas e privadas presentes no território, bem como outras políticas públicas setoriais, garantindo que as ações sejam integradas e contextualizadas.

PRELIMINAR

MULHERES NA OBRA

O Programa Mulheres na Obra, lançado em 2023, é composto de um conjunto de ações estratégicas vinculadas à capacitação profissional na área da construção civil (acabamento, pintura, carpintaria, eletricidade, hidráulica, paisagismo, edificação dentre outros) e facilitação de acesso ao mercado, com acompanhamento e monitoramento social. Em 2024, seis turmas foram qualificadas.

A política municipal de inclusão de mulheres em obras públicas foi reforçada em dezembro de 2023 com o lançamento da Portaria Conjunta SMOBI / SUDECAP / URBEL 037/2023, que garante a reserva mínima de 10% de vagas para as mulheres.

5.4.1. ETAPAS DE INTERVENÇÃO

As atividades previstas nos quatro eixos de trabalho são organizadas em tempos definidos de acordo com as etapas da intervenção, que demandam a atuação da equipe técnica por meio de estratégias diferenciadas. Para fins de planejamento, considera-se a atuação em três tempos específicos, que orientam a execução e a integração das ações com a comunidade e demais atores envolvidos:

- **Fase de Pré-obras:** trata-se do período em que ocorre o início do trabalho de mobilização social com o repasse de informações sobre a intervenção e do próprio trabalho social. Para fins da intervenção na Cabana, essa fase deverá ser iniciada seis meses antes do início da intervenção. Nesta fase serão realizadas a montagem do Escritório Social, as reuniões de esclarecimentos sobre a intervenção e seu cronograma, composição do Grupo de Referência, o resgate do processo participativo realizado até então.

- **Fase de Obras:** refere-se ao acompanhamento da intervenção e execução das propostas sociais. Consequentemente, possibilita conhecer a população beneficiária inserida em dado contexto urbano e social. É a etapa em que começam as obras propriamente ditas, e as ações do trabalho social, de acompanhamento da intervenção, inclusive com ações de informações e encaminhamentos sobre as situações geradas no dia a dia da execução das obras.

- **Fase de pós-ocupação:** refere-se ao período imediatamente após o término das obras e tem duração prevista de no mínimo seis meses. Importante destacar que o Escritório Social continua no território, efetivando ações de monitoramento e avaliação da intervenção. São ainda realizadas ações de reconhecimento e apropriação das intervenções físicas, plantões e reuniões para esclarecimentos de dúvidas sobre as unidades habitacionais e sobre as obras. Dá-se prosseguimento às atividades de fomento à participação e controle social, dentre

PRELIMINAR

inúmeros outros, para concluir o empreendimento e sobretudo, mensurar os resultados obtidos.

Para os empreendimentos do Componente 2, relativos à elaboração de projetos, foi desenvolvido um plano de mobilização social com o objetivo de garantir que a comunidade conheça, participe e aprove os projetos a serem elaborados.

O plano de comunicação para o desenvolvimento dos projetos foi estruturado nas seguintes fases:

- Mobilização das lideranças, representantes da comunidade e serviços atuantes na região;
- Mobilização da comunidade para a assembleia de partida, onde será apresentado o cronograma de elaboração dos projetos;
- Composição do Grupo de Referência para acompanhamento dos projetos;
- Reuniões periódicas de informação destinadas à comunidade.

As assembleias com a comunidade contemplam os momentos-chave da elaboração dos projetos, a saber:

- Apresentação do Anteprojeto;
- Aprovação do Anteprojeto;
- Apresentação do Projeto Executivo;
- Apresentação do Projeto de Remoção e Reassentamento.

Para a Vila Cabana Pai Tomás, serão desenvolvidos mecanismos de comunicação específicos para dar suporte aos eixos de ação do Trabalho Social previamente indicados.

No que se refere ao acompanhamento social da intervenção, os marcos importantes de comunicação e divulgação incluem:

- Previsão de início do trabalho social e do processo de detalhamento do perfil e característica das famílias a serem removidas;
- Início das obras e cronograma previsto para a sua execução;
- Informações sobre fechamento de vias ou início de serviços específicos, que podem gerar transtornos, como mudança de circulação e fechamento de vias ou trechos específicos;
- Estabelecimento de rotina de monitoramento do andamento da obra.

Os materiais de comunicação utilizados foram:

PRELIMINAR

- Cartilhas e folhetos;
- Jornal semestral de andamento da intervenção;
- Faixas e cartazes em locais de grande circulação;
- Banners, apresentações em PowerPoint e outros meios para facilitar a comunicação e apreensão das informações nas reuniões de acompanhamento da obra;
- Folhetos informativos de reuniões e atividades, distribuídos através de mobilização porta-a-porta;
- Cartilhas específicas para segurança de obra e cuidados em transitar nos trechos em que os serviços se encontram em execução;
- Uso de peças de teatro ou mobilizações artísticas para tratar de temas específicos;
- Informações disponíveis no escritório social, de fácil acesso para a comunidade.

Para o público atingido com deslocamentos involuntários, são utilizados também material informativo sobre o processo de remoção e reassentamento, que inclui:

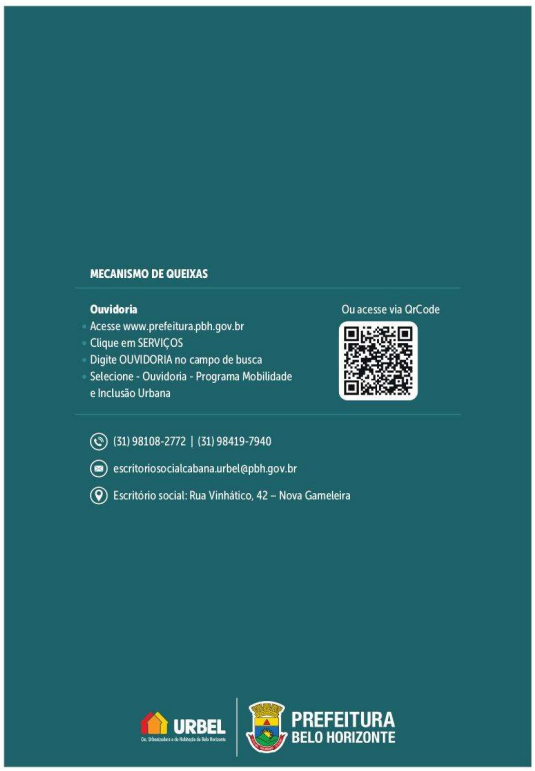
- Cartilhas informativas sobre o processo de cadastro, avaliação dos imóveis e demais etapas do processo de remoção;
- Folders informativos sobre inclusão no Programa Bolsa Moradia, inclusive para orientar o processo de escolha de imóvel a ser alugado;
- Cartilhas e informativos apresentando detalhamento dos imóveis a serem construídos para fins de reassentamento;
- Cartilhas sobre vivência em condomínio e gestão condominial.

PRELIMINAR



Figura 26: Material para segurança nas obras (“Prevenildo”).

PRELIMI





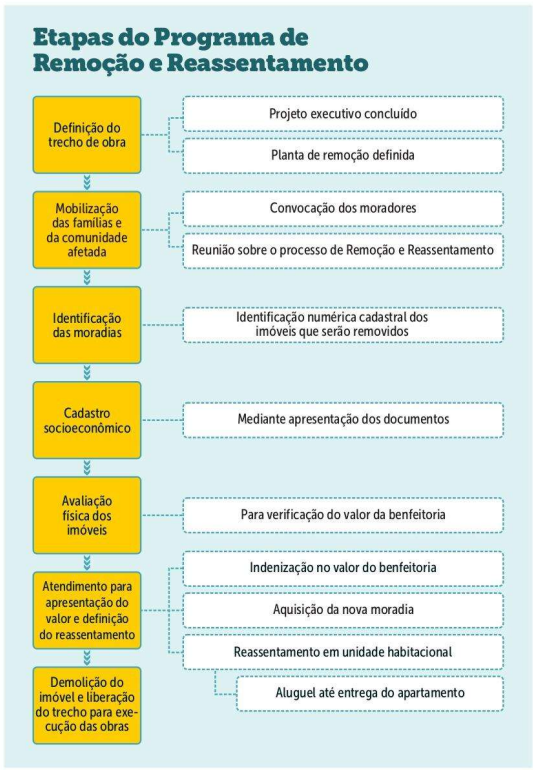




Figura 27: Material informativo sobre Remoção e Reassentamento.

Para os territórios atendidos com a elaboração de projetos, também foram utilizados materiais de comunicação, como folders informativos sobre as etapas do processo de desenvolvimento, conforme detalhado anteriormente.

Nos processos participativos conduzidos na Vila Cabana Pai Tomás até o momento, não houve segmentação da participação por grupos sociais, devido à identificação de segmentos de maior vulnerabilidade. A participação, seja por meio dos Grupos de Referência ou da participação direta dos moradores, tem sido conduzida de forma ampla e representativa, privilegiando a lógica territorial em vez de categorias de vulnerabilidade. Para tanto, a estratégia adotada delimitou a participação conforme territórios geográficos e sociais.

Cabe destacar que as mulheres desempenham papel relevante nos Grupos de Referência da Cabana, representando cerca de 52% dos participantes. Para o GR de acompanhamento da execução das obras, será adotada a estratégia de garantir a participação de diversos segmentos, incluindo grupos específicos, como experiências anteriores realizadas pela Urbel: jovens, grupos de geração de renda para mulheres, aposentados, entre outros.

Para o grupo de famílias atingidas pelo reassentamento involuntário, as ações de escuta e encaminhamento das demandas são detalhadas no Plano de Ação de Remoção e Reassentamento.

O Trabalho Social tem duração durante toda a execução das obras, incluindo o período pré e pós obras, conforme os tempos metodológicos descritos.

Dentro do plano de trabalho social e comunicação apresentado, comentários, críticas e dúvidas da comunidade serão recebidos e encaminhados durante todo o desenvolvimento das intervenções, por diferentes meios:

- Atendimento no Escritório Social;
- Formulários específicos de recebimento de demandas;
- Reuniões e atividades comunitárias;
- Mecanismos de queixas descritos adiante no documento.

Será consolidado um relatório mensal de todas as formas de atendimento realizadas, incluindo respostas e encaminhamentos. Dessa forma, a metodologia e os tempos do Trabalho Social garantem cobertura completa e contínua de todas as fases das ações.

PRELIMINAR

5.5. COMPONENTE 3 – PLANOS ESTRATÉGICOS - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DA REGIÃO DO JATOBÁ

O Município de Belo Horizonte conduziu no segundo semestre de 2023 o processo licitatório SDP no 049/2023 para contratação de Serviços Técnicos Especializados para Elaboração do Programa de Desenvolvimento Estratégico da Região do Jatobá, projeto financiado pelo Banco Mundial e inserido no Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana de Belo Horizonte.

O Consórcio Práxis Metrics foi selecionado para a condução dos trabalhos, tendo participado de diversas reuniões de negociação com o Município em novembro e dezembro de 2023, onde foram discutidos de forma preliminar o cronograma e o Plano de Trabalho do Programa. A Ordem de Serviços, que marcou o início dos trabalhos, foi dada em 15 de março de 2024.

O Programa de Desenvolvimento Estratégico da Região do Jatobá tem como objetivo a construção de um arcabouço de diretrizes e propostas de desenvolvimento territorial, bem como de instrumentos jurídico-legais e urbanísticos, com ampla participação dos atores locais, que visem ao enfrentamento dos conflitos fundiários e de uso estabelecidos na região, à melhoria da articulação interna e externa da área, ao reconhecimento do potencial das organizações comunitárias e institucionais locais e à valorização e recuperação das áreas de interesse ambiental.

Neste sentido, compreende a elaboração de três planos – Macroplano da Região do Jatobá, Plano Urbanístico Integrado e Plano de Estruturação Urbano-Ambiental – e do Estudo de Áreas Complementares, que em conjunto devem contribuir para a construção de um modelo de gestão territorial integrado e sustentável, podendo ser replicado em outras experiências de planejamento municipal.

PRELIMINAR



Figura 28: Imagem de um panfleto do Programa contendo a delimitação dos Planos

Para a elaboração destes planos, estão previstas ações que promovam a integração e o protagonismo dos atores locais nos processos de caracterização do território, formulação de propostas e tomada de decisões. Espera-se, dessa forma, que o processo participativo vá além das dimensões meramente informativa e consultiva, consolidando-se como um modelo de gestão participativa efetivo.

Mobilização e participação social

O Termo de Referência que orienta a elaboração do Programa define que, para estruturar e conduzir o processo participativo, a Contratada deve estabelecer um Plano de Comunicação e Participação Social, contemplando ações contínuas de Comunicação, Mobilização e Participação Social.

Com base nisso, foi elaborado o Plano de Mobilização e Participação Social (Plano Mobs), no qual estão incorporados todos os conteúdos e atividades previstos no Termo de Referência, nos itens 7.1 (Comunicação), 7.2 (Mobilização), 7.3 (Participação Social) e 7.4 (Formação e Capacitação). Por uma concepção metodológica que entende a mobilização como um processo gerador da participação social, esses quatro itens foram reorganizados em quatro Eixos Estruturantes da Mobilização e da Participação Social: Organização Comunitária, Educação, Comunicação e Cultura. Ressalta-se que todas as exigências do Termo de Referência estão contempladas nesse novo arranjo, conforme detalhado a seguir.

O eixo da Organização Comunitária envolve a identificação das organizações existentes no território, sejam institucionais ou da sociedade civil, bem como a criação de novas instâncias organizativas ao longo do Programa, garantindo sua sustentabilidade. Esse eixo estimula o trabalho em rede, a intersetorialidade e a constituição de parcerias, de modo a gerar sujeitos ativos do processo que, em uma dinâmica contínua de planejamento e controle social, se sintam corresponsáveis pelo Programa.

O eixo da Comunicação é fundamental para dar voz aos atores sociais, disponibilizar informações, narrar o processo e assegurar transparência, promovendo o engajamento participativo. Visa disseminar informações sobre as áreas temáticas por meio de instrumentos variados, como folhetos, cartilhas, faixas, carros de som e peças audiovisuais, viabilizando o diálogo e a troca de conhecimento tanto presencialmente quanto pelas redes sociais.

O eixo da Educação permeia todas as atividades, buscando qualificar os sujeitos envolvidos por meio de oficinas e capacitações temáticas voltadas ao planejamento integrado e participativo. Dessa forma, técnicos e agentes locais, em uma dinâmica de aprendizado contínuo, saem empoderados e mais preparados para atuar de forma técnica e consciente no Programa.

O eixo da Cultura enfatiza a importância de compreender cuidadosamente os contextos socioculturais do território e de utilizar a arte como ferramenta de mobilização social. Instrumentos como teatro, música e intervenções lúdico-pedagógicas são fundamentais para engajar a população no Programa, estimulando a participação de forma criativa e significativa.

PRELIMINAR

O Plano Mobs definiu a organização, o planejamento e o formato dos eventos participativos, incluindo a frequência das atividades, independentemente de seu porte, os métodos de devolução dos produtos intermediários e finais aos participantes, bem como a utilização de canais de comunicação amplos e acessíveis, garantindo o alcance da maior parte da população local. O planejamento também considerou cenários restritivos para eventos presenciais, como pandemias ou outras situações emergenciais.

Com base no Termo de Referência, estimou-se a realização de 125 atividades ao longo do período de elaboração do Programa (2024 a 2026), distribuídas conforme as diretrizes estabelecidas pelo Plano Mobs.

- 8 (oito) reuniões preliminares com lideranças locais;
- 19 (dezenove) assembleias com participação de todos os setores e da população em geral;
- 56 (sessenta e seis) oficinas com grupos de acompanhamento;
- 11 (onze) oficinas com grupo de trabalho;
- 8 (oito) plantões de exposição pública das propostas;
- 11 (onze) reuniões com o Grupo Executivo; e
- 12 (doze) assembleias de planejamento das ações e investimentos.

Início do Programa e Rede Organizativa

Para dar início ao desenvolvimento das atividades do Programa na região, foram realizados, em maio de 2024, eventos de mobilização denominados “Chegança”. Esses eventos consistiram em caravanas de Arte e Mobilização que percorreram pontos estratégicos do território, onde foram distribuídos panfletos informativos com explicações sobre o Programa. O trajeto da caravana, bem como os pontos de parada e concentração, foram planejados de forma a atingir o território em sua totalidade, garantindo ampla visibilidade e engajamento da população local.



Figura 29: Registros fotográficos da “Chegança" (Fonte: Consórcio Práxis Metrics, 2024)

PRELIMINAR



Figura 30: Panfleto de anúncio do Programa (Fonte: Consórcio Práxis-Métrics, 2024)

Após os eventos de Chegança, foram realizadas as primeiras Assembleias de Partida, consistindo em reuniões públicas destinadas à apresentação do Programa para as populações locais.

Conforme estabelecido no Termo de Referência (TR), essas reuniões tiveram como objetivo a formação de uma Rede Organizativa Comunitária, estruturada por meio de grupos de acompanhamento local correspondentes a cada um dos planos previstos no Programa:

- Grupo de Acompanhamento Local (GAL): acompanha a realização do Plano Urbanístico Integrado no Vale das Ocupações;
- Comitês de Acompanhamento Local (CALs): acompanham a elaboração do Plano de Estruturação Urbano-Ambiental no eixo do Córrego Olaria;
- Grupo de Acompanhamento do Macroplano (GAM): acompanha a elaboração do Macroplano, sendo composto também por representantes dos GAL e dos CAL.

Esses grupos são formados por lideranças comunitárias, representantes de entidades e equipamentos comunitários atuantes nos territórios, entre outros segmentos e setores. Seus participantes atuam como multiplicadores de informações e porta-vozes das comunidades e setores que representam, garantindo diálogo e fluxo contínuo de informações.

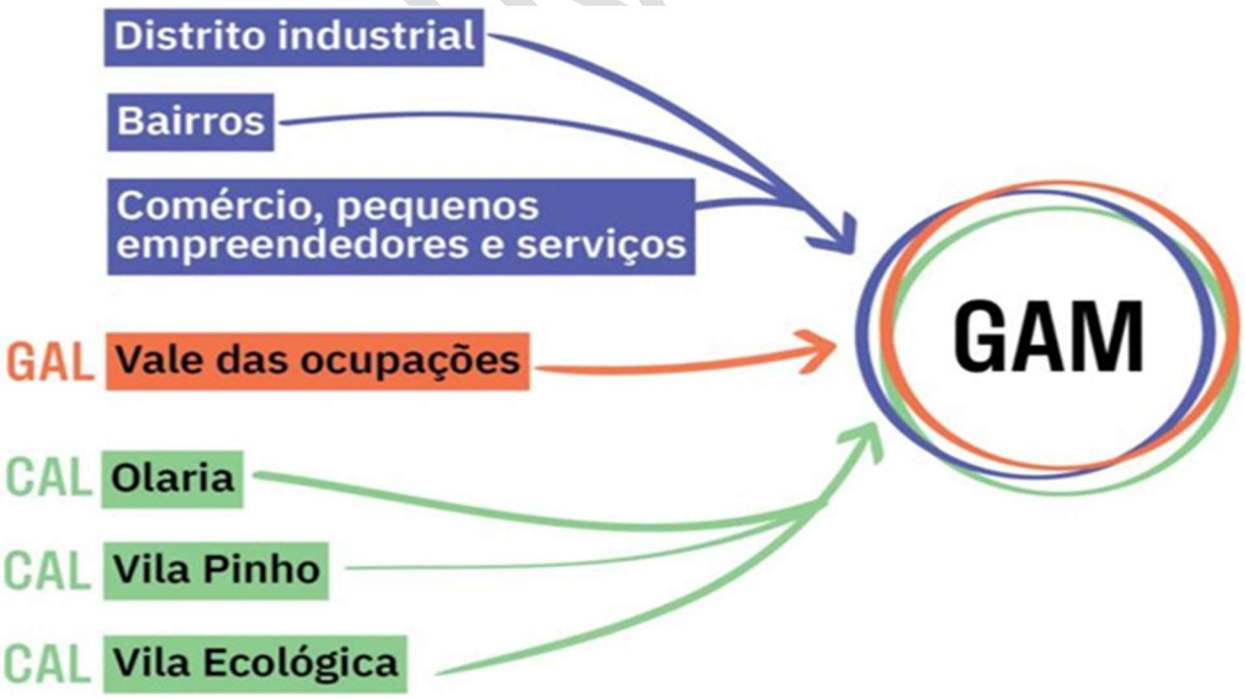


Figura 31: Composição do Grupo de Acompanhamento do Macroplano (GAM) (Fonte: Consórcio Práxis Metrics, 2024)

Os grupos começaram a ser formados a partir das primeiras reuniões com às comunidades locais, mas podem receber participantes durante todo o processo de elaboração dos Planos. Objetiva-se, desta forma, a conformação de uma rede de atores locais com capacidade para acompanhar e contribuir para a efetivação das ações previstas tanto nos Planos locais quanto no Macroplano.

Para o fortalecimento desta rede organizativa, a equipe de mobilização do Consórcio vem realizando reuniões mensais com os grupos de acompanhamento com objetivo de ampliar a compreensão dos participantes sobre a atuação e finalidade dos grupos nas etapas do Programa; contribuir para a sua consolidação; e definir estratégias para ampliar a participação de lideranças locais e representantes dos diversos segmentos nessas instâncias de participação e acompanhamento.



Figura 32: Fluxo do Processo Participativo de elaboração do Macroplano, PEA e PUI (Fonte: Consórcio Práxis Metrics, 2024)

É importante ressaltar que a partir da entrada no território, o Consórcio observou que o nome do Programa - mesmo encurtado: “Programa Jatobá” - do ponto de vista da mobilização social e da comunicação comunitária, não era adequado, pois o local identificado pela população como “Jatobá” encontra-se fora da área de atuação do Macroplano, próximo à divisa com a cidade de Ibirité.

Desta forma, a equipe de comunicação do Consórcio trabalhou para a escolha de um nome fantasia, “Programa JÁ TÔ LÁ”, que foi aprovado pela Contratante logo após o início dos trabalhos. Este nome tem sido cada vez mais difundido e incorporado pelas populações localizadas dentro dos limites do Programa.

- **Etapa atual**

O Programa encontra-se na finalização da sua primeira etapa que consiste na Caracterização Integrada do território. Durante esta etapa foram realizadas diversas pesquisas e levantamentos de dados sobre os territórios que o compõem, e diversos eventos participativos que buscaram divulgar as pesquisas, contribuir com o levantamento de dados e levar às populações os resultados obtidos.

Até o momento foram realizadas assembleias, oficinas de capacitação específica e oficinas com os grupos de acompanhamento local. Na etapa seguinte, que corresponde à Etapa de Propostas, além dessas modalidades de eventos estão previstos também os plantões técnicos, cujo objetivo é esclarecer dúvidas e levar ao conhecimento do maior número de atores locais as proposições realizadas nos eventos participativos.

O Quadro abaixo apresenta o total de eventos previstos durante a elaboração do Programa e total de eventos realizados até o momento.

Tabela 11: Eventos previstos no Plano Mobs e realizados até o momento

EVENTOS	PREVISTOS
Reuniões preliminares com lideranças locais	8
Assembleias com participação de todos os setores e da população em geral	19
Oficinas com grupos de acompanhamento	56
Oficina de Capacitação Específica	10
Plantões de exposição pública das propostas - previsão 25/26	8
Oficinas com Grupo de Trabalho	12
Assembleias de planejamento das ações e investimentos	12
TOTAL	**125**

PRELIMINAR



Figura 33: Oficina OFGAL-01 - Morando Legal (jul/24)



Figura 34: Assembleia ASSPG-09 - Resultado da Pesquisa de Equipamentos, Programas e Serviços (dez/24)



Figura 35: Assembleia ASSPG-16 - Resultado da Pesquisa de Risco Geológico - PEA (mar/25)



Figura 36: Oficina OFGAL-25 - Fortalecimento do GAM (jul/25)

PRELIMINAR



Figura 37: Peças de divulgação de atividades participativas do Programa, 2024/2025

5.6. COMPONENTE 4 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

5.6.1. MECANISMO DE QUEIXAS

O Mecanismo de Gestão de Queixas vem sendo estruturado desde maio de 2024, com a contratação de um profissional da área social para atuar no Programa Mobilidade e Inclusão Urbana, especificamente na Diretoria de Operações de Crédito Internacional (DIOC) da SMOBI.

Esse mecanismo abrange todas as reclamações, dúvidas, denúncias e sugestões dos cidadãos impactados nas micro e macrorregiões envolvidas no projeto. Seu funcionamento organiza o tratamento das demandas, definindo responsáveis, padronizando respostas e canais de comunicação, além de fornecer métricas e instrumentos para monitoramento contínuo.

Com o objetivo de implementar um procedimento de gestão acessível, ágil e eficiente, o Mecanismo também busca garantir o aprendizado institucional e a melhoria contínua, alinhando-se às legislações vigentes e incorporando inovações tecnológicas. Ademais, assegura que todas as respostas sejam fornecidas dentro do prazo estabelecido, utilizando uma linguagem clara e acessível à população.

Para o recebimento das interações, foram disponibilizados os seguintes canais de entrada

- **Telefone**
- **WhatsApp**
- **E-mail**
- **Atendimento presencial nos escritórios sociais (conforme a especificidade de cada componente do Programa)**
- **Ouvidoria geral e/ou específica, disponível no Portal de Serviços da PBH**

Importante: nem todas as obras contam com todos esses canais, exceto a ouvidoria, que está disponível a toda a população.

PRELIMINAR

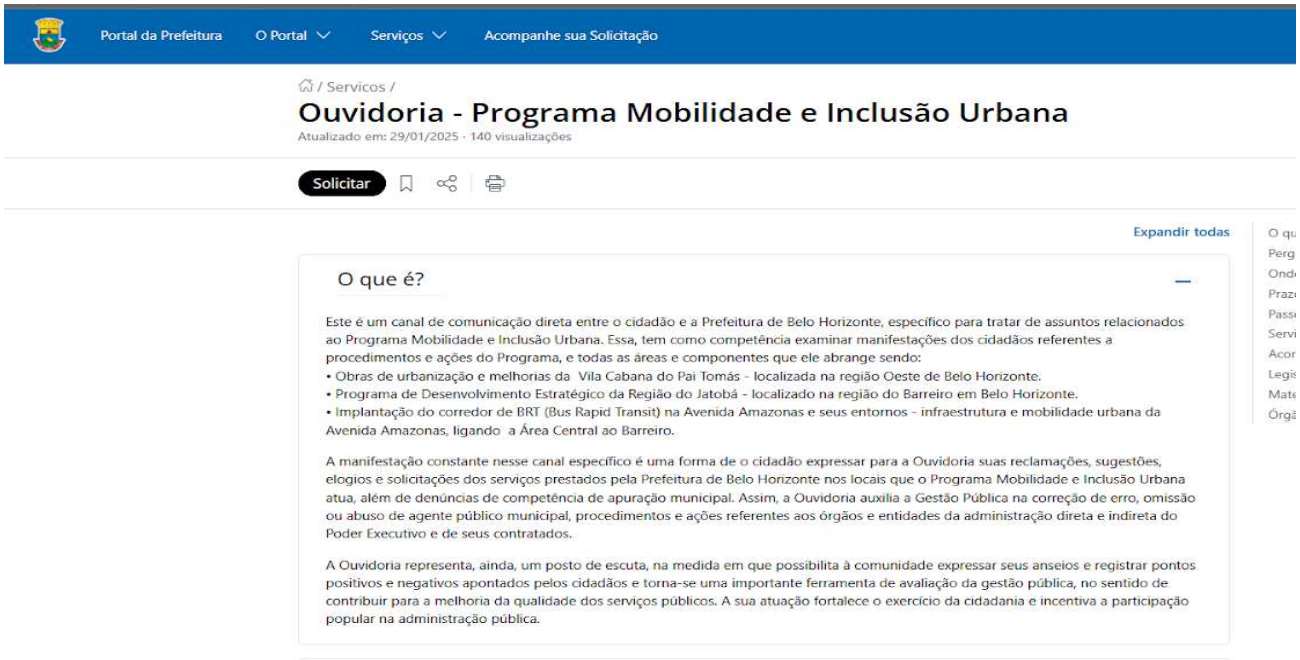


Figura 38: Página internet da ouvidoria do Programa

Independentemente do canal de entrada utilizado pelo cidadão, todas as manifestações são recebidas pela Prefeitura de Belo Horizonte, encaminhadas aos responsáveis por cada projeto, registradas em um sistema padronizado de monitoramento e controle, e respondidas de maneira clara e eficiente, seguindo o fluxo operacional descrito a seguir:

PRELIMINAR

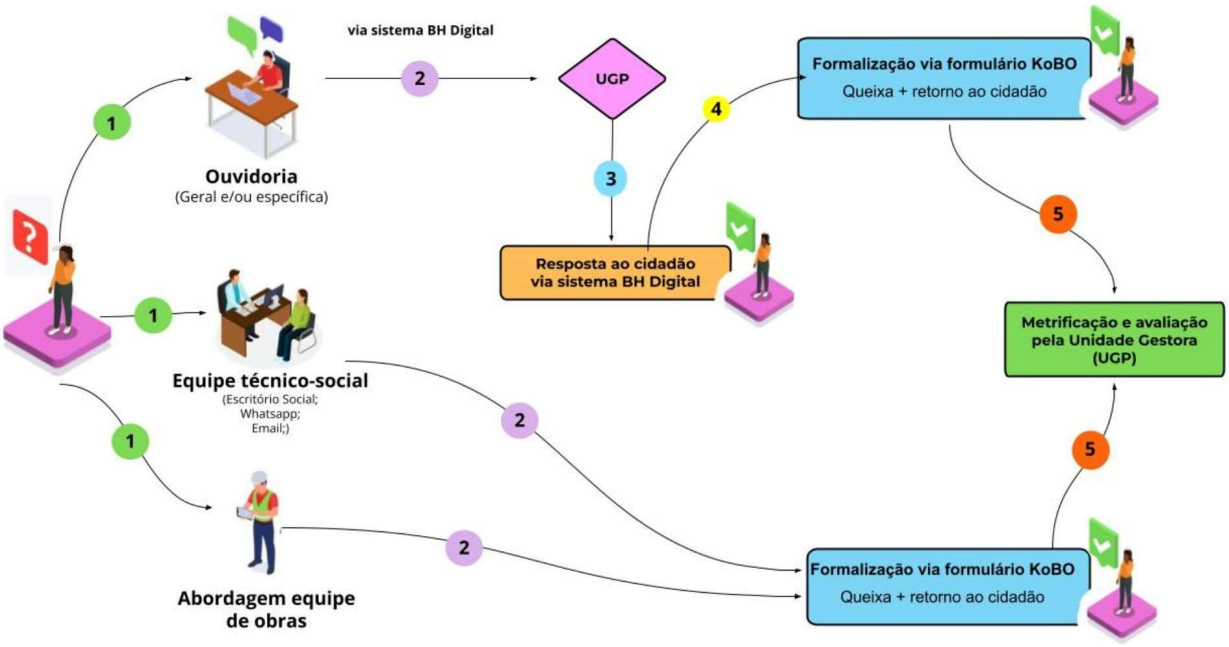


Figura 39: Fluxograma do Mecanismo de Gestão de Queixas

O KoboToolbox, uma ferramenta online de formulários, foi analisado e configurado como solução para registrar, organizar e formalizar todas as manifestações recebidas. As equipes responsáveis pelo monitoramento dos canais de entrada utilizam este formulário para registrar as demandas, classificando-as em categorias temáticas pré-definidas e inserindo informações relevantes para acompanhamento. Com base nesse registro, são elaboradas respostas correspondentes, que devem ser enviadas dentro do prazo máximo de 20 dias úteis.

Periodicamente, os dados das manifestações — preservando o anonimato dos cidadãos, quando aplicável — são consolidados em uma planilha única e analisados com o apoio de ferramentas específicas, permitindo uma visualização clara, a metrificação e o acompanhamento sistemático de todas as demandas.

PRELIMINAR



Figura 40: Tela Power BI - Mecanismo de Queixas Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana.

5.6.2. DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE

A Unidade Gestora do Programa (UGP), por meio da Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), em articulação com os órgãos envolvidos e as empresas contratadas, garantirá que todas as informações sobre os canais de acesso ao Mecanismo de Gestão de Queixas estejam incluídas em todos os materiais de divulgação.

Essa ação assegura que qualquer parte interessada possa acessar o sistema facilmente, registrar suas manifestações e receber respostas individuais, claras e dentro do prazo estabelecido.

PRELIMINAR



Figura 41: Imagem de divulgação do Mecanismo de Queixas Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana - Região Vila Cabana do Pai Tomás.

5.6.3. PARTICULARIDADES COMPONENTE 2 – VILA CABANA DO PAI TOMÁS

Na região da Vila Cabana do Pai Tomás, além dos canais de entrada padronizados — como a Ouvidoria Geral, a Ouvidoria específica do Programa e os canais institucionais da PBH — foram disponibilizados um endereço de e-mail e um número de WhatsApp, garantindo comunicação direta entre a equipe social e os cidadãos.

Adicionalmente, foi instalado um Escritório Social na própria Vila, com equipe especializada para atendimento à população de segunda a sexta-feira em horário comercial, além de atendimentos agendados conforme a necessidade.

À medida que as obras avançarem para áreas mais distantes do Escritório, a equipe social também atuará in loco, diretamente nos locais das intervenções, facilitando o acesso da população ao suporte necessário.

5.6.4. PARTICULARIDADES COMPONENTE 3 – PLANOS ESTRATÉGICOS - JATOBÁ

Canais de comunicação estabelecidos

Para garantir melhor comunicação com as populações locais, o Plano Mobs, em conformidade com o Termo de Referência (TR), estabeleceu os canais oficiais de divulgação das ações do Programa,

PRELIMINAR

incluindo número de WhatsApp, e-mail oficial e a rede social Instagram. Está prevista, em fase de elaboração, a criação de uma página do Programa dentro do site da PBH.

No final de 2024, por solicitação do Banco Mundial, foi criado um Mecanismo de Queixas, destinado a receber reclamações, elogios, solicitações de esclarecimento e outras manifestações da população, funcionando como um instrumento de registro, acompanhamento e resolução das demandas relacionadas ao Programa.

No contexto do Programa, as manifestações da população podem ser feitas das seguintes formas:

- Diretamente durante reuniões e processos participativos;
- Por meio do número de WhatsApp fornecido pelo Consórcio;
- Pelo canal institucional da Ouvidoria da PBH.

Os registros de manifestações feitas diretamente nos eventos ou via WhatsApp ficam sob responsabilidade da equipe técnica da Contratante, enquanto os registros pelo canal da Ouvidoria são feitos diretamente pelo interessado(a).

Para garantir ampla divulgação desses canais de manifestação, duas medidas foram adotadas:

- Inserção de QR Code para acesso ao canal da Ouvidoria nos materiais gráficos do Programa;
- Divulgação do Mecanismo de Queixas na abertura de todos os eventos participativos do Programa.

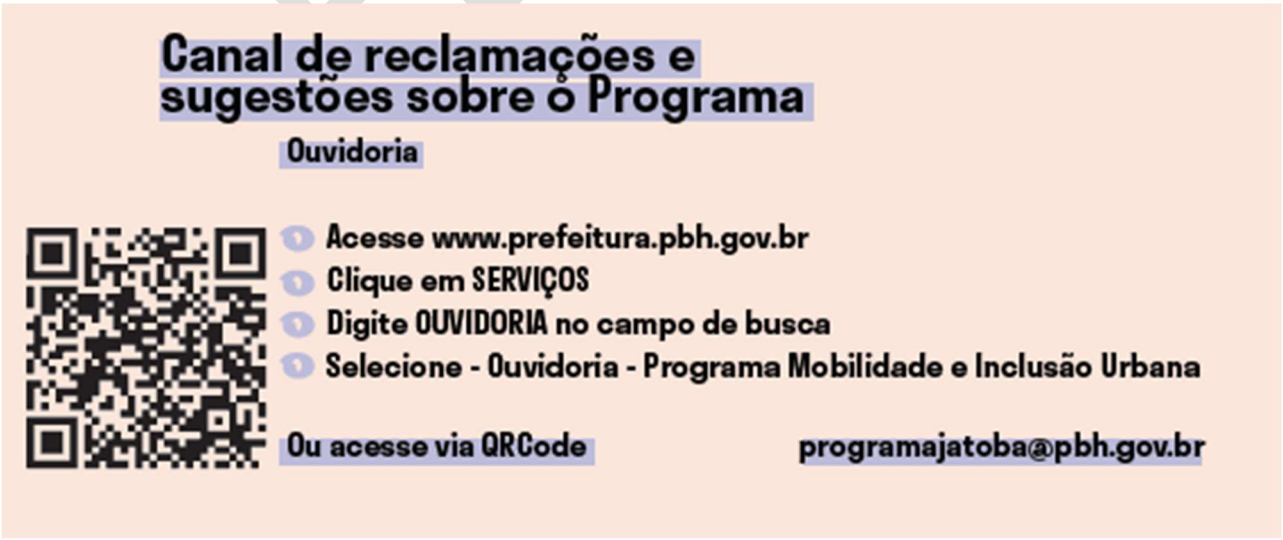


Figura 42: QR Code divulgado nos materiais gráficos do Programa Fonte: Consórcio Práxis-Métrics, 2025

ELIMINAR

Ressalta-se que, até julho de 2025, não foi registrada nenhuma manifestação no canal oficial da Ouvidoria. Contudo, durante as diversas ações e atividades do Programa, a população tem se manifestado regularmente sobre questões externas ao Programa, solicitando intervenções imediatas em situações diversas, como:

- Problemas relacionados a esgotamento sanitário;
- Demandas de infraestrutura urbana;
- Situações de alagamento, principalmente em períodos de chuva;
- Outras demandas pontuais da comunidade.

Essas manifestações são encaminhadas pela Contratante aos órgãos municipais competentes e muitas delas são tratadas por meio de interlocução direta com a Administração Regional do Barreiro, garantindo resposta e encaminhamento adequados às demandas apresentadas.

5.7. PROGRAMA MULHERES NA OBRA

O programa Mulheres na Obra tem como principal objetivo garantir para mulheres pelo menos 10% das vagas nos canteiros das obras contratadas pelo município. Inédita entre as capitais, a iniciativa visa também empoderar economicamente mulheres, em especial as que moram em áreas de risco, e dar a elas capacitação profissional para que possam buscar espaço no mercado de trabalho no setor privado.

Atualmente, as mulheres ocupam menos de 5% dos postos de trabalho nos contratos de obras da prefeitura. O programa pretende mudar essa realidade.

Outro diferencial do programa é que as mulheres deverão ser contratadas para trabalhar nos canteiros de obras. Estão excluídas desta quota de 10% mulheres contratadas para trabalhar no setor administrativo, bem como aquelas de nível superior, como engenheiras e arquitetas.

Os quatro pilares do programa

O programa Mulheres na Obra foi construído sobre quatro pilares: **atrair, treinar, recrutar e reter**.

Para atrair mulheres para o programa, a Prefeitura fará uma espécie de busca ativa por meio de campanhas do Trabalho Técnico Social da Urbel em comunidades que vão receber as obras. A Prefeitura também fará campanhas promocionais em locais comumente frequentados por mulheres e vai implementar ações para tentar quebrar o estereótipo de que elas não devem trabalhar em canteiro de obras.

Para treinar aquelas que quiserem participar do programa, a Prefeitura vai oferecer cursos de qualificação, num primeiro momento para um grupo de 120 mulheres, em seis áreas da construção civil. Mas os cursos vão beneficiar também as mulheres que já trabalham em alguma obra e que queiram melhorar suas habilidades e competências para subir na hierarquia.

PRELIMINAR

O programa vai também ajudar a recrutar (o que significa ajudar a empregar) as mulheres que receberam os cursos de qualificação. Para isso, a PBH vai construir pontes com empresas e entidades ligadas à construção civil (Sinduscon, por exemplo), com divulgação de vagas e ofertas de emprego na área diretamente relacionada ao curso de capacitação.

Outra estratégia para recrutar participantes do programa será um trabalho de sensibilização junto a recrutadores para garantir que não sejam reproduzidos estereótipos que perpetuem a discriminação de mulheres no setor.

No último dos quatro pilares, o programa vai trabalhar para reter essas trabalhadoras no emprego. Para tanto, pretende criar um ambiente de trabalho respeitoso nos canteiros de obras, por meio de campanhas de sensibilização com operários e hierarquia (com a definição de um código de conduta) e garantir boas condições de trabalho.

E, por fim, vai estimular a criação de redes entre mulheres do setor para gerar um sentimento positivo de camaradagem e compartilhamento de experiências e acompanhar a evolução das mulheres no mercado pelo Trabalho Técnico Social da URBEL.

PRELIMINAR

6. PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

6.1. FINALIDADE E CALENDÁRIO DO PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

6.1.1. DIRETRIZES

A execução dos serviços propostos nos componentes do Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano Integrado de Belo Horizonte será acompanhada do Trabalho Social de mobilização, comunicação, informação e incentivo à participação comunitária. Essas ações têm a função de garantir o envolvimento das populações afetadas e dos diversos atores caracterizados como parte interessada nos respectivos projetos.

Inicialmente, apresentar-se-á de forma genérica às diretrizes do Trabalho Social que é desenvolvido pela Prefeitura de Belo Horizonte para acompanhamento de intervenções urbanísticas, para posteriormente se detalhar as ações específicas para cada um dos componentes.

O Trabalho Social de acompanhamento das intervenções pode ser definido como um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos, diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária. Ele leva em conta as características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social das partes interessadas e/ou afetadas, em articulação com as demais políticas públicas. Contribui-se, dessa forma, para a melhoria da qualidade de vida da comunidade e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados, além do pleno diálogo e fluxo de informações relativas à execução das obras.

Percebe-se que o objetivo geral do Trabalho Social é promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção. Para alcançar esse objetivo, o Trabalho Social é estruturado e desenvolvido através de um conjunto de ações que serão abaixo identificadas.

6.1.2. AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO SOCIAL

Prevê processos de mobilização, formação e capacitação da população beneficiária, visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como: o fortalecimento das organizações existentes no território, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social, voltados para viabilizar a apropriação e engajamento da comunidade e seus representantes em todas as etapas da intervenção.

PRELIMINAR

Entende-se que com essas ações será viabilizada a abertura de canais de transparência e comunicação com a comunidade, através da identificação e mobilização dos diversos atores sociais presentes no território. Será igualmente viabilizada a criação de novos grupos representativos, concomitante às estratégias de formação e de apropriação de diretrizes relevantes para as intervenções.

Nesse sentido, espaços de escuta para as contribuições sobre as intervenções previstas são criados com efetiva participação comunitária nas suas definições e na implementação de suas etapas. Com isso, viabiliza-se o fluxo de informações que permite a compreensão e reduz as vulnerabilidades e a assimetria informacional.

É importante destacar que nas ações de fortalecimento social, serão desenvolvidas ações voltadas para a igualdade de gênero, com o empoderamento e formação de lideranças femininas. Para tal, é necessária a proporcionalidade em eventos e atividades previstos no Trabalho Social, aliados a mecanismos que permitirão sua efetiva participação de mulheres nas atividades e capacitações como, por exemplo, viabilização de estrutura de cuidados com as crianças durante tais atividades.

Para essa diretriz, a presença de equipe social local, com implantação ou fortalecimento de escritório social, é fundamental como espaço de escuta, de informação e de entrosamento com a comunidade. Como será adiante apresentado, faz parte da estratégia de participação no Programa a criação de escritório social para o Subcomponente 1. 2.

6.1.3. AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO SOCIAL DA INTERVENÇÃO

Visa promover as ações sociais necessárias para a consecução da intervenção. Inclui o acompanhamento, a negociação e interferências ocorridas ao longo da sua execução, além de buscar minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo do processo, contribuindo para sua implementação.

Tais ações buscam ainda manter um fluxo de informações constante com os atingidos e interessados, em linguagem, métodos e tempos compatíveis com o andamento da intervenção e com as partes interessadas.

São previstas também ações para viabilizar canais de transparência e comunicação com a comunidade, uma vez que constitui importante estratégia do Trabalho Social, já no início da intervenção, formar o Grupo de Referência da Intervenção (GR), formados por moradores da área direta de influência das intervenções, que acompanhará todas as fases do empreendimento e que, sobretudo, reforçará a interface entre comunidade direta e indiretamente afetada e o poder público.

Para tanto, os membros do GR serão capacitados em oficinas, cursos, participarão do acompanhamento das definições de concepções e de monitoramento do desenvolvimento dos projetos, e futuramente das reuniões de canteiro acerca do andamento da obra e demais atividades necessárias ao entendimento da intervenção e, em especial, a possibilidade desses membros replicarem informações na comunidade.

O acompanhamento da intervenção pelo GR deve contar com reuniões mensais ordinárias, para fornecimento de informações sobre acompanhamento do cronograma do projeto e das obras; com

PRELIMINAR

caminhadas de reconhecimento da intervenção e suas etapas; com encontros e mobilizações em eventos e situações de destaque na obra; com visitas e troca de experiência com outras comunidades que receberam intervenções semelhantes; dentre outras. A intenção é manter o GR ativo e atuante desde antes do início das intervenções físicas até a sua conclusão, acompanhando também o período de Trabalho Social pós obra, que será adiante esclarecido.

Além do acompanhamento detalhado das intervenções pelo Grupo de Referência, prevê-se a realização de assembleias e reuniões comunitárias, cujo objetivo é informar e dialogar com a comunidade acerca da intervenção. Nessas ocasiões, utilizar-se-ão métodos de comunicação e informação com linguagens alternativas, que visem alcançar o maior número de pessoas e seus representantes.

Tal estratégia de comunicação será desenvolvida considerando as características das intervenções previstas para o Componente 1, bem como as partes afetadas e interessadas de cada componente. Significa dizer que faz parte das diretrizes do trabalho a ser desenvolvido considerar para cada componente suas especificidades, conforme será descrito nos próximos tópicos.

Para detalhar a estratégia de comunicação utilizada de forma geral, os materiais de comunicação utilizados envolvem:

- Cartilhas e folhetos;
- Jornal semestral de andamento da intervenção, quando for o caso;
- Faixas e cartazes em locais de grande circulação;
- Banners, apresentações PowerPoint e outros meios para facilitar a comunicação e apreensão das informações nas reuniões de acompanhamento da obra;
- Folhetos informativos de reuniões e atividades, distribuídos através de mobilização porta-a-porta;
- Cartilhas específicas para segurança de obra e cuidados em transitar nos trechos em que os serviços se encontram em execução;
- Uso de peças de teatro ou mobilizações artísticas para tratar de temas específicos;
- Informações disponíveis no escritório social, de fácil acesso para a comunidade.

Para o público atingido com deslocamentos involuntários, será utilizado também material informativo sobre o processo de remoção e reassentamento, que inclui:

- Cartilhas informativas sobre o processo de cadastro, avaliação dos imóveis e demais etapas do processo de remoção;
- Folders informativos sobre inclusão no Programa Bolsa Moradia, inclusive para orientar o processo de escolha de imóvel a ser alugado;
- Cartilhas e informativos apresentando detalhamento dos imóveis a serem construídos para fins de reassentamento;
- Cartilhas sobre vivência em condomínio e gestão condominial.

PRELIMINAR

Dois outros conjuntos de ações são também desenvolvidos de forma concomitante e complementar, e são importantes para consolidar a compreensão e apropriação das intervenções. São eles: (i) Ações de Educação Ambiental e Patrimonial e (ii) Ações de Desenvolvimento Socioeconômico, apresentados nos próximos itens.

6.1.4. AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Tais ações visam promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável. Fortalece-se, assim, a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.

Nesse sentido, são realizadas oficinas de educação ambiental, palestras, travessias, visitas orientadas, campanhas e demais ações, tendo em vista uma ação educativa e transformadora, conciliada com a participação comunitária. Trata-se de um processo que permeia todo o desenrolar do empreendimento e no qual a comunidade não só expõe seus problemas e questões atinentes à temática ambiental (como por exemplo: lançamento indevido de lixo e entulho, poluição de cursos d'água, dentre outros), como também é convidada a construir proposta de ação com vistas à promoção da saúde e do meio ambiente equilibrado.

Cabe destacar que as intervenções físicas oriundas do empreendimento (abertura de vias, melhorias na infraestrutura urbana, as áreas onde serão implementadas as bacias, etc.) são alvo de um trabalho de educação patrimonial com vistas a contribuir na apropriação do patrimônio e novo espaço de moradia.

6.1.5. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

O outro conjunto de atividades se relaciona ao Desenvolvimento Socioeconômico da região onde se localizam as intervenções. Seu objetivo é a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social.

Em síntese, procura-se promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, além de criar condições para o desenvolvimento territorial de médio e longo prazo. Essas ações têm impactos importantes na sustentabilidade e apropriação das intervenções, como será indicado para cada componente.

Neste eixo, a comunidade é alvo de uma pesquisa que almeja conhecer as suas potencialidades profissionais e empreendedoras. O resultado dessa pesquisa é o diagnóstico socioeconômico, que, além de ter como fonte de dados a própria comunidade que será cruzada com o estudo de mercado na região de abrangência das intervenções, propiciará construir conjuntamente com essa população ações e atividades de qualificação profissional e geração de trabalho e renda.

Trata-se de um eixo no qual há grande articulação com a comunidade, com instituições públicas e privadas presentes no território, como também com as demais políticas públicas setoriais.

PRELIMINAR

As atividades previstas para a mobilização social, gestão participativa dos empreendimentos e gestão da intervenção obedecem a uma definição de tempos relativos às etapas da intervenção. Assim, as atividades demandam estratégias diferenciadas para cada etapa e devem considerar as características das intervenções previstas em cada um dos componentes. Inicialmente, serão apresentados nos itens a seguir os três tempos de atuação do Trabalho Social de engajamento das partes interessadas.

Fase de pré-obras: trata-se do período em que ocorre o início do trabalho de mobilização social com o repasse de informações sobre a intervenção e do próprio Trabalho Social.

Nessa fase serão discutidos e desenvolvidos os projetos das intervenções, com a participação da comunidade e das partes interessadas. Ela é precedida da identificação dos atores sociais e de fomento a outras formas de participação, com definição de estratégias para ampliação da participação na definição e desenvolvimento e/ou execução e detalhamento dos projetos executivos, considerando as especificidades de cada território, em cada um dos componentes do Programa.

Aqui, o escritório social local será implementado com a entrada do contrato social de acompanhamento dos projetos e posteriormente da intervenção.

Fase de obras: refere-se ao acompanhamento da intervenção física (obras), em que será implementado o plano de comunicação e informação detalhada do seu andamento, e os encaminhamentos das situações geradas no dia a dia da execução das obras. Será também a fase de implementação das propostas de ações sociais dos demais eixos descritos (ambiental e desenvolvimento econômico).

Fase de pós-ocupação: refere-se ao período imediatamente após o término das obras e tem duração prevista de no mínimo seis meses. Importante destacar que o escritório social continua no território, efetivando ações de monitoramento e avaliação da intervenção. São ainda realizadas ações de reconhecimento e apropriação das intervenções físicas, plantões e reuniões para esclarecimentos de dúvidas sobre as unidades habitacionais e sobre as obras. Dá-se prosseguimento às atividades de fomento à participação e controle social, dentre inúmeros outros, para concluir o empreendimento e sobretudo, mensurar os resultados obtidos.

Considerando os conceitos aqui apresentados e as características de cada um dos componentes, apresenta-se o plano de ação preliminar para o envolvimento das partes interessadas para cada um dos componentes nos tópicos seguintes.

PRELIMINAR

6.2. FINALIDADE, ESTRATÉGIA E CALENDÁRIOS DE CONSULTA E DIVULGAÇÃO

6.2.1. COMPONENTE 1

2.2.1. COMPONENTE 1

Para o Componente 1, é necessário considerar que as intervenções abrangem não apenas a implantação do Terminal de Integração e a reestruturação do Corredor Amazonas, mas também projetos estratégicos associados, incluindo a requalificação urbana de áreas como o Bairro Barro Preto e a Área Hospitalar.

Nesse contexto, as ações possuem caráter integrado, envolvendo tanto obras de infraestrutura de mobilidade quanto intervenções urbanas com potencial de impactar diretamente e indiretamente a circulação de pessoas, o acesso a equipamentos públicos e o funcionamento de atividades econômicas nas áreas de influência.

Dessa forma, faz-se necessária a articulação contínua com as comunidades e com os diversos atores sociais presentes nos territórios, incluindo moradores, comerciantes, trabalhadores, usuários do transporte público, instituições públicas e privadas, além de grupos socialmente vulneráveis.

Assim, o planejamento de divulgação e envolvimento da comunidade e das partes interessadas envolve:

- o repasse de informações sobre as intervenções propostas e seus cronogramas;
- o acompanhamento durante o desenvolvimento dos projetos;
- o acompanhamento das intervenções físicas;
- a implementação de ações de mobilização social, educação ambiental e desenvolvimento econômico;
- e, por fim, a promoção da apropriação qualificada dos espaços após a conclusão das intervenções.

Adequando o calendário do projeto com os tempos do Trabalho Social descritos anteriormente, definem-se os seguintes períodos:

● Tempo pré-obra

Corresponde ao início do Trabalho Social até o início das obras, incluindo também as etapas de planejamento dos projetos estratégicos.

Essa fase envolve:

- mobilização social e identificação de atores relevantes;

PRELIMINAR

- levantamento de lideranças e grupos sociais atuantes;
- escuta ativa da comunidade;
- realização de reuniões e assembleias informativas;
- elaboração e divulgação de materiais informativos acessíveis;
- estruturação dos canais de comunicação e atendimento à população;
- elaboração dos planos de comunicação, educação ambiental e desenvolvimento econômico;
- aplicação de instrumentos de pesquisa para definição do marco zero;
- e, quando aplicável, o acompanhamento do Plano de Ação de Reassentamento.

● Tempo de execução das obras

Fase que envolve a execução física das intervenções e o acompanhamento social contínuo.

Nessa etapa ocorrem:

- fluxo constante de comunicação com a população;
- monitoramento dos impactos e divulgação de alterações operacionais;
- implementação das ações de mobilização social;
- ações de educação ambiental e patrimonial;
- iniciativas de desenvolvimento econômico local;
- capacitação de lideranças e de comerciantes, especialmente os informais;
- funcionamento contínuo dos canais de ouvidoria e registro de queixas;
- e a conclusão das ações vinculadas ao reassentamento, quando aplicável.

● Tempo pós-obra

Fase voltada à apropriação social dos espaços requalificados.

Envolve:

- consolidação das redes de lideranças e atores sociais;
- ações de uso e convivência nos espaços urbanos;
- fortalecimento comunitário;
- continuidade das ações de educação ambiental e desenvolvimento econômico;
- e aplicação de instrumentos de avaliação dos resultados e benefícios alcançados

TEMPOS	EIXO DE AÇÃO	AÇÃO PROPOSTA	MEIOS PREVISTOS
Pré-obra	Mobilização e comunicação	Ações de mobilização dos atores sociais já existentes; Levantamento de atores sociais relevantes; Incentivo à criação de novos grupos	Diagnóstico de lideranças; Escuta da comunidade; Assembleias e reuniões territoriais; Materiais informativos acessíveis;

PRELIMINAR

		sociais (com atenção a gênero);	Desenvolvimento de estratégias de comunicação; Oficinas participativas; Abertura de canais de atendimento e ouvidoria
Pré-obra e durante as obras	Organização social e fortalecimento comunitário	Capacitação de lideranças locais; Formação contínua de grupos representativos; Capacitação de comerciantes informais; Fortalecimento de lideranças femininas	Cursos, oficinas, visitas técnicas; Orientações para regularização de atividades; Participação em reuniões de projeto e obra
Durante as obras	Acompanhamento e gestão social; Educação ambiental e patrimonial; Desenvolvimento econômico	Comunicação contínua sobre andamento das obras; Monitoramento de impactos; Recebimento e tratamento de queixas; Ações de educação ambiental; Iniciativas de desenvolvimento econômico local	Informativos periódicos; Canais de ouvidoria; Atividades com a comunidade; Campanhas educativas; Ações de apoio ao comércio local
Pós-obra	Organização social; Educação ambiental; Desenvolvimento econômico	Consolidação das redes comunitárias; Ações de apropriação dos espaços; Formação de redes de serviços locais; Avaliação dos resultados	Oficinas e cursos; Ações comunitárias; Monitoramento social; Atividades de desenvolvimento econômico

PRELIMINAR

6.2.2. COMPONENTE 2

No que se refere ao **Componente 2 – Vila Cabana do Pai Tomás**, as diretrizes relativas à **finalidade, estratégia e calendário de consulta e divulgação** já se encontram detalhadas no presente documento, na **Parte 1 - Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana**, especificamente no **item 4.2 – Componente 2 – Vila Cabana do Pai Tomás**. Nesse sentido, as ações de engajamento, mobilização social, comunicação e participação comunitária previstas para esse componente seguem as orientações e procedimentos ali descritos, contemplando as etapas de **pré-obra, execução das obras e pós-obra**, bem como os instrumentos de participação social, estratégias de comunicação e mecanismos de acompanhamento das intervenções junto às comunidades e demais partes interessadas.

6.3. ESTRATÉGIA PARA INCORPORAR A VISÃO DE GRUPOS VULNERÁVEIS.

Conforme apresentado nos tópicos anteriores, ficou indicado que, em cada uma das comunidades afetadas pelas intervenções, serão desenvolvidos diagnósticos para identificar grupos e atores sociais que podem contribuir para as discussões e que precisam ser incorporados no processo participativo.

A proposta é criar grupos de vocalização a partir de temáticas específicas (mulheres, jovens, grupos ligados às questões ambientais, etc.) e conceber mecanismos de comunicação e linguagens específicas e facilitadas, além de promover atividades de capacitação e engajamento.

Conforme mencionado nos quadros indicativos do conjunto de ações previstas para cada componente, é necessário dar destaque às ações que visam ampliar e consolidar a participação às mulheres, acoplada a mecanismos de apoio à sua participação, incluindo estrutura de cuidados para crianças durante as atividades, escuta sobre horários e dias mais apropriados para sua participação e outras facilitações possíveis.

PRELIMINAR

7. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A presente seção tem por objetivo apresentar as estratégias e a metodologia que a PBH irá utilizar para dar visibilidade sobre o Programa para as partes interessadas, em momento anterior à sua avaliação pelo seu financiador, o Banco Mundial, e em prazo hábil para que as partes interessadas possam manifestar suas dúvidas, ponderações e sugestões.

Conforme indica a NAS 10[3] o processo de divulgação deve considerar os parâmetros abaixo descritos:

> *"O Mutuário proporcionará às partes interessadas o acesso às seguintes informações assim que possível, antes que o Banco proceda à avaliação do projeto, e em um prazo que possibilite consultas relevantes com essas partes sobre a concepção do projeto:*
>
> - *A finalidade, natureza e dimensão do projeto;*
> - *A duração das atividades do projeto proposto;*
> - *Possíveis riscos e impactos do projeto sobre as comunidades locais, e as propostas para mitigá-los, destacando os possíveis riscos e impactos que possam afetar desproporcionalmente grupos vulneráveis e desfavorecidos, bem como descrevendo as medidas diferenciadas adotadas para evitá-los e minimizá-los;*
> - *O processo de envolvimento das partes interessadas proposto, que destaca as possíveis formas de participação das partes interessadas;*
> - *A data e o local das reuniões de consulta pública propostas, e o processo pelo qual as reuniões serão notificadas, resumidas e divulgadas;*
> - *O processo e os meios para que as queixas possam ser apresentadas e abordadas.*
>
> *A informação será divulgada nos idiomas locais relevantes e de forma acessível e culturalmente apropriada, considerando as necessidades específicas dos grupos que possam ser afetados pelo projeto de forma diferencial ou desproporcional, ou as necessidades de informação específica dos grupos de populações (como deficiência, alfabetização, gênero, mobilidade, diferenças de idiomas ou acessibilidade)."*

Visando cumprir as orientações da NAS 10, apresenta-se a seguir as atividades previstas para tornar público o conteúdo do projeto para as partes interessadas de cada um dos componentes.

Será elaborada uma apresentação detalhada, considerando os tópicos indicados da NAS 10 acima descritos, para realização de uma reunião inicial com os representantes das partes diretamente afetadas de cada um dos componentes. Para realização de tal reunião, a equipe da PBH envolvida com o projeto irá verificar a disponibilidade das pessoas em participar de modo remoto, e o acesso aos recursos necessários (internet, computador ou celular com possibilidade de acesso às plataformas de reuniões digitais).

[3] NAS 10 - Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações. In: Banco Mundial. Quadro Ambiental e Social. Banco Mundial: 2017, p. 99

PRELIMINAR

Em cada componente, a reunião funcionará como ponto de partida da estratégia de divulgação, e deverá deixar clara as formas de acesso aos documentos e os mecanismos que poderão ser utilizados para envio de questões, dúvidas e comentários. O registro e o retorno das demandas serão viabilizados através de um plantão da equipe responsável por cada um dos componentes do Programa, que receberá via telefone, WhatsApp e e-mail as solicitações de esclarecimentos e fará os retornos necessários, com o devido registro de perguntas e respostas.

Depois da reunião com as partes diretamente afetadas, que são aquelas atuantes diretamente no território das intervenções, será realizada uma reunião ampliada com o conjunto das partes interessadas dos dois componentes, incluindo todos os atores sociais que possam contribuir para o espaço de discussão que antecede o Programa, conforme abordado anteriormente neste documento.

Os documentos que correspondem ao marco de gestão ambiental e social do Programa serão disponibilizados na íntegra no site da PBH para consulta pública, bem como será criado canal institucional por e-mail para as solicitações de esclarecimentos e sugestões para os quais se fará os retornos necessários, com o devido registro de perguntas e respostas.

PRELIMINAR

8. RECURSOS E RESPONSABILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

No âmbito do Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana de Belo Horizonte e seu Financiamento Adicional, os recursos e as responsabilidades para a implementação das atividades de envolvimento das partes interessadas foram estruturados de forma complementar, considerando as diferentes etapas, componentes e níveis de maturidade das intervenções.

No **Componente 1** – Corredor BRT da Avenida Amazonas (MOVE Amazonas), as ações de comunicação e mobilização social, especialmente na fase de estudos e projetos, são conduzidas pelo consórcio Oficina – ITDP – PITMEN – GPA&A, contratado por meio do Contrato DJ 004/2025, no valor de R$ 20.537.672,41. Esse consórcio é responsável pela elaboração e execução do Plano Estratégico de Comunicação e Mobilização Social (PECMS), incluindo o desenvolvimento de estratégias de comunicação, produção de materiais informativos, realização de ações de mobilização social, manutenção de canais de comunicação, apoio à comunicação institucional e relacionamento com a imprensa, além do registro e sistematização das contribuições da população.

Ainda no âmbito do Componente 1, a coordenação do relacionamento com a população e o fortalecimento da participação social são atribuições da Gerência de Mobilização Social da SUMOB (GEMSO), que atua por meio das Comissões Regionais de Transporte e Trânsito (CRTTs), promovendo o diálogo com as comunidades e a ampliação dos canais participativos. Essa atuação conta com o apoio da Gerência de Comunicação e Marketing (GCMAR), responsável pela gestão das mídias e pelo relacionamento com a imprensa, além do acompanhamento institucional da Chefia de Comunicação Social (CCOMS) da Prefeitura de Belo Horizonte. Para as etapas vinculadas à implantação do Terminal de Integração e às intervenções físicas, o trabalho social é coordenado pela URBEL, com apoio técnico da SUDECAP.

Ainda no Componente 1, com a viabilização do Financiamento Adicional, inclui-se o Terminal de Integração para o sistema BRT, a requalificação urbana do bairro Barro Preto, as melhorias urbanísticas e para pedestres em vias estratégicas ao do Corredor do BRT Amazonas e a construção de duas estações de transferência do sistema BRT e melhorias viárias na Área Hospitalar, as ações de comunicação e engajamento social serão conduzidas pela SUDECAP, com possibilidade de apoio da URBEL quando necessário, especialmente em ações voltadas a públicos mais vulneráveis ou territórios com maior complexidade social. Ainda estão previstos recursos específicos para apoio técnico às obras, monitoramento socioambiental e execução das ações de mobilização e comunicação social, por meio da contratação de consultorias especializadas (Apoio Técnico às Obras – ATO). Esses recursos estão distribuídos entre as atividades, contemplando, entre outros, o trabalho social no Terminal de Integração do BRT

PRELIMINAR

Amazonas, as intervenções nos chamados “bolsões de caminhabilidade” ao longo do Corredor Amazonas, e os projetos estratégicos na Área Hospitalar e no Barro Preto, totalizando aproximadamente R$ 11,5 milhões em investimentos vinculados diretamente às ações de engajamento e monitoramento socioambiental.

No **Componente 2** – Vila Cabana do Pai Tomás, as ações de engajamento e comunicação social são conduzidas pela equipe técnico-social da URBEL, com apoio da Unidade de Gestão do Programa (UGP), incluindo a atuação do Escritório Social Local. Os recursos destinados ao trabalho técnico social, incluindo ações de comunicação e implementação do Plano de Ação de Reassentamento, somavam, até outubro de 2025, o montante de R$ 3.330.343,12. As equipes atuam de forma integrada às diretrizes institucionais da Prefeitura, garantindo o atendimento às demandas sociais, urbanísticas e territoriais.

No **Componente 3** – Projetos Estratégicos, incluindo as ações no território do Jatobá, as ações de trabalho técnico e social vinculadas ao Plano de Estruturação Urbana são supervisionadas pela Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), com apoio da URBEL, garantindo a integração entre planejamento urbano, desenvolvimento territorial e participação social.

Dessa forma, observa-se que a implementação das atividades de engajamento das partes interessadas no Programa ocorre de maneira articulada entre diferentes órgãos municipais, contratos e fontes de financiamento, assegurando continuidade institucional, coerência metodológica e adaptação às especificidades de cada componente e fase do Programa.

De forma complementar, no contexto do financiamento adicional, estão previstos recursos específicos para apoio técnico às obras, monitoramento socioambiental e execução das ações de mobilização e comunicação social, por meio da contratação de consultorias especializadas (Apoio Técnico às Obras – ATO).

A distribuição desses recursos por componente, finalidade e fonte de financiamento está detalhada na Tabela 12 – Quadro de Composição de Investimentos do Programa, a qual apresenta, de forma consolidada, os valores destinados às ações de engajamento das partes interessadas e ao monitoramento socioambiental.

Conforme apresentado na referida tabela, destacam-se: (i) os recursos destinados ao trabalho social e engajamento comunitário no Terminal de Integração do BRT Amazonas; (ii) os investimentos em apoio técnico e monitoramento socioambiental nos bolsões do corredor; (iii) os recursos vinculados às intervenções nas Estações de Transferência na Área Hospitalar; e (iv) os valores destinados às ações no Bairro Barro Preto.

Ressalta-se que os recursos referentes ao Componente 2 – Vila Cabana do Pai Tomás permanecem aqueles já previstos no âmbito do financiamento original do Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana, conforme indicado na mesma tabela.

PRELIMINAR

Tabela 12: Quadro de composição de investimentos do Programa que possuem recursos destinados ao investidos no PEPI

QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO - fevereiro 2026			
	Financiamento		
	BRL	**EUR**	**USD**
Componente 1: Corredor BRT da Av. Amazonas			
Trabalho Social e engajamento comunitário - Terminal	R$ 1.958.604,00	€ 326.434,00	$ -
Consultoria de apoio a obras e monitoramento socioambiental – Estações Área Hospitalar	R$ 783.176,65	€ 130.529,44	$ -
Consultoria de apoio a obras e monitoramento socioambiental – Barro Preto	R$ 5.584.674,55	€ 930.779,09	$ -
Consultoria de apoio a obras e monitoramento socioambiental – Bolsões	R$ 3.000.000,00	€ 500.000,00	$ -
Componente 2: Vila Cabana do Pai Tomás*			
Trabalho Social e engajamento comunitário	R$ -	€ -	$ -
PTTS Cabana - Trabalho Técnico Social	R$ 6.532.022,45	€ -	$ 1.209.633,79
Componente 3: Projetos Estratégicos			
Plano de Estruturação Urbana da região do Jatobá	R$ 11.167.869,87	€ -	$ 2.068.124,05
TOTAL PROGRAMA	**R$ 29.026.347,52**	**€ 1.887.742,53**	**$ 3.277.757,84**

**Recursos previstos no Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana*

9. MONITORAMENTO E PREPARAÇÃO DE RELATÓRIOS

O monitoramento e a avaliação do Plano de Engajamento com as Partes Interessadas (PEPI) constituem instrumentos centrais para assegurar a efetividade das ações de engajamento ao longo da implementação do Programa de Mobilidade e Inclusão Urbana de Belo Horizonte e, posteriormente, quando do financiamento adicional para o Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano Integrado de Belo Horizonte, bem como para garantir a conformidade com a Norma Ambiental e Social 10 (NAS 10) do Banco Mundial e com os compromissos assumidos no âmbito das operações de crédito.

Este capítulo estabelece os procedimentos, responsabilidades, indicadores e metas para o acompanhamento sistemático das atividades do PEPI, permitindo a mensuração de resultados, a identificação de ajustes necessários durante a implementação e a adequada prestação de contas às partes interessadas e às instâncias de governança do Programa.

9.1. OBJETIVOS DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O sistema de Monitoramento e Avaliação (M&A) do PEPI tem como objetivos:

- Acompanhar a execução das ações de engajamento previstas para cada componente do Programa;
- Avaliar a qualidade, a efetividade e a tempestividade dos processos de informação, consulta e participação social;
- Verificar o funcionamento e a efetividade do Mecanismo de Queixas;
- Monitorar o cumprimento dos requisitos da NAS 10 e das cláusulas sociais previstas no Plano de Trabalho do Trabalho Social (PTTS), incluindo iniciativas de equidade e inclusão;
- Produzir informações consistentes para subsidiar a tomada de decisão, o aprimoramento contínuo das estratégias de engajamento e a elaboração de relatórios de progresso.

9.2. ARRANJOS INSTITUCIONAIS E RESPONSABILIDADES

O monitoramento das ações do PEPI será realizado de forma integrada pelas áreas responsáveis pela implementação dos componentes do Programa, sob coordenação da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI), com apoio das equipes técnicas envolvidas, da Urbel, das assessorias de comunicação e das empresas ou consórcios contratados.

Compete às equipes responsáveis:

- Registrar sistematicamente as atividades de engajamento realizadas, incluindo reuniões, audiências, oficinas, atendimentos e ações de mobilização;
- Consolidar informações provenientes do Mecanismo de Queixas;
- Acompanhar indicadores e metas estabelecidos neste capítulo;
- Elaborar relatórios periódicos de monitoramento e avaliação, conforme descrito no item 7.5.

PRELIMINAR

9.3. INDICADORES DE MONITORAMENTO E METAS

Para permitir a avaliação objetiva do desempenho do PEPI ao longo de sua implementação, foram definidos indicadores quantitativos e qualitativos, organizados em dois níveis: (i) indicadores gerais, aplicáveis a todos os componentes do Programa; e (ii) indicadores específicos, relacionados a instrumentos e obrigações particulares.

9.3.1. INDICADORES DO MECANISMO DE QUEIXAS

O Mecanismo de Queixas será monitorado de forma contínua, a partir dos seguintes indicadores:

- **Quantidade de queixas**, dúvidas e solicitações recebidas, por período;
- **Principais temáticas abordadas**, permitindo a identificação de demandas recorrentes e potenciais riscos sociais;
- **Tempo médio de resposta ao cidadão ou trabalhador**, contado entre o registro da manifestação e o envio da resposta inicial;
- **Percentual de manifestações respondidas dentro do prazo estabelecido**;

O acompanhamento desses indicadores permitirá avaliar a efetividade do Mecanismo de Queixas como instrumento de diálogo, transparência e resolução de conflitos.

9.3.2. INDICADORES DE ENGAJAMENTO E CONFORMIDADE COM A NAS 10

No âmbito do cumprimento da NAS 10 e das cláusulas previstas no PTTS, serão monitorados, entre outros:

- **Registro das atividades de engajamento sobre o Programa**: (reuniões, audiências públicas, oficinas, atendimentos comunitários; consultas e processos participativos significativos, ações do Trabalho Social);
- **Monitoramento do cumprimento de cláusulas sociais específicas**, incluindo aquelas relacionadas à equidade de gênero e inclusão, como o acompanhamento das ações do Programa Mulheres na Obra;

Esses indicadores visam assegurar que o engajamento seja conduzido de forma contínua, inclusiva e alinhada às salvaguardas sociais do financiamento.

9.4. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento do PEPI será realizado por meio da consolidação periódica de registros administrativos, atas de reuniões, listas de presença, relatórios técnicos, bases de dados do Mecanismo de Queixas e relatórios do Trabalho Social.

A avaliação do desempenho considerará:

- A análise comparativa entre metas estabelecidas e resultados alcançados;
- A identificação de tendências, gargalos e oportunidades de melhoria;

PRELIMINAR

- A incorporação de aprendizados ao planejamento das etapas subsequentes do Programa.

Sempre que necessário, as estratégias e ferramentas de engajamento poderão ser ajustadas, de forma a responder adequadamente às demandas das partes interessadas e aos desafios identificados durante a implementação.

9.5. RELATÓRIOS E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados do monitoramento e da avaliação do PEPI serão consolidados nos relatórios semestrais de progresso do Programa, a serem elaborados em consonância com as exigências do Banco Mundial e com os fluxos internos de acompanhamento da Prefeitura de Belo Horizonte.

Os relatórios deverão contemplar, no mínimo:

- Síntese das atividades de engajamento realizadas no período;
- Análise dos indicadores e metas estabelecidos;
- Desempenho do Mecanismo de Queixas, com destaque para temas recorrentes e tempos de resposta;
- Avaliação do cumprimento da NAS 10 e das cláusulas sociais do PTTS;
- Principais desafios, lições aprendidas e encaminhamentos previstos.

Sempre que pertinente, os resultados poderão ser divulgados às partes interessadas por meio dos canais institucionais do Programa, reforçando a transparência, a prestação de contas e o compromisso com a participação social ao longo de todo o ciclo de implementação.

9.6. ATUALIZAÇÃO DO PEPI

O Plano de Engajamento com as Partes Interessadas (PEPI) é um instrumento dinâmico e deverá ser periodicamente revisado e atualizado ao longo da implementação do Programa, sempre que houver mudanças relevantes no seu escopo, cronograma, estratégias de engajamento ou identificação das partes interessadas. Essas atualizações poderão decorrer, entre outros fatores, da evolução das etapas do Programa, de ajustes institucionais, de contribuições recebidas durante os processos de consulta e participação social, bem como de demandas identificadas por meio do Mecanismo de Queixas.

Sempre que identificada a necessidade de atualização, as Unidades Executoras do Programa (UEPs) serão consultadas para consolidação das informações e adequações necessárias. As versões revisadas do PEPI serão encaminhadas ao Banco Mundial para avaliação, validação e posterior divulgação, garantindo transparência, alinhamento às Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial e a manutenção de um processo contínuo, efetivo e inclusivo de engajamento com as partes interessadas ao longo de todo o ciclo do Programa.

PRELIMINAR



PRELIMINAR